

**DOCUMENTO BÁSICO DE RECRIAÇÃO DA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE
(SUDECO)**

(Documento Aprovado em 15.01.2004, pelo GTI-Adeco, incorporando sugestões dos Seminários realizados em Brasília, Goiânia, Campo Grande e Cuiabá.)

Versão Final

19 de Janeiro de 2004



Presidência da República

Presidente

Luís Inácio Lula da Silva

Ministério da Integração Nacional

Ministro

Ciro Ferreira Gomes

Secretaria Executiva do Ministério

Secretário Executivo

Marcio Araujo de Lacerda

Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Secretário

Alexandre Luís César

Departamento de Desenvolvimento Regional

Diretor

Francisco Fausto M. Grosso Pereira

Gerentes

Paulo Pitanga do Amparo

Fernando Netto Safatle

Aginaldo Moraes da Silva

Departamento de Promoção de Investimentos

Diretor

Otaviano Muniz de Melo Junior

Gerentes

Luiz Carlos de Albuquerque

Leonardo de Paula Luiz

Consultores

Claudio A. G. Egler

Otamar de Carvalho

Paulo Egler

Grupo Técnico de Apoio ao GTI:

Antonio José Guerra – Coordenador

Maria de Fátima Faria

Maria José Monteiro

Paulo Pitanga do Amparo

Ubajara Berocan Leite

**GRUPO DE TRABALHO
INTERMINISTERIAL – GTI/ADECO
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO
NACIONAL**

*Tânia Bacelar de Araújo-Coordenadora do GTI
Alexandre Luis Cesar*

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

*Silvio Carlos do Amaral Silva
Alexandre Kalil*

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA**

*Johaness Eck
Carlos Eduardo Esteves Lima*

MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Daniel Sigelmann
Roberto Shoji Ogasavara*

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

*Gilney Amorim Viana
Roberto Ricardo Vizentin*

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

*Dilson Porfírio Pinheiro Teles
Rogério Telles*

“Para lá de Belo Horizonte. Depois do oeste do rio São Francisco até além das cabeceiras do rio Paraguai. E Anápolis. As regiões de Dourados e Ceres. Palmas. A trilha da Expedição Roncador-Xingu. Cuiabá e as novas cidades do Nortão mato-grossense e da Chapada dos Parecis. A Bahia do Oeste são-franciscano. Triângulo Mineiro. Tocantins e Araguaia. Centro-Oeste país do ouro e da revolução pela biomassa. Rondônia e Acre. (...) (Centro-Oeste) onde se ouvem sons sinfônicos, catiras, violeiros e canto coral, e assistem-se torneios de cavalhadas, e teatro, e por onde recomeça o cinema.” (Clóvis Sena.)¹

“Trabalha-se com a hipótese da fragmentação espacial do País em tempos de inserção competitiva mas, sobretudo, de sua *inserção passiva* nos mercados em globalização. Possibilidade de fragmentação aqui chamada de ‘desintegração competitiva’. Tendência que pode ser contrabalançada por uma nova política nacional de desenvolvimento regional. Política que exige a negação de teses neoliberalizantes tão em voga, quer requer presença *ativa e articuladora* do Estado na cena nacional, inclusive do Governo Federal (mas não apenas dele), e que é praticada, contemporaneamente, em outros países e até por blocos econômicos, como é o caso da União Européia.” (Tânia Bacelar de Araújo.)²

¹ SENA, Clovis (1999)- **Fronteira Centro-Oeste**. Goiânia-GO, Ed. Kelps, 1999, p. 11.

² ARAÚJO, Tânia Bacelar de (1999)- “Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional”. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Banco do Nordeste, v. 30, n. 2, abr-jun/1999, p. 145.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A NOVA SUDECO	9
1.1 Mudanças Gerais nas Políticas Regionais.....	9
1.2 Concepção Estratégica do Planejamento Regional e o Papel de Planejamento, Articulação e Fomento das Instituições Macrorregionais.....	11
1.3 Avaliação Estratégica e Promoção do Desenvolvimento Sustentável.....	14
2. A NECESSIDADE DE RECRIAÇÃO DA SUDECO	18
2.1 Características da Antiga Sudeco.....	18
2.2 A Política de Desenvolvimento Regional na Esfera do Ministério da Integração Nacional.....	22
2.3 As Políticas e a Atual Estrutura de Gestão do Desenvolvimento do Centro-Oeste e da Região do Distrito Federal e Entorno.....	23
2.4 Necessidade de Criação de uma Nova Sudeco	25
3. CENTRO-OESTE: UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO	27
3.1 A Posição do Centro-Oeste no Contexto Continental.....	27
3.2 Dinamismo da Agropecuária Regional	34
3.3 Diversificação da Economia Urbana	38
4. AS POTENCIALIDADES REGIONAIS DO CENTRO-OESTE.....	41
4.1 A Diversidade Ambiental e os Desafios para a Gestão Sustentável.....	41
4.1.1 Cerrados	41
4.1.2 Complexo do Pantanal	45
4.1.3 Floresta Tropical Perenifólia ou Pluvial	46
4.1.4 Particularidades do Distrito Federal.....	46
4.1.4.1 Erosão.....	47
4.1.4.2 Contaminação das Águas	47
4.1.4.3 A Exaustão dos Recursos de Água Subterrânea	47
4.2 Base Científica e Tecnológica.....	48
4.3 Cadeias Produtivas Regionais e Arranjos Produtivos Locais.....	54
4.4 Infra-estrutura e Desenvolvimento Regional	55
4.5 Importância do Centro-Oeste na Integração Sul-americana	59
5. BASES DE UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE	62
5.1 A Matriz Estratégica	62
5.2 Cenários Tendencial e Desejado	64
5.3 Os Grandes Objetivos Regionais	67
5.4 Escolhas Estratégicas para Atuação	67
5.4.1 Participação	68
5.4.2 Sustentabilidade	69
5.4.3 Valorização da Educação, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação	70

5.4.4	Viabilização de Novas Fontes de Financiamento	72
6.	FORMATO DA NOVA INSTITUIÇÃO	74
6.1	Propósitos.....	74
6.2	Missão	75
6.3	Objetivos	75
6.4	Formas Prioritárias de Atuação.....	78
6.5	Desenho Institucional.....	79
6.5.1	Órgãos colegiados	79
6.5.2	Instrumentos de Planejamento e Gestão	81
6.5.3	Recursos e Instrumentos Financeiros.....	81
	BIBLIOGRAFIA CITADA	83
	ANEXOS	86
	ANEXO 1-LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REALIZADO EM BRASÍLIA-DF, EM 28.11.2003, PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE- SUDECO.....	87
	ANEXO 2-LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REALIZADO EM GOIÂNIA-GO, EM 1º.12.2003, PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE- SUDECO.....	91
	ANEXO 3-LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REALIZADO EM CAMPO GRANDE-MS, EM 05.12.2003, PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE- SUDECO.....	99
	ANEXO 4-LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REALIZADO EM CUIABÁ-MT, EM 09.12.2003, PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE- SUDECO.....	104

APRESENTAÇÃO

Nos últimos 20 anos, a Região Centro-Oeste constituiu-se em referência nacional como área de grande potencial agrícola, que experimenta um ritmo de crescimento notável, ainda que outras áreas do País, com desenvolvimento mais maduro, apresentem incrementos apenas discretos em seus indicadores de atividade econômica. O conjunto integrado pelos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, que constitui, hoje, a Região Centro-Oeste, abrange uma superfície de 1.612.077,2 km², com uma população de 11.636 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000, correspondentes a 6,8% do total de habitantes do País.

Na verdade, somente a partir dos anos de 1960 é que a Região evoluiu mais rapidamente para sua integração à economia nacional. Assim, de um produto regional que, em 1960, chegava apenas a 2,46% do PIB nacional, o Centro-Oeste alcançou uma contribuição de 6,44%, em 1999.³ Nessa trajetória, foi decisiva a participação governamental no processo de desenvolvimento da Região, seja por intermédio da execução de Programas Especiais de Desenvolvimento e de infraestrutura, seja pelo aporte de crédito especial, comandados pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-Sudeco.

A realidade hoje é bem diversa. Em 1990, o Centro-Oeste perdeu a sua agência de desenvolvimento principal e os incentivos mais fortes que alavancaram o seu crescimento inicial. Mais do que essa perda, no entanto, a Região passou a se ressentir de uma ação articulada regionalmente e com referências sub-regionais e locais, voltadas para a consolidação e o aproveitamento de seu extraordinário potencial, e, igualmente, para a superação de limitações de caráter estrutural, ou resultantes da exploração econômica recente.

A necessidade de se dispor de um instrumento capaz de nortear as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste levou a então Secretaria Especial de Políticas Regionais-Sepre a elaborar o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste-Planoeste**, (1998), motivada pela específica decisão de fortalecer a retomada do desenvolvimento na Região, conforme orientações pautadas pelos princípios da competitividade e da gestão eficaz. Tratava-se, a respeito, de adequar o Estado a exigências mais contemporâneas com a governabilidade das economias submetidas à realidade da globalização, mediante o ajuste de sua função à sua capacidade e ao revigoramento das instituições oficiais.⁴

Esse processo foi continuado com a Secretaria Extraordinária do Centro-Oeste-SCO, do Ministério da Integração Nacional, que elaborou o **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste** (2000), buscando incorporar a dimensão do planejamento regional estratégico ao processo de tomada de decisão e de negociação com os agentes públicos e privados afeitos ao desenvolvimento do Centro-Oeste.

Para tanto, esse Plano Estratégico tomou em consideração todos os problemas identificados na Região, tendo em conta garantir o alcance dos seguintes objetivos:

- Manejo sustentável dos recursos naturais e melhoria das condições ambientais;

³ Cf. **Região Centro-Oeste do Brasil em números**, n. 1, maio 2002, Brasília: Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento do Centro-Oeste-SCO, p. 52.

⁴ Veja-se, sobre o assunto, os seguintes documentos: i) The International Bank for Reconstruction and Development. The World Bank (1997) – **World Development Report, 1997**. Washington, D. C., Oxford University Press; e ii) BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (1997) – “A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle”. Brasília-DF, **Cadernos MARE da Reforma do Estado** 1.

- Promoção de investimentos, diversificação da base econômica e aumento da oferta de postos de trabalho;
- Consolidação e ampliação da rede de infra-estrutura regional e da oferta de serviços coletivos; e
- Melhoria da gestão dos negócios públicos, racionalização das ações institucionais e estabelecimento de parcerias com o setor privado e o terceiro setor.

A concretização desses objetivos suporia a adoção de **opções estratégicas** igualmente definidas no documento referido, concebidas segundo as orientações já estabelecidas para as escalas regional (Centro-Oeste) e nacional (Brasil), de maneira a constituir um todo harmônico e coerente. Foram, portanto, identificadas as seguintes opções estratégicas:

- Integração regional e competitividade;
- Fortalecimento do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, como vetor de desenvolvimento regional;
- Consolidação de Brasília como área de excelência em ciência e tecnologia;
- Gestão sustentável dos recursos de solo e água dos cerrados; e,
- Atuação em pólos de desenvolvimento.

A retomada da dimensão territorial do planejamento, mediante a recriação e fortalecimento das Superintendências de Desenvolvimento Regional, está, de fato, sendo posta em prática pelo Ministério da Integração Nacional, com as iniciativas de recriação da Sudene e da Sudam, segundo a linha do compromisso que integra o programa “Um Brasil para Todos”. Com efeito, esse texto assinala:

“O Estado não pode limitar as suas ações a administrar o curto prazo e as questões emergenciais, mas deve se pautar por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica em reativar o planejamento, assegurando um horizonte mais longo para os investimentos”.

Essa concepção aponta que o planejamento é “uma aposta no futuro” que lida com decisões em ambiente de alta incerteza. Planejar nos dias atuais, portanto, é construir um referencial flexível, capaz de orientar decisões sobre variados objetivos. No âmbito do planejamento regional, deve-se passar por uma negociação de múltiplos e diversificados interesses da sociedade que planeja, confrontando percepções da realidade, vontades e expectativas sobre o que se pretende alcançar no futuro. Em síntese, ao contrário das visões tecnicistas tradicionais, o planejamento é um processo claramente político, envolvendo acertos, negociações, conflitos e cooperação, para tomar decisões.⁵

É no contexto desse quadro de referência que a presente proposta de elaboração do **Documento Básico** de Recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) procura se situar. Assim sendo, o presente documento deve responder tanto às propostas de Políticas Públicas emanadas do Governo Federal, como aos anseios expressos pela sociedade

⁵ Vide BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para a Recriação da Sudene, *Bases para a Recriação da Sudene. Por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste. Versão Final*, Junho de 2003.

civil regional, que em diversas ocasiões já manifestou a necessidade e oportunidade de contar com um órgão especificamente voltado para o desenvolvimento regional estratégico do Centro-Oeste.

Para a elaboração do presente documento, foi mobilizado um considerável acervo de informações e proposições técnicas e políticas, oriundas de fontes como as seguintes:

- Planos e estratégias de desenvolvimento para a região Centro-Oeste, produzidos na esfera do Governo Federal;
- Entrevistas com dirigentes de instituições vinculadas ao desenvolvimento do Centro-Oeste;
- Reunião em Brasília com Secretários de Estado dos Governos de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal e convidados especiais representando a CNI, CNA, BB, BNDES, CEF e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Reflexão estruturada a partir da realização de quatro seminários, conduzidos com autoridades dos governos federal, estaduais e municipais, representantes dos setores privado e não-governamental, nos seguintes locais: Brasília, Goiânia, Campo Grande e Cuiabá, especificados nos Anexos 1, 2, 3 e 4; e
- Reunião com propósitos similares com a bancada de parlamentares do Centro-Oeste, no Senado Federal, em Brasília.

1. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A NOVA SUDECO

O planejamento estratégico constitui um esforço ordenado para produzir decisões e ações destinadas a orientar os rumos e o desenvolvimento de uma dada organização (pública ou privada), a partir de uma dada situação. Facilita a comunicação, estimula a participação, concilia interesses divergentes, ajuda a ordenar as decisões que devem ser tomadas, e garante, ainda, sua melhor implementação.

Como técnica, o planejamento estratégico começou a ser posto em prática pelo setor privado, nos anos 1970. Sua aplicação ao setor público é mais recente, datando do início da década passada. Aplicado ao planejamento das cidades, começou a ser utilizado no final dos anos 1980, em cidades dos Estados Unidos e da Europa.

Difere do planejamento *lato sensu*, realizado em escala global, setorial e regional, pelas ênfases que passou a conferir a aspectos relacionados à definição mais precisas de objetivos, diretrizes, metas e alocação de recursos. Neste sentido, dá seqüência e amplia o alcance das técnicas de “gerência por objetivos”, postas em prática no início dos anos 1970, por parte tanto de instituições públicas como privadas.

Nessa linha, são discutidos a seguir aspectos relacionados (i) mudanças gerais nas políticas regionais; (ii) concepção estratégica do planejamento regional e o papel das instituições de coordenação; e (iii) avaliação estratégica e promoção do desenvolvimento sustentável.

1.1 Mudanças Gerais nas Políticas Regionais

A crise econômica de 1973 questionou seriamente a validade dos modelos explicativos tradicionais da economia regional e supôs não só a renúncia da política regional anterior, como a adoção de novo enfoque de atuação, compatível com a realidade das economias avançadas, particularmente as emolduradas na Comunidade Européia.

Em conseqüência, fizeram-se mudanças profundas no campo dos objetivos, dos agentes e dos instrumentos, passando-se a poder falar da presença de um “novo” modelo de ação regional, no qual a **integração** e a **coordenação** aparecem como as principais características.

Quando em novembro de 1985, reuniu-se o grupo de política regional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE para estudar a nova linha a ser seguida na área de ação regional,⁶ chegou-se à conclusão de que as mudanças produzidas nas economias avançadas – principalmente as relacionadas aos contextos econômico, tecnológico, demográfico e político-administrativo – sugeriam a necessidade de conferir novo enfoque à política regional, principalmente nos países da Comunidade Européia.

A partir de então teve lugar uma reformulação geral das políticas regionais, representando um giro profundo, tanto na atuação das instituições, quanto na definição dos objetivos e na descrição e aplicação dos instrumentos.

No primeiro caso, e como conseqüência da crescente descentralização de funções, obtiveram papel de destaque as regiões e as próprias comunidades locais, no tocante à formulação e

⁶ Como conseqüência da nova realidade que se impôs às economias, em face de crise resultante dos choques do petróleo.

implementação de suas respectivas políticas regionais, segundo os limites institucionais estabelecidos.

No segundo caso, foi definida uma hierarquia de objetivos, mais acordes com a nova realidade, que, à sua vez, fez necessária a utilização de um novo conjunto de instrumentos. Neste caso, convém salientar que, além de submeter à revisão os instrumentos tradicionais – principalmente os relativos ao sistema de incentivos à infra-estrutura e à atuação de empresas públicas em nível regional –, passou-se a ensaiar e desenvolver, especialmente nos últimos anos, novas frentes de atuação. Dentre estas, ocupam lugar destacado: i) o apoio à inovação tecnológica; ii) o desenvolvimento dos serviços – de forma especial os destinados à produção; iii) o incentivo a novas opções financeiras, principalmente as relacionadas ao capital de risco; e iv) a conquista de novos mercados externos, tendo em vista a crescente internacionalização das economias.

A importância das mudanças na descrição e aplicação da política regional justifica sobremaneira a alteração dos enfoques produzidos no tocante às alterações vigentes, até a chegada da crise. Tornou-se habitual estabelecer uma clara distinção entre dois enfoques distintos, seja o que se refere à problemática a ser abordada, seja o relacionado aos agentes, objetivos e instrumentos da política regional. A política regional que se aplica na atualidade, como passou a ser feito em passado recente, supõe, de fato, mais que uma mudança completa, uma “reorientação”, que está comportando variações no uso dos instrumentos e na ênfase em algumas linhas de atuação (inovação tecnológica, formação empresarial e profissional, desenvolvimento dos serviços no âmbito das empresas). O caráter estratégico dessas alterações vem tornando-as merecedoras de uma especial prioridade na hora de formular e pôr em prática medidas de ação regional, compatíveis com a nova realidade econômica.

No plano dos agentes, a antiga política regional teve seu projeto, e posterior execução, centrados no Estado Central, que atuava como único agente responsável, atribuindo-se ao modelo um caráter nacional com hierarquia Estado/Província. Em virtude da crise, a política regional então implementada foi submetida a uma revisão crítica, segundo seus resultados, a nova realidade econômica e os desafios a serem enfrentados no futuro.

Foram reformulados os objetivos e valorizados os instrumentos, para que estes pudessem ser acomodados às novas exigências formuladas pela crise e às mudanças em geral que se produziram – e continuaram se produzindo – nas economias avançadas. Como resultado, produziu-se uma alteração de enfoque na política regional.

Em primeiro lugar, visualiza-se uma alteração na natureza do problema. De acordo com este novo enfoque, trata-se de crise regional generalizada, representada pelo fato de todas as regiões terem formulado algum tipo de problema econômico – estagnação, inflação, desemprego, etc. Diante desse questionamento, cobra força o critério de “eficácia”, baseado na competitividade, mas sem renúncia à equidade. Para isso, se estabelece como objetivo básico e prioritário o ajuste econômico regional, estruturado em dois momentos: no primeiro, prevê-se o crescimento e, no segundo, a modernização da estrutura econômica, particularmente, a industrial.

Essa nova orientação leva à definição de uma gama de instrumentos, que apresentam traços diferenciais importantes em relação à orientação anterior. Mantêm-se os incentivos, mas neste caso eles são submetidos a critérios seletivos, para não se voltar a cometer erros do passado – massificação, esbanjamento, ineficácia, etc. Neste sentido, atribui-se grande importância à infra-estrutura viária, passando a infra-estrutura tecnológica, representada pelas redes de comunicação e de informação, a ocupar posição de primeira ordem.

Aparecem como instrumento de primeira ordem os serviços a empresas, em resposta ao processo de saída ao exterior desse tipo de funções e forma de oferecer às empresas as exigências de competitividade impostas pela nova realidade econômica, surgida após a crise econômica.

No novo enfoque desaparecem as empresas públicas e as obstruções e controles; no primeiro caso, pela sua ineficácia no período anterior e, no segundo, porque essas características são desnecessárias. Nele, porém, começam a ocupar posição central as pequenas e médias empresas, como destinatárias diretas dos novos instrumentos. E isto, sobretudo, devido à compreensão de que o desenvolvimento econômico moderno passará, fundamentalmente, pelo apoio a esse tipo de unidades produtivas, atendendo a seu número, dinamismo e versatilidade, assim como à dispersão do risco que supõem frente a uma possível crise industrial.

Trata-se, pois, de um enfoque integrador de agentes que precisam de uma grande coordenação entre eles, a fim de não dispersar esforços e otimizar os recursos disponíveis. Esta é uma das grandes diferenças da atual política regional com relação à anterior, que obedece ao próprio funcionamento da Comunidade Econômica, por intermédio de seus diversos programas de atualização. Funcionamento que convém conhecer antes de analisar as políticas concretas em nível regional.

O desdobramento dessas novas orientações em relação ao Brasil exige a formulação de políticas regionais específicas, pautadas por uma **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Significa dizer que políticas regionais definidas sem o respaldo de decisões nacionais tendem a produzir resultados de escassa eficácia econômica e reduzido sentido social. Alterar o quadro das desigualdades sociais e regionais de renda exige a construção de institucionalidades compatíveis com a natureza e magnitude dos desafios a enfrentar.

Para contrapor as tendências da fragmentação da economia nacional, necessita-se estruturar ações orientadas para ampliar a integração das estruturas produtivas regionais, elevando a sustentabilidade ambiental e promovendo a equidade social. O desenho institucional existente, tanto nas esferas públicas, como privadas e do terceiro setor, tem se mostrado incapaz de conceber estratégias e gerir iniciativas de desenvolvimento compatíveis com as demandas da sociedade.

Nessa linha, os conflitos de interesse de base territorial ou fiscal podem ser superados pela mediação realizável por instituições dotadas de características funcionais de natureza multissetorial e multiespacial, que sejam, além disso, flexíveis o suficiente para realizar o que nenhuma entidade setorial será capaz de fazer.

A Instituição de planejamento e desenvolvimento regional do Centro-Oeste de que se está a tratar deve ser concebida e estruturada de forma a poder superar esses desafios.

1.2 Concepção Estratégica do Planejamento Regional e o Papel de Planejamento, Articulação e Fomento das Instituições Macrorregionais

O planejamento estratégico das regiões pode trazer benefícios como os seguintes: i) contribuir para vislumbrar melhores possibilidades quanto ao futuro; ii) ajudar na tomada de decisões do presente, em função dos problemas futuros; iii) acompanhar as transformações das cidades e de seus entornos com maior eficácia; iv) evitar problemas organizacionais; e v) melhorar o funcionamento das instituições.

O sucesso do planejamento estratégico está condicionado à vontade das instituições envolvidas em seu processo; à liderança no processo dos representantes institucionais públicos e privados; à disponibilidade de uma estrutura técnica mínima encarregada da elaboração,

acompanhamento e controle de sua implementação; aos recursos financeiros e humanos disponíveis; à sensibilidade dos agentes e atores sociais; e ao sentido de direção comum.

As transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo estão requalificando os métodos de planejamento econômico e social que, tradicionalmente mantiveram um corte autoritário, no Brasil, em particular o observado nos anos do período do governo militar (1964-1983). Neste sentido, a planificação (ou o planejamento tradicional), como forma específica de planejamento, vem cedendo lugar à gestão do desenvolvimento. As principais características que diferenciam tais métodos de ação do Estado são apresentadas no quadro 1, descrito a seguir.

O conceito de *gestão estratégica* destaca que os participantes de um processo coletivo de tomada de decisão estão freqüentemente articulados, lateral e não verticalmente, e enfatiza que o processo de formulação de políticas não é estruturado exclusivamente por meio de acordos institucionais formais. De igual modo, procura evidenciar que o relacionamento entre os agentes participantes do processo não é necessariamente hierárquico ou autoritário.

A definição de metas de desenvolvimento, nas diversas escalas de gestão – local, regional e nacional – pressupõe a montagem de um **espaço de negociação** entre os distintos objetivos de uso do território, pelos agentes públicos e privados. É evidente que a competição por investimentos e pela elevação da capacidade fiscal são fundamentais para diferenciar o posicionamento das distintas partes envolvidas na negociação. Entretanto, para a efetiva sustentabilidade do desenvolvimento, a idéia de impor uma ordem ao território deve ser substituída por uma gestão democrática e participativa, como o único caminho capaz de garantir um patamar de equidade na distribuição territorial da riqueza e da renda.

QUADRO 1 - GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

ESTRATÉGIA	PLANEJAMENTO TRADICIONAL	GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO
Objetivos	Desenvolvimento polarizado (visão funcional/setorial)	Desenvolvimento difuso/integrado (visão territorial)
Mecanismos	Crescimento quantitativo Grandes projetos/enclaves	Inovação, qualidade e flexibilidade Numerosos projetos/entorno inovador
Organização	Gestão estratégica/operacional centralizada	Gestão estratégica Administração descentralizada/local Criação concertada de organizações intermediárias
Agentes	Estado central Grandes empresas	Estado central Grandes empresas Adm. públicas territoriais Pequenas, médias e microempresas Agentes sociais locais Organizações intermediárias Entidades supranacionais de integração econômica

Fonte: Reproduzido de ALBUQUERQUE, Francisco (1997)- *La importancia de la producción y la pequeña empresa para el desarrollo de América Latina*. ILPES, Santiago do Chile, p. 27.

O papel de propor a **Política de Desenvolvimento Regional** e seus desdobramentos em planos, programas e ações de intervenção, com a alocação de recursos, é sem dúvida um dos mais relevantes para uma instituição que tenha por atribuição cuidar do desenvolvimento regional. Dado o longo prazo de maturação dessa Política e, também, as incertezas que lhe são inerentes, assume papel fundamental o exercício da previsão e da antecipação dos rumos e dos investimentos a serem realizados e perseguidos.

Entretanto, é importante destacar que esta relevância não se deve apenas à função de planejamento, com a definição das prioridades que devem nortear a Política Regional, mas também

à função de coordenação que a instituição deve desempenhar. Com relação a este aspecto é importante observar que no domínio das atividades de planejamento, deve-se colocar em evidência um problema já identificado desde a década de 1960, mesmo antes de os governos dos países desenvolvidos começarem a promulgar um corpo expressivo de leis e legislações específicas e de estabelecerem novas instituições, relacionado à segmentação das políticas existentes.

Contudo, mesmo tendo sido identificada e diagnosticada durante as últimas três décadas como uma questão relevante para a efetiva formulação e implementação de políticas, poucas têm sido as ações realizadas até o momento com o propósito de resolver a questão da fragmentação das políticas, independentemente de sua natureza. Ao contrário, as diferentes leis, instituições, planos e programas e outros instrumentos administrativos, criados nos últimos anos, apenas contribuíram para aumentar essa segmentação.

Um dos fatores que contribui para a fragmentação das políticas pode ser encontrado no domínio do processo de tomada de decisão ou, mais especificamente, no domínio da racionalidade. Como os indivíduos são limitados para tratar as complexidades e os problemas de uma forma integrada, o procedimento usual de que se utilizam é o de dividi-los e separá-los, de forma a criar áreas específicas de racionalidade e responsabilidade. Na arena da administração pública, sobretudo no contexto das estruturas do Estado, essa divisão é materializada pela criação de diferentes ministérios, autarquias, sociedades de economia mista, empresas e agências, responsáveis por diferentes áreas e setores, como forma de tornar a administração gerenciável e eficaz.

Uma outra explicação para a fragmentação diz respeito ao contexto institucional das organizações que têm responsabilidade pela formulação e, principalmente, implementação de políticas, planos, programas e ações para diferentes áreas e setores. Neste sentido, é importante observar que um dos aspectos sempre presente na agenda de qualquer organização é sua sobrevivência. E em seu processo de luta pela sobrevivência, as instituições usualmente tendem a estabelecer fronteiras de ação claramente delimitadas, o que faz com que o processo de integração entre elas seja bastante difícil.

Uma restrição adicional imposta pelo processo de fragmentação, em instituições ou em políticas, é a dimensão e a natureza diferenciada das conseqüências e/ou problemas impostos a diferentes áreas ou setores. Neste sentido, áreas ou setores como os de meio ambiente e ciência e tecnologia, cujas ações perpassam ou permeiam os outros setores ou áreas, são muito mais afetados pelo processo de fragmentação. Os estudos e pesquisas sobre redes intergovernamentais, sobretudo relacionados à implementação de políticas, planos e programas no âmbito dessas redes, procuraram analisar a importância da natureza dessas políticas, planos e programas, juntamente com outros componentes, no sentido de dificultar a cooperação/integração nos processos de implementação que requerem a participação de diferentes instituições.

Uma solução que vem sendo proposta para esse problema é a do efetivo e adequado desempenho da atividade de articulação/coordenação. Quando conflitos de objetivos entre políticas acontecem, um processo de negociação é necessário. Esse processo de negociação, ademais de um objetivo *per se*, define um procedimento no qual inconsistências e conflitos entre diferentes objetivos de políticas são continuamente confrontados no seu processo de formulação.

A articulação/coordenação tem diferentes acepções. Pode-se utilizar sua **característica dual** – negativa ou positiva. A articulação/coordenação negativa refere-se à tentativa feita por uma dada agência no sentido de descobrir quais são as intenções das outras agências, quando ocorrem sobreposições de ação em relação a uma mesma política, plano ou programa, de forma a que tal tentativa entre no processo de formulação dos instrumentos de planejamento como uma restrição.

Já a articulação positiva significa o envolvimento de todas as agências, em uma exploração conjunta de suas sobreposições.⁷

Ademais, no contexto da articulação/coordenação política, é possível distinguir sua **natureza dual**, ora como um objetivo ora como um processo. A primeira diz respeito à constante e permanente procura por um conjunto de políticas que sejam coerentes, direcionadas e ordenadas. Como objetivo, essa natureza é de difícil obtenção devido à existência de metas políticas conflitivas e contraditórias, usualmente perseguidas de forma simultânea pelas diferentes áreas e/ou setores. Um exemplo comum desses conflitos pode ser observado no domínio das políticas de energia e de conservação do meio ambiente. Enquanto a primeira atua como determinante do processo de desenvolvimento, transformando diferentes recursos naturais, de forma a oferecer mais e diversificadas fontes de energia final, a segunda luta por conservar esses recursos e por evitar a deposição, nos diferentes meios, dos poluentes resultantes do processo de produção e de uso da energia.

No que se refere à articulação/coordenação como um processo, é preciso considerar que a ocorrência de conflitos de objetivos entre políticas exige procedimentos de negociação. Esse processo, além de constituir um objetivo *per se*, define um procedimento no qual inconsistências e conflitos entre diferentes metas são continuamente confrontados, no curso do processo de formulação e implementação dessas políticas.

Na atualidade, tão importante quanto a função de planejar e implementar políticas, planos e programas de desenvolvimento é o exercício de articulação dessas ações. Como visto, a existência de conflitos será sempre um elemento presente no contexto da prática de estabelecer e executar diferentes instrumentos de planejamento e este evento será mais agravado ainda quando essas atividades envolverem diferentes Estados da Federação, que têm diferenciados e legítimos interesses específicos. Neste sentido, o fundamental não é a busca de um consenso absoluto, visto que este constitui um objetivo irrealizável. O necessário é a busca de uma acomodação entre as diferenças, de forma a que o balanço entre perdas e ganhos seja explicitado e que as compensações possam ser negociadas no contexto de arranjos institucionais participativos e transparentes. É nisto que reside a prática da articulação/coordenação, cuja execução requer, ademais de procedimentos administrativos claramente definidos, acordos políticos entre as partes envolvidas.

1.3 Avaliação Estratégica e Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Uma proposta de desenvolvimento em âmbito regional tem, necessariamente, que assumir um compromisso com a sustentabilidade. Contudo, ademais de representar um conceito, cunhado pela Comissão Brundtland em 1987 (*Our Common Future*), e de mostrar a vontade de uma prática ainda a ser desenhada com a precisão necessária para sua implementação, o desenvolvimento em bases sustentáveis deve ser concebido no sentido de realizar sua definição mais pragmática. Definição esta que tem a ver com o processo de tomada de decisões, no sentido de ser este informado não apenas pelos valores econômicos e técnicos como tem sido a prática, mas também pelos valores sociais, ambientais, culturais, políticos e institucionais.

O início da década de 1970 presenciou o surgimento de um conjunto de procedimentos cujo objetivo precípuo foi o de fazer com que o processo de tomada de decisões sobre ações de desenvolvimento se fizesse de forma mais racional. A análise custo-benefício não era mais suficiente para informar decisões sobre empreendimentos para os quais os avanços do

⁷ Veja-se, a respeito: MINNERY, J. 1988. "Modelling coordination". **In:** *Australian Journal of Public Administration*, Vol. XLVII, No. 3, pp. 253-262; e PAINTER, M. (1981) "Central Agencies and the coordination principle". **In** *Australian Journal of Public Administration*, Vol. XL, No. 4, pp. 265-280.

conhecimento deixavam evidente que sua implementação levava a conseqüências e, sobretudo, impactos complexos e incertos. É neste contexto que surge uma família de instrumentos de avaliação cujas principais expressões foram a avaliação social, a avaliação tecnológica e a avaliação de impactos ambientais.

Embora as perspectivas de futuro para esses procedimentos de avaliação fossem bastante promissoras, apenas a avaliação de impactos ambientais teve sua sobrevivência assegurada, isto principalmente pelo uso político a que foi submetida, como resposta às demandas dos movimentos ambientalistas que começavam a se estruturar no início dos anos 1980.

Passadas hoje mais de três décadas, desde o início do uso da avaliação de impactos ambientais, diferentes análises têm demonstrado que esse instrumento – praticamente adotado pela maioria dos países como procedimento para viabilizar a incorporação dos valores ambientais e sociais às decisões sobre a implementação das ações de desenvolvimento –, tem sido considerado como de natureza reativa. Ou seja, um instrumento que, incapaz de evitar os impactos provenientes das ações de desenvolvimento, apenas contribuía para sua minimização. A principal razão para essa natureza reativa diz respeito ao momento em que a avaliação é realizada, ainda ao nível do projeto. Entretanto, ao ser aplicada naquele momento do processo de planejamento, a avaliação de impacto ambiental tem sido incapaz de viabilizar o aspecto considerado fundamental para a racionalização do processo de tomada de decisão: a consideração de diferentes alternativas.

A **Avaliação Estratégica**, ao contrário, vem sendo atualmente apontada como uma solução para as deficiências dos estudos de impactos ambientais e, principalmente, como instrumento capaz de viabilizar a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento. Como prática, a avaliação estratégica significa a aplicação dos procedimentos de avaliação não mais em nível de projeto, mas em relação às etapas iniciais do processo de planejamento, que correspondem à formulação das políticas, dos planos e dos programas.⁸

Como nestes níveis de planejamento os investimentos ainda não têm a configuração de detalhe, a prática do pensar e, sobretudo, avaliar e negociar diferentes possibilidades e alternativas constitui um evento viável. Ademais, ao permitir a consideração de alternativas para as ações de desenvolvimento, a avaliação estratégica permite que diferentes valores – e. g., ambiental, econômico, social, político, institucional – sejam incluídos e considerados de forma integrada na tomada de decisão, mediante a ponderação e negociação de ganhos e perdas que sejam tornadas transparentes e explícitas.

Um processo de Avaliação Estratégica-AE pode ser aplicado a três tipos principais de ações: (i) políticas, planos e programas setoriais (e.g. energia e transporte); (ii) políticas, planos e programas relacionadas com o uso do território, cobrindo todas as atividades a serem implementadas em uma determinada área; e (iii) políticas ou ações que não necessariamente se implementam por meio de projetos, mas que podem ter impactos significativos (e. g. política de incentivos ou de créditos).

O principal problema com essa tripla contextualização da aplicação do processo de AE é a natureza integrada desses três tipos de ações apontadas, uma vez que é impossível discutir uma política, plano ou programa setorial sem vinculá-los ao território onde serão implantados e também ao contexto político e ideológico onde a política, o plano e o programa foram concebidos e aprovados.

⁸ Veja-se, a respeito: LEE, N. & WALSH, F. (1992)- “Strategic environmental assessment: an overview”. In: *Project Appraisal*, Vol. 7, No. 3, pp.126-136.

O mesmo argumento é verdadeiro para a dimensão geográfica, uma vez que é impossível considerar o uso de um determinado território sem ponderar as atividades setoriais que serão desenvolvidas dentro (e também fora) de suas fronteiras. Nesse sentido, essa separação, muito embora seja conveniente para simplificar a análise a ser desenvolvida em um processo de AE, introduz problemas de consistência para os resultados finais dos procedimentos a serem realizados, consistência essa que deve ser considerada nas conclusões de uma Avaliação Estratégica.

Para superar essa questão no âmbito de uma AE, o procedimento que vem sendo proposto para o planejamento do uso do território é o da gestão por ecossistemas. Por ser, também como a AE, uma perspectiva nova, conceituar precisamente o que vem a ser gestão por ecossistemas constitui uma tarefa não trivial. Entretanto, é importante apontar que o conceito tem duas dimensões: uma estrutural/funcional e outra política.⁹

Com relação à primeira, é relevante considerar que quando se procura definir o que vem a ser um ecossistema é preciso entender que esse é um termo aplicado para uma ampla variedade de escalas espaciais. Funcionalmente, assim como espacialmente, ecossistemas existem em uma estrutura hierárquica. O nível superior, contém e é composto por todos os ecossistemas do nível inferior. Neste sentido, as fronteiras de um ecossistema podem ser tanto estruturais como funcionais: se as diferenças identificadas entre um lado da fronteira e o outro forem significativas, então a fronteira é verdadeira ou natural. Se as diferenças não forem significativas, então a fronteira é artificial e pode não definir diferentes ecossistemas.

Contudo, mesmo com todas essas considerações, definir um ecossistema continua sendo uma tarefa de grande complexidade. O clima pode ser o elemento principal para a definição das fronteiras de um ecossistema. O clima controla os padrões dos ecossistemas em diferentes escalas. Como resultado, basear as fronteiras de um ecossistema no clima permite que fronteiras permanentes sejam identificadas; isso implica que os ecossistemas sejam identificados, em detrimento das condições.

Outra possibilidade é levar em consideração um fator adicional ao do clima. Neste sentido, ao clima pode-se juntar a hidrologia, de forma a se considerar dois fatores importantes, uma vez que representam, mais precisamente, as verdadeiras fronteiras dos processos ecológicos de interesse.

Por fim, um outro fator para melhor precisar as fronteiras de um ecossistema é a identificação do uso dominante que é feito do território – agrícola, urbano, industrial, dentre outros – e, embora artificial, as fronteiras políticas podem também ser necessárias.

Um esquema interessante para definir os possíveis ecossistemas de trabalho, no contexto do Brasil, foi proposto por Egler (2001), ao redesenhar o território nacional mediante o uso de recortes das paisagens e dos limites administrativos (municípios).

Como apontado acima, a definição de gestão por ecossistemas tem tanto uma dimensão estrutural funcional como política. Esta dimensão política é, sobretudo, representada pela necessidade, hoje imposta pelo avanço da democracia, de fazer com que o processo de tomada de decisão sobre o uso do território e de seus recursos seja realizado com a participação de todos os atores relevantes e interessados. Neste sentido, o sucesso de uma gestão por ecossistemas para proteger os ambientes, para revitalizar economias ou restaurar o bem-estar de comunidades começa e termina com a população e suas escolhas.

⁹ Cf. CROBER, A. M. 1999. *The ecosystem approach to ecosystem management*. A Senior Honours Thesis Submitted in Partial Fulfillment of the Degree of Bachelor of Environmental Studies. Department of Geography, Faculty of Environmental Studies, University of Waterloo.

Por fim, cabe apontar que a gestão por ecossistemas requer a compreensão mais aprofundada dos sistemas sociais e econômicos e de suas interações com os sistemas biofísicos. Nesta direção é preciso uma compreensão muito mais acurada sobre o que são as atitudes da população e como elas variam em função de fatores socioeconômicos como idade, educação, nível de renda e classe. Mais importante, é necessário conhecer porque determinadas atitudes são tomadas e que compromissos existem entre expressões culturais relativas à proteção ambiental e os ganhos econômicos que advêm do uso dos recursos naturais.

Tendo em consideração esses aspectos, importa ter presente que para o alcance da sustentabilidade, o processo de planejamento do uso do território deve possuir as seguintes características:

- Ser **democrático**, envolvendo a participação de representações da sociedade civil organizada, em todas as fases do processo;
- Ser **sistêmico**, adotando um enfoque que permita considerar não apenas os diferentes componentes do território, mas também as interações entre eles;
- Ser **dinâmico** quanto à concepção do sistema sobre o qual atua, uma vez que o planejamento do uso do território demanda interações, mudanças e regulações;
- Ser **prospectivo**, considerando diferentes alternativas, conforme tendências evolutivas de curto, médio e longo prazos dos aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos;
- Ser **global**, incorporando todos os aspectos que conformam a realidade territorial, assegurando a articulação/coordenação das políticas setoriais e dos diferentes níveis territoriais, assim como a concertação dos agentes sociais que atuam sobre o território. Isso exige, por conseguinte, uma análise multidisciplinar e interdisciplinar da realidade e das propostas;
- Ser **funcional e interdependente**, levando em conta a existência de consciências regionais, sub-regionais, estaduais e locais, baseadas em valores, culturas e interesses comuns;
- Ser **contínuo e cíclico**, analisando a realidade para a tomada de decisões, cujas conseqüências realimentam essa análise em ciclos de curto prazo orientando a definição de uma perspectiva de longo prazo; e
- Ser **flexível** em suas determinações, permitindo variações táticas dentro da mencionada perspectiva de longo prazo. Neste sentido, não é tão importante o cumprimento taxativo das determinações do plano, mas principalmente seu efeito sobre a consciência e a cultura que induz em termos da necessidade de uma articulação/coordenação administrativa e de uma concertação de interesses entre todos os agentes socioeconômicos, públicos ou privados, que têm responsabilidades sobre a gestão do território.

Ademais, enquanto atividade de planejamento, a gestão por ecossistemas está fundamentalmente relacionada com a administração pública, constituindo uma função pública, que vincula organismos públicos, setoriais e territoriais, e, em muitas de suas determinações, também a iniciativa privada.

2. A NECESSIDADE DE RECRIAÇÃO DA SUDECO

Trabalha-se aqui com a hipótese de que a Sudeco deve ser criada para resolver problemas vitais ao desenvolvimento do Centro-Oeste, em relação aos quais não se conta hoje com nenhuma instituição pública organizada com essa finalidade.

Nesta perspectiva, o presente capítulo foi construído de forma a pôr em destaque as particularidades da antiga Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste-Sudeco, discutir os contornos da política de desenvolvimento regional na esfera do Ministério da Integração Nacional-MI, mostrar as ênfases contidas nas políticas e na atual estrutura de gestão do desenvolvimento do Centro-Oeste e da Região do Distrito Federal e Entorno e de pôr em destaque a necessidade criação de uma Nova Sudeco.

2.1 Características da Antiga Sudeco

A Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste-Sudeco foi criada pela Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967. Ao ser instituída, a Superintendência substituiu, na forma e no conteúdo, a Fundação Brasil Central-FBC. A FBC havia sido concebida no contexto da “Marcha para Oeste”, idealizada e posta em prática à luz das orientações de livro com o mesmo nome, escrito por Cassiano Ricardo,¹⁰ um dos mentores do projeto econômico do governo Vargas. Criada em 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.878, de 06 de outubro de 1943, a FBC tinha como uma de suas principais funções incorporar o Brasil Central à economia nacional, promovendo o desbravamento e a colonização do espaço hoje conhecido como Região Centro-Oeste.

Esse processo teve curso relativamente firme até o começo dos anos de 1960, com a instalação de várias iniciativas de colonização no Centro-Oeste, como as administradas pela Fundação Brasil Central, pelo Conselho de Imigração e Colonização-CIC, além das realizadas pelas seguintes instituições: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (de iniciativa do Ministério da Agricultura), Agro-Colonizadora Industrial Ltda. (conduzida por iniciativa particular), Cooperativas Italianas de Técnicos Agricultores-CITAG (de iniciativa do setor privado). Também importantes foram as experiências da Colônia Nacional de Ceres e da Colônia de Dourados, dentre outras iniciativas.¹¹ Nas décadas de 1950/1960, Goiânia já deixara de ser um burgo rural e Anápolis, com suas agroindústrias, constituía o terminal ferroviário do Mato Grosso goiano. Só bem depois, a atual capital de Goiás passaria a dispor de seu terminal ferroviário.¹² De grande importância foi a abertura da rodovia Belém-Brasília, que ajudou a rearticular os núcleos urbanos da porção norte de Goiás. De maior relevo foi a construção da capital federal, exigindo a abertura de estradas e novas frentes de imigração, que iriam viabilizar a integração da região ao comércio nacional.¹³

A construção de Brasília e a transferência das funções da capital do País para o Planalto Central contribuíram, além disso, para ampliar as demandas por obras e serviços diversos no Centro-Oeste. Naquele momento, a Fundação Brasil Central não estava estruturalmente capacitada para atender às novas demandas. Com a instauração do governo militar em 1964, mudou o regime de governo no País e, com ele, o Projeto Nacional. A integração das regiões periféricas e menos

¹⁰ RICARDO, Cassiano (1959)- **Marcha para Oeste**; a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, (Coleção Documentos Brasileiros, 25.) 2 volumes. (A 1ª edição da obra é de 1942.)

¹¹ Conselho de Imigração e Colonização-CIC (1949)- **Goiás: uma nova fronteira humana**. Rio de Janeiro, CIC, Presidência, p. 179-207.

¹² BERTRAN, Paulo (1988)- **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Codeplan, Goiás, UCG, p. 99.

¹³ ESTEVAM, Luís (1998)- **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do Autor..

desenvolvidas ao centro dinâmico da economia nacional, qualificado por São Paulo, passou por isso a refletir as orientações estabelecidas a partir de Brasília.

Naquele contexto, era preciso pensar a Amazônia e o Centro-Oeste segundo os determinantes de um Projeto Nacional que se pautava pelo binômio “segurança e desenvolvimento”. A experiência de planejamento regional que vinha sendo posta em prática no Nordeste, por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, com os devidos acertos, poderia ser útil ao novo projeto de integração da Amazônia e do Centro-Oeste à economia nacional. Para tanto, era necessário moldar a Sudene aos novos tempos, para eliminar a desconfiança com que a entidade era vista. De fato, o governo militar olhava a Sudene com muita desconfiança, por conta de sua reconhecida capacidade em refletir e propor medidas econômicas e sociais justas e adequadas à redução dos níveis de desigualdades entre o Nordeste e o Centro-Sul do País.

Para pensar a Amazônia e o Centro-Oeste, segundo os determinantes do novo Projeto Nacional, foi necessário realizar mudanças institucionais de vulto. Primeiro, foi extinta a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA, colocando-se em seu lugar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam, criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Em segundo lugar, o governo militar extinguiu a Fundação Brasil Central, que foi substituída, em 1967, pela Sudeco, nos termos da lei já mencionada. A experiência de planejamento regional seria também levada ao Sul do País, em 1969. Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-Sudesul, pelo Decreto-Lei nº 576, de 09 de maio de 1969, foi extinta naquele ano a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País-SPVEFSO, que vinha atuando na Região Sul, segundo as determinações da Lei nº 2.976, de 15 de janeiro de 1956.¹⁴

Vale notar que a Sudeco, assim como a Sudam e a Sudesul, foi criada com propósitos, formalmente, semelhantes aos seguidos pela Sudene, depois de 1964. Isto porque a Sudene originária, aqui qualificada como a instituição dirigida por Celso Furtado, seu criador e primeiro Superintendente, reconhecida como a mais importante inovação brasileira no campo do planejamento e da gestão governamental, era bem diferente. A Sudene originária foi, de fato, estruturada como instituição autônoma, subordinada diretamente ao Presidente da República. Nas palavras de seu primeiro Superintendente, a Sudene, pela “amplitude de suas atribuições e pela extensão de seu âmbito”, havia sido “virtualmente transformada num ministério de desenvolvimento regional, dotado de excepcional força executiva”.¹⁵ Na prática, a Sudene dispunha de características especiais, que reforçavam seu caráter de ente extraordinário. Criada por lei votada em batalhas democráticas históricas, a Sudene esteve encarregada de planejar ações destinadas a promover o desenvolvimento do Nordeste, de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do setor privado e de coordenar a aplicação dos investimentos públicos na Região. Contava, ademais, com quadro de pessoal admitido ou requisitado de outros órgãos públicos, segundo dispositivos não-tradicionais especificados em lei.¹⁶

Formalmente, a organização da Sudeco em 1967 acompanhava de perto os delineamentos funcionais atribuídos à Sudene, no que se referia às suas atribuições em matéria de planejamento do desenvolvimento regional e à sua estrutura. As diferenças estiveram afetas à elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Regional, à realização de estudos e pesquisas em diferentes campos

¹⁴ CARVALHO, Otamar de (1973)- **Ações no campo do desenvolvimento regional**. Brasília: Ministério do Interior, p. 20-23.

¹⁵ Entrevista de Celso Furtado ao jornal *O Estado de São Paulo*, de 23 de março de 1960. Cf. COHN, Amélia (1976)- **Crise regional e planejamento**. São Paulo, Ed. Perspectiva, p. 141.

¹⁶ CARVALHO, Otamar de (1978)- **Desenvolvimento regional, um problema político**. Rio de Janeiro, Campus, p. 171-172.

e à disponibilidade de instrumentos fiscais e financeiros de desenvolvimento, como descrito a seguir.

Elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Regional. A Sudeco só conseguiu produzir o seu primeiro Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste seis anos depois de sua criação. De fato, o **Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste-Pladesco**, com vigência no período 1973-1974, só foi elaborado em 1973. Mesmo assim, esse documento não chegou a ser aprovado por decreto, nem foi revisado anualmente, como previa a lei que a instituiu.

Os Planos posteriores, como o **Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste (1975-1979)**, que foi elaborado como detalhe do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), também não foi aprovado por decreto, nem revisado anualmente. Essa carência institucional estendeu-se a todos os documentos similares, elaborados pelas outras Superintendências de Desenvolvimento Regional (Sudene, Sudam e Sudesul).¹⁷

Até a data de extinção da Sudeco, em 1990, a revisão operacional dos programas e projetos a cargo dessa Superintendência ficou restrita ao detalhamento dos **Programas Especiais de Desenvolvimento Regional** implementados na Região, a exemplo dos seguintes: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste-Prodoeste, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados-Polocentro, Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados-Prodegran, Programa de Desenvolvimento do Pantanal-Prodepan, Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-Polamazônia (executado em articulação com a Sudam), Programa da Região Geoeconômica de Brasília-Pergeb e Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil-Polonoroeste.

A Sudeco ainda chegou a elaborar um novo Plano – o **Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (1987-1989)**, em 1986, no qual a Região era destacada como “Região Solução”, uma espécie de contraponto ao Nordeste, ainda considerada como “Região Problema”.

Realização de Estudos e Pesquisas. O quadro de pessoal da Sudeco era bem restrito, comparado ao da Sudene, que chegou a contar com mais de 3.000 funcionários, considerando o pessoal de nível superior, médio e administrativo, ali por volta do seu décimo ano de existência. A Sudeco contava com um quadro de pessoal numericamente bem menor. Ao longo de sua existência, essa Superintendência não chegou a dispor de mais de 600 servidores.

Ao ser extinta, a Sudeco contava com 409 empregados.¹⁸ Por essa razão, a Superintendência não conseguiu conferir prioridade à realização de pesquisas e estudos básicos, como a Sudene. A carência de pessoal técnico ajuda a explicar também porque a Superintendência não chegou a produzir os Planos Diretores de Desenvolvimento do Centro-Oeste, logo após a sua instituição, como aconteceu com a Sudene.

Disponibilidade de Instrumentos Fiscais e Financeiros de Desenvolvimento. A Sudeco foi dotada de escassos instrumentos de apoio ao desenvolvimento. Não contou com incentivos fiscais, como a Sudene e a Sudam. Só veio a dispor de instrumentos financeiros específicos depois

¹⁷ Os quatro primeiros Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, elaborados sob a responsabilidade da Sudene, foram aprovados por lei. Destacável é a circunstância de o IV Plano Diretor (1969-1973), embora aprovado por lei, ter sido substituído em 1972 pelo Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1972-74), por conta das novas diretrizes de planejamento estabelecidas pelo governo federal, a partir de 1971/1972.

¹⁸ Cf. informações colhidas em entrevista concedida a Antônio José Guerra por Aguinaldo Lelis, técnico que atuou durante vários anos como Diretor e, depois, Superintendente de Operações e Superintendente de Planejamento da Sudeco.

de 1989, com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO, a apenas um ano antes de sua extinção.

A melhor época da Sudeco, em matéria de mobilização de instrumentos de apoio ao desenvolvimento, correspondeu à fase dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, mais especificamente ao período situado entre o ano de 1975 (quando foi instituído o Polocentro) e os anos de 1983/1984. Os Programas Especiais tiveram sua implementação encerrada após esse biênio. Mesmo assim, a contribuição emprestada pela Superintendência no citado período foi das mais expressivas. Afinal, em boa medida, foi graças aos recursos do Polocentro que a Embrapa pôde estudar, conhecer e produzir as inovações técnicas que tornaram os Cerrados brasileiros aptos à produção agrícola.

De 1983/1984 em diante, a Sudeco passou a trabalhar com reduzidas dotações orçamentárias e com os recursos do Polonoroeste, aportados pelo Banco Mundial e pelo governo brasileiro.

Ademais, em nenhuma de suas fases de existência, a Sudeco pôde contar com parceiros competentes e mais amistosos na órbita da esfera pública federal, que lhe auxiliassem no cumprimento de sua missão. Não dispôs, por exemplo, do apoio de um Banco de Desenvolvimento, como a Sudene, que, ao ser instituída, já contava com o suporte financeiro a diversos projetos de desenvolvimento, de uma instituição séria e competente como o Banco do Nordeste do Brasil-BNB. O mesmo aconteceu com a Sudam, que ao ser instituída passou a contar com o apoio do Banco da Amazônia S. A.-BASA.¹⁹

As realizações da Sudeco nesse quadro de fragilidade instrumental tiveram valor extraordinário para a expansão capitalista da economia do Centro-Oeste. A este respeito, o papel da Superintendência foi considerado mais favorável ao capital do que ao trabalho. De meados dos anos de 1970, à metade dos anos de 1980, o Centro-Oeste passou por grandes transformações, tanto sociais, como econômicas e ambientais. Estudos realizados sobre os resultados da experiência de planejamento conduzida pela Sudeco mostram que a Superintendência conseguiu “vender” o Centro-Oeste como a “Nova Fronteira” e a “Região Solução”, segundo modelo de desenvolvimento lastreado na expansão da agricultura em larga escala e na agroindustrialização. Esses estudos também procuraram mostrar que o modelo praticado pela Sudeco exauriu-se em virtude da própria crise do planejamento em escala nacional e regional, posta a nu na década de 1990, no quadro do processo de enfraquecimento do Estado-Nação e do projeto desenvolvimentista, que fora praticado durante o governo militar.²⁰

Cabe indagar agora se o grau de desenvolvimento alcançado pela Região Centro-Oeste exige a recriação de um agente de desenvolvimento dotado de visão geral e específica, em condições de pensar e de produzir orientações em matéria de política econômica para um espaço estratégico ao desenvolvimento interno e externo do País.

Antes de avançar na resposta a esta questão, é importante tecer considerações sobre os contornos da política regional que vem sendo desenhada pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional-MI, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de regiões que apresentam ainda um quadro de desenvolvimento em consolidação e diferenças intra-

¹⁹ Criado um mês antes da Sudam, pela Lei nº 5.122, de 28.09.1966, o Banco da Amazônia substituiu o antigo Banco de Crédito da Amazônia, que já havia assumido as funções do Banco de Crédito da Borracha.

²⁰ ABREU, Silvana (2001)- **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense**; contexto, propósitos e contradições. São Paulo, USP. (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.)

regionais marcantes, como é o caso do Centro-Oeste, e também uma descrição de como os assuntos relacionados a esta Região vêm sendo conduzidos no âmbito deste Ministério.

2.2 A Política de Desenvolvimento Regional na Esfera do Ministério da Integração Nacional

As diretrizes do governo federal para reduzir as disparidades sociais e regionais de renda nas diferentes regiões do País manifestam-se por orientações específicas do Ministério da Integração Nacional, compatibilizadas e/ou articuladas com políticas e programas setoriais implementados em determinadas áreas do território nacional. Por sua importância, destacam-se a este respeito as constantes do **Plano Brasil para Todos**.

Esse Plano, que estabelece as orientações estratégicas do governo, tem como um de seus objetivos principais reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais, mediante a integração de múltiplas escalas espaciais (nacional, macrorregional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local. O governo está consciente de que as desigualdades regionais constituem, cada vez mais, um obstáculo para a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e inclusivo e economicamente eficiente e integrado no País. Dentre as evidências apresentadas a este respeito, destaca-se a relação entre as unidades da federação com maior e menor PIB per capita, que é de cerca de 7 vezes. O Plano apresenta, também, estimativas da mesma relação entre microrregiões, que alcançam o índice de 40 vezes, confirmando a importância de uma atuação sobre a dimensão espacial das desigualdades.²¹

Para o **Plano Brasil para Todos**, essas diferenças tendem a se agravar com a globalização, pois o movimento geral de abertura de mercados tende a favorecer aquelas sub-regiões que são mais competitivas e, portanto, apresentam maiores possibilidades de crescimento. Nesse contexto alvitra a necessidade de executar ações específicas pautadas por objetivos capazes de quebrar a tendência natural de concentração da atividade econômica. Neste sentido, as diretrizes que pautam as ações de governo nos domínios do desenvolvimento regional são as seguintes:

- Promoção da integração geoeconômica do território, interna e continental, considerando as diferenciações socioeconômicas, ambientais e culturais;
- Aumento da competitividade sistêmica das regiões considerando as especificidades e vulnerabilidades dos distintos níveis de desenvolvimento inter e intra-regionais e a mobilização do potencial de desenvolvimento local;
- Geração e difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis e adequadas às demandas das regiões mais pobres;
- Estabelecimento de uma nova política de desenvolvimento regional, articulada com a política urbana, com a integração e a complementaridade de ações;
- Promoção de novos arranjos institucionais por meio da integração das ações setoriais e de uma articulação entre as esferas de governo que promovam o pacto federativo cooperativo;
- Fomento à desconcentração geográfica do sistema de ciência e tecnologia visando à redução das desigualdades regionais na capacidade de geração de ciência, tecnologia e inovação;

²¹ As informações sobre este assunto foram colhidas no site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: <http://www.planejamento.gov.br>. (Acessado em 10.10.2003.)

- Garantia de políticas de desenvolvimento econômico e social para as áreas do entorno das áreas de proteção ambiental;
- Fortalecimento do capital social na promoção do desenvolvimento regional e nacional;
- Organização do planejamento territorial por meio de arranjos produtivos locais e/ou sistemas locais de produção-SLP, bem como de cooperação intermunicipal;
- Promoção do desenvolvimento sustentável das áreas deprimidas;
- Implementação de política de proteção e valorização dos produtos regionais;
- Incentivo à permanência de profissionais qualificados no interior do País; e
- Implementação de ações de combate à sede nas áreas sem abastecimento de água potável.

Adotadas pelo Ministério da Integração Nacional, essas orientações comandam, dentre outras, iniciativas como as que integram o Promeso (Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais), que tem por objetivo aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

2.3 As Políticas e a Atual Estrutura de Gestão do Desenvolvimento do Centro-Oeste e da Região do Distrito Federal e Entorno

Na atual gestão do Ministério da Integração Nacional-MI, as ações para a Região Centro-Oeste vêm sendo conduzidas mediante duas políticas, que procuram promover o desenvolvimento da Região em bases sustentáveis. Estas políticas se expressam através do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste e do Programa de Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (Proride).

O primeiro programa tem por objetivo principal o de promover o desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste, mediante a integração da produção familiar na economia regional, sempre com respeito ao meio ambiente. Como principais ações do programa tem-se: i) o financiamento de projetos de desenvolvimento do turismo, da indústria, da agropecuária e da agroindústria na Região Centro-Oeste; ii) o desenvolvimento de unidades pilotos de promoção de oportunidades de investimentos no Centro-Oeste; e iii) a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gestão do desenvolvimento da Região Centro-Oeste

Os problemas de escasso desenvolvimento econômico e de graves formas de exclusão social na área do Entorno do Distrito Federal são conhecidos, já há algum tempo, pelo governo federal e em particular pelo Governo do Distrito Federal. Dos anos 1970 em diante, com a criação, em 29 de janeiro de 1975, do Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília-Pergeb, os governos dos Estados de Goiás e de Minas Gerais foram envolvidos de forma direta e explícita no contexto de soluções para os problemas identificados no Entorno do Distrito Federal.

Não cessando as migrações para Brasília – uma das principais causas daqueles problemas –, novas demandas da sociedade foram estruturadas e colocadas junto ao setor público. Diante desse quadro, parlamentares do Distrito Federal e dos Estados de Goiás e Minas Gerais propuseram novas

medidas legislativas destinadas a pautar estratégias para o desenvolvimento da Área do Entorno de Brasília. A convergência desses propósitos culminou com a formulação, em 1998, de Projeto de Lei Complementar, instituindo a **Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno**. Esse Projeto, formulado a partir de proposta de autoria dos Senadores Íris Rezende (PMDB-GO) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), foi transformado na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, sancionada pelo Presidente da República. Por essa Lei Complementar, o Poder Executivo foi autorizado a criar a **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE** e a instituir o **Programa de Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e do Entorno**, cujo principal objetivo é o de implantar um modelo de gestão para viabilização do desenvolvimento sustentável na área foco do Programa.

A RIDE abrange uma área de 57.169,56 km², ali vivendo, segundo o Censo Demográfico de 2000, uma população de 2.943.420 habitantes. A área da RIDE compreende, além do próprio Distrito Federal, 21 municípios, dos quais 19 estão situados no Estado de Goiás e 2 no Estado de Minas Gerais. Os municípios goianos são Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa. Como municípios mineiros, Buritis e Unai estão incluídos na área da RIDE.

O encaminhamento de soluções para os problemas da RIDE são bem diversos dos que ocorrem no interior de uma determinada unidade da federação. Por estarem referidos a porções territoriais de dois Estados – Goiás e Minas Gerais – e do Distrito Federal, os problemas dessa área caracterizam-se como de natureza multissetorial e multiespacial. Estão, ademais, referidos ao espaço onde se localiza a capital do País, reclamando, por isso mesmo, tratamento prioritário.

No contexto do Ministério da Integração Nacional, a responsabilidade pela coordenação e implementação das ações e dos programas para o Centro-Oeste estão a cargo da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste-SCO, transformada em secretaria permanente da estrutura daquele Ministério em março de 2003.

A Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste tem como competências principais: (i) contribuir para a formulação da política de desenvolvimento nacional integrada; (ii) formular, propor e coordenar a implantação dos planos e programas de desenvolvimento para a Região Centro-Oeste; (iii) promover, a articulação das políticas regionais de desenvolvimento em âmbito federal, estadual e municipal; (iv) formular e implementar políticas voltadas ao aprimoramento dos instrumentos fiscais e financeiros de apoio ao desenvolvimento do Centro-Oeste; (v) articular a ação do Governo e de atores sociais, visando a convergência de interesses públicos e privados em programas e projetos que beneficiem o desenvolvimento do Centro-Oeste; (vi) participar, junto com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), da elaboração de diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO; (vii) propor normas para a operacionalização dos programas de financiamento e da programação orçamentária do FCO; e (viii) exercer as atividades de secretaria-executiva do Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Coaride) e do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO).

Está também sob a responsabilidade da SCO a implementação das ações relacionadas com o Programa de Sustentabilidade dos Espaços Sub-Regionais-Promeso (articulado na Região pelo Programa de Desenvolvimento Integrado de Águas Emendadas), do Programa de Inserção Econômica de Sub-Regiões-Promover, do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, do

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, a elaboração do Programa de Irrigação do Centro-Oeste e a preparação da Região para integração à América do Sul.

A SCO conta, desde sua consolidação na atual estrutura do MI, com dois Departamentos, um com responsabilidades relacionadas ao Desenvolvimento Regional e outro à Promoção de Investimentos. Entretanto, face às atuais restrições que vem enfrentando a administração pública em nível federal, sobretudo àquelas relacionadas à contratação de pessoal qualificado, a Secretaria vem enfrentando sérias dificuldades para conduzir com eficiência e eficácia suas ações. Some-se a isto as restrições orçamentárias existentes, que impedem que novos recursos sejam disponibilizados para a Região pela esfera federal.

2.4 Necessidade de Criação de uma Nova Sudeco

Tendo em consideração o quadro apresentado, relativo à atual situação institucional da SCO, é oportuno retornar à questão colocada anteriormente, sobre a pertinência, hoje, de recriação de um agente de desenvolvimento dotado de visão geral e específica, em condições de pensar e de produzir orientações em matéria de política econômica e de coordenar ações para um espaço estratégico ao desenvolvimento interno e externo do País, como é o caso do Centro-Oeste.

É positiva a resposta àquela questão. Entende-se que a nova Sudeco deve ser pensada como ente estruturado segundo as determinações de um padrão de desenvolvimento pautado pelas limitações de recursos, pela lógica do desenvolvimento sustentável e pela criação de tecnologias modernas, que não excluam os pequenos negócios locais e nem a força de trabalho – rural ou urbana – que chega crescentemente ao mercado.

A Sudeco extinta em 1990 não tinha características extraordinárias, em termos de estruturação administrativa. Assim mesmo, com limitada, mas competente, estrutura de pessoal, escassos recursos financeiros e frágil aparato de planejamento, pôde contribuir para o avanço econômico do Centro-Oeste. Mas ao conceber a criação de uma Nova Sudeco, deve-se fazê-lo dotando de características particulares, que viabilizem sua sintonia com as demandas sociais, econômicas, ambientais e político-institucionais dos diferentes atores sociais da Região.

A recriação da Sudeco pode exercer papel de relevo na transformação do Centro-Oeste em espaço vital à retomada e à reconstrução do desenvolvimento brasileiro, destacando-se, em primeiro lugar, a contribuição da Região para a ampliação do mercado interno e para a expansão das possibilidades de exportação de novos produtos. O caráter dinâmico do agronegócio no Centro-Oeste é hoje diferente dos negócios agrícolas e pastoris que começaram a se expandir nos anos 1970, com a incorporação dos cerrados ao desenvolvimento da agricultura. O agronegócio de hoje é o que resultou da política de abertura da economia brasileira.

A Nova Sudeco terá de ser capaz de conceber políticas públicas que orientem a concepção e a implementação de novas estratégias empresariais. Atuando nessa direção, será possível diminuir e até mesmo eliminar – a médio prazo – boa parte das demandas por incentivos ou fundos subsidiados. O Centro-Oeste, neste ponto, é bem diferente do Nordeste. Seus empresários não se constituíram, historicamente, vinculados ao Estado, fazendo com que seu progresso dependesse em maior grau de estímulos oficiais.

Mas não basta recriar a Sudeco, extinta em 1990, esperando, como num passe de mágica, que o planejamento do desenvolvimento do Centro-Oeste passe a ser feito segundo as demandas e necessidades de sua sociedade. A Nova Sudeco deve ser estruturada segundo características que a tornem efetivamente capaz de pensar os problemas e as possibilidades de desenvolvimento da

Região, segundo estratégias respaldadas por políticas nacionais de desenvolvimento – global, setorial, regional e local.

Será necessário ver e rever o que foi feito no passado recente, para poder construir uma nova institucionalidade, que possa conduzir a bom termo o planejamento regional estratégico da Região. É preciso conhecer a extensão do desmonte a que foi submetido o setor público brasileiro, além de reconhecer a exaustão financeira dos diferentes níveis de governo. Na realidade, será preciso ver e rever as circunstâncias expressas por qualificações como as seguintes:

“O desmonte do Estado nacional, sua exaustão financeira, a violenta contração do gasto público social e de investimentos transmitiram-se às hierarquias estaduais e municipais, via *descentralização* de serviços; pelo ardil federal no manejo do aparelho tributário, através do aumento mais que proporcional dos tributos e contribuições que não sofrem repartição com os estados e municípios; e pelos mecanismos vis impostos às negociações das dívidas dos estados e dos principais municípios, com *escorchantes* taxas de juros, comprometendo os orçamentos dessas instituições por pelo menos 30 anos. Com isso, as discussões sobre *Guerra Fiscal*, Reforma Tributária (que desonere a produção/exportação e que tribute no destino) e Leis de Incentivos Regionais, constituirão difíceis negociações, antes das quais será temeroso formular uma nova política regional consistente e duradoura.”²²

Na linha das sugestões apresentadas por Wilson Cano, há que se estar atento para o fato de que a recriação da Sudeco terá sentido se as bases e os contornos da Política Regional que vier a ser posta em prática resgatar do passado apenas o que de bom e útil nele havia, sem qualquer ranço saudosista. É natural que as bases dessa Política Regional devem também estar sintonizadas com o que há de novo, tendo-se, ainda, o cuidado “de evitar o sentido de verdadeira *panacéia* que ora se pretende dar às chamadas políticas de *competitividade territorial*. Não é demais ainda advertir que é necessário sempre ter em conta, quando comparamos as políticas regionais nos países desenvolvidos, que somos um país subdesenvolvido, e que, portanto, nossos problemas regionais apresentam profunda diferenciação em relação aos daqueles.”²³

A título de conclusão é fundamental ter-se presente que a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste atende à necessidade urgente de instalação de um moderno e eficiente organismo de desenvolvimento regional. A Nova Sudeco deve ser adequada à nova realidade nacional e às conhecidas dificuldades de ordem financeira, apoiada por uma programação de ações de natureza compensatória, em dimensão suficiente para produzir resultados efetivos no combate às disparidades regionais dessa Região, particularmente as de natureza intra-regional.

O processo requerido a este respeito deve direcionar-se para a criação de um organismo dotado de densidade política, estrutura racional e grande capacidade operacional. A essa entidade deverão ser atribuídas funções efetivas de organismo de planejamento e de articulação/coordenação de ações de governo, assim como de promoção e apoio à participação das forças sociais da Região no processo de formulação e implementação do desenvolvimento sustentável e na inserção competitiva do Centro-Oeste nos mercados nacional e internacional.

²² Ver, a respeito: CANO, Wilson (2002)- “Questão Regional e Política Econômica Nacional”. In: BNDES: **Desenvolvimento em Debate - Painéis do Desenvolvimento Brasileiro II**, p. 275-307. Rio de Janeiro, Mauad Editora.

²³ Idem, *ibidem*.

3. CENTRO-OESTE: UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO

O Centro-Oeste é aqui considerado como um espaço de transição, no qual estão presentes as marcas de seu passado dependente dos impulsos externos, assim como as potencialidades de seu crescimento endógeno, em função de suas vantagens competitivas sistêmicas, sejam de ordem natural, sejam de ordem social. Apontam-se, assim, do ponto de vista espacial, quais os principais limitantes da sustentabilidade do desenvolvimento regional, destacando-se na seqüência as janelas de oportunidades que se acham abertas em função de suas características territoriais.

3.1 A Posição do Centro-Oeste no Contexto Continental

O Centro-Oeste constitui uma das macrorregiões de maior potencial de desenvolvimento na economia nacional. É a segunda região em extensão territorial e a de menor população absoluta, o que amplia suas potencialidades naturais e sociais. Compreende 18,8% do território nacional e apresenta 6,8% da população do País. Daí constituir-se em exemplo típico de **espaço dinâmico**, que se consolida como área de moderna produção agroindustrial, ao mesmo tempo em que está incorporando novas terras à sua base produtiva. A posição do Centro-Oeste no contexto brasileiro e sul-americano pode ser visualizada no mapa 3.1, que mostra a importância da região enquanto núcleo de integração logística em escala sul-americana.

A importância geoeconômica do Centro-Oeste é fundamental, tanto no que diz respeito à integração nacional, quanto continental. Sua posição quanto às grandes bacias hidrográficas e redes viárias sul-americanas confere ao seu território uma situação que pode ser tanto favorável, considerando que consiga aproveitar-se de sua posição para reter em seu território uma parte dos fluxos que o atravessam, como também pode ser desfavorável – caso seja apenas uma área de passagem entre o Atlântico e o Pacífico.

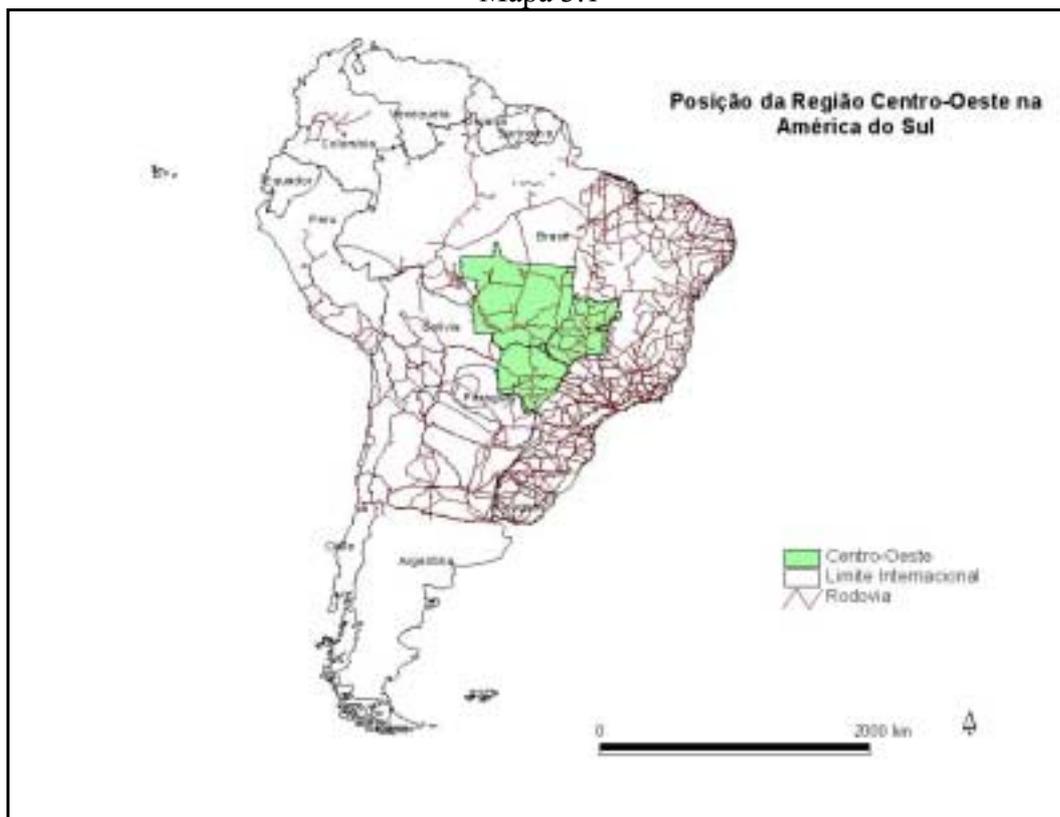
As perspectivas do Centro-Oeste no cenário sul-americano são também resultantes das mudanças que estão ocorrendo na posição relativa da região no contexto nacional. Sua participação no conjunto do PIB do Brasil ainda é modesta. Supera a Região Norte e equivale a cerca de metade da participação do Nordeste, considerada a região de maior pobreza relativa no conjunto nacional. (Vide Tabela 3.1.)

TABELA 3.1
BRASIL E MACRORREGIÕES – INDICADORES SELECIONADOS (%) – 2000
(BRASIL = 100,00%)

BRASIL E MACRORREGIÕES	ÁREA TERRITORIAL	POPULAÇÃO TOTAL EM 2000	POPULAÇÃO URBANA EM 2000	PIB EM 2000
Norte	45,25	7,60	6,53	4,60
Nordeste	18,25	28,12	23,90	13,09
Sudeste	10,86	42,65	47,52	57,79
Sul	6,77	14,79	14,73	17,57
Centro-Oeste	18,87	6,85	7,32	6,95
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00

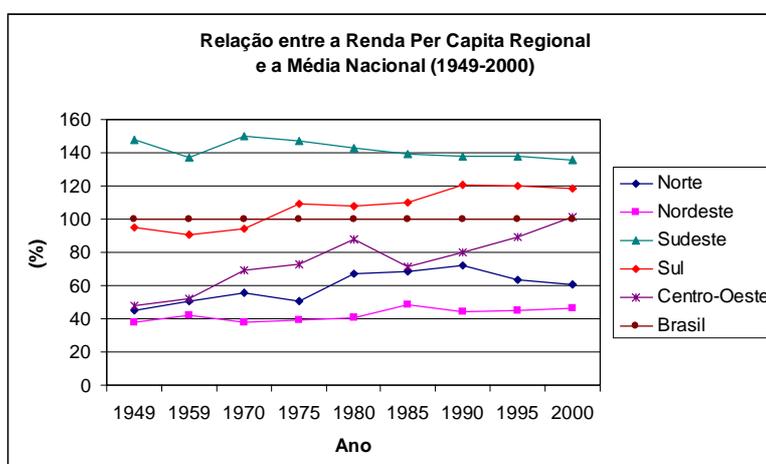
Fonte dos Dados Básicos: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e Contas Nacionais, 2000.

Mapa 3.1



A marca registrada do Centro-Oeste é o seu **dinamismo**, como demonstram os dados do gráfico 3.1. As informações ali apresentadas indicam a evolução crescente do PIB **per capita** da Região, comparado à média nacional. O Centro-Oeste mostra flagrante comportamento positivo, constituindo um mercado em forte expansão e em rápida integração ao cinturão urbano-industrial do País. Esse dinamismo abre, simultaneamente, fronteiras de investimento para o setor privado e coloca grandes desafios de gestão para o setor público.

Gráfico 3.1



Fonte dos Dados Básicos : IBGE, Contas Nacionais.

Trata-se assim da região brasileira de maior dinamismo, no que se refere aos ganhos relativos, em termos de renda **per capita**, no cenário nacional. Desde o início dos anos de 1970, marcado pela transferência da capital federal, com a construção de Brasília, o indicador lhe é francamente favorável, acelerando seu ritmo de crescimento, a partir de 1975, quando teve início o avanço da agricultura tecnificada nos cerrados.

Ressalte-se que não foram apenas as transformações no campo que justificaram esse desempenho. O papel das cidades ampliou-se e se diversificou, fosse como suportes logístico e financeiro à agricultura, fosse como centros de processamento industrial, comercialização e gestão do complexo agroindustrial. Deixe-se claro que o padrão de expansão agrícola do Centro-Oeste foi radicalmente distinto do prevalecente no Nordeste ou no Sul. Ali a pequena propriedade praticamente inexistente, enquanto unidade produtiva nos **Cerrados**,²⁴ por uma razão elementar: os custos dos insumos e dos equipamentos para vencer a barreira ecológica dos solos lateríticos e atingir economias de escala que compensem os investimentos realizados transformaram essa área no território econômico da grande agroindústria.

O Centro-Oeste foi a única região brasileira que apresentou desempenho positivo em todos os setores econômicos. Excetuando a agropecuária, o seu crescimento esteve acima da média nacional. Chama particular atenção o desempenho favorável da indústria, em quase todos os estados da Região, à exceção de Goiás. Embora se encontre, neste sentido, acima da média nacional, Goiás se acha bastante distante de Mato Grosso, que apresentou a maior taxa de crescimento do setor industrial, dentre todos os estados brasileiros. Naturalmente, esse comportamento deve-se ao fato de Mato Grosso ter partido de uma base econômica industrial estreita, antes do crescimento observado. De todo modo, os dados disponíveis mostram que a expansão no agro vem sendo feita com forte componente industrial, segundo padrão de desenvolvimento distinto do encontrado (em termos relativos) nas demais regiões brasileiras. Trata-se, sem dúvida, de um processo de **ruralização da indústria**, distinto da **industrialização do campo**, pois no Centro-Oeste a face agrária já nasce como um prolongamento da indústria integrada às redes nacionais.

Do ponto de vista da evolução de sua economia, está-se diante da economia regional que apresenta maiores ganhos de participação relativa na geração do PIB do País. De uma participação de 2,46% em 1960, evolui para 3,87% em 1970, 5,59% em 1980 e de cerca de 7% em 2000. Não se pode deixar de destacar que a redução dos níveis de investimento, a partir da segunda metade dos anos de 1980, passou a responder por um menor crescimento da participação relativa no PIB, situada em 6,61% em 1990 e em 6,95% em 2000.

A velocidade das transformações da economia regional centroestina veio aumentando em período recente, devido, em grande parte, à expansão da agroindústria e à conformação de toda uma estrutura produtiva e logística de suporte à produção de alimentos e matérias-primas, com forte componente industrial. Deve o seu maior ritmo de expansão à consolidação de um centro de serviços de dimensões nacionais, a partir da integração do complexo territorial de Brasília-Anápolis-Goiânia.

O Centro-Oeste constitui, de fato, um **espaço em transformação**, cuja dinâmica está centrada na natureza de seu povoamento recente, caracterizado por dois movimentos combinados. Aludidos movimentos refletem, em escala menor, a própria lógica dos deslocamentos populacionais no espaço nacional, que se expressam, de um lado, pelo adensamento no **Entorno de Brasília** e nas áreas de influência das capitais estaduais da Região – constitutivas de domínios econômicos

24 Sobre os diferentes tipos de Cerrado (**Cerrado, Cerradão, Campo Sujo, Campo Limpo, Veredas e Mata de galeria**), veja-se: RIBEIRO, J. F., SANO, S.M., MACEDO, J. & SILVA, J. A. (1983)- **Os principais tipos fitofisionômicos da região dos cerrados**. Brasília, Embrapa-CPAC. (Embrapa-CPAC. Boletim de Pesquisa, 21.)

consolidados – e, de outro, pela expansão em direção ao norte do Estado do Mato Grosso, área que se apresenta como uma fronteira de recursos em processo de abertura.

A distribuição da população por tamanho de cidade na Região pode ser visualizada mediante o exame do mapa 3.2.

Mapa 3.2



Na década de 1990, o Centro-Oeste expandiu consideravelmente seu comércio com o exterior. Sua participação no total das exportações brasileiras que era de 1,79% em 1990 elevou-se para 4,73% em 2002. Ainda assim, a Região se manteve colocada em quinto lugar no ranking das cinco macrorregiões brasileiras, assim classificadas, em 1990: Sudeste (59,93%), Sul (21,54%), Nordeste (9,65%), Norte (5,70%) e Centro-Oeste (1,79%). A posição das cinco grandes regiões sofreu alteração em 2002, ficando assim a participação de cada uma delas: assim classificadas, em 1990: Sudeste (54,19%), Sul (25,24%), Nordeste (7,71%), Norte (5,71%) e Centro-Oeste (4,73%). O valor absoluto das exportações do Centro-Oeste em 1990 era de US\$ 563 milhões, tendo se elevado para US\$ 2,8 bilhões, em 2002. Nesse período, as exportações do Centro-Oeste cresceram 407%.²⁵

Esse quadro, em relação ao Centro-Oeste, pode ser mais detalhado, utilizando-se informações levantadas e sistematizadas pelo Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria Extraordinária do Centro-Oeste-SCO, para o ano de 2001. Nesse ano, o Centro-Oeste

²⁵ Veja-se, a respeito: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior - **Evolução das exportações brasileiras por estados da Federação entre 1990 e 2002**. Brasília, Secretaria de Comércio Exterior, abril, 2003.

exportou US\$ 2,5 bilhões, valor correspondente a 4,3% do total das exportações brasileiras. Nesse mesmo ano, 61,4% dessas exportações destinaram-se a países da União Européia, seguidos de países da Ásia (16,3% do total). Na Região, o estado mais importante na pauta de exportações é o do Mato Grosso, que contribuiu em 2001 com 56,4% das exportações regionais. Goiás participou com 24,0%, Mato Grosso do Sul com 19,1% e o Distrito Federal com 0,5%. As exportações nos três estados destinaram-se em mais de 50% a países da União Européia. As exportações do Distrito Federal também tiveram esse destino principal, embora com percentual menor (44,4%). Os principais produtos exportados corresponderam à soja e seus derivados (63% do total). A participação da carne e derivados desta, juntamente com o algodão, totalizou cerca de 13% do total das exportações da Região. A exportação de minério também é importante, tendo alcançado 3,9% das exportações do Centro-Oeste em 2001. (SCO, 2002: 92-94.)

Com importações da ordem de US\$ 1,4 bilhão, o Centro-Oeste atingiu, em 2001, volume de comércio equivalente a US\$ 3,9 bilhões. Os países de onde provêm os produtos mais importantes integram os blocos econômicos da União Européia (25,1%), da Ásia (20,4%), do NAFTA ²⁶ (Estados Unidos, Canadá e México) e do Mercosul (6,3%). As importações dos países integrantes da categoria “outros blocos” corresponderam a 31,6% do total. Diferentemente do que acontece com as exportações, o Distrito Federal importa mais do que qualquer um dos três estados do Centro-Oeste isoladamente. O valor de suas importações em 2001 foi de 41,4% do total comprado ao exterior pelo DF. Na seqüência vieram Goiás (28,3%), Mato Grosso do Sul (20,4%) e Mato Grosso (9,9%). Os produtos importados pelo Distrito Federal e pelos três estados provêm em boa parte da União Européia. O mercado do NAFTA também é importante, especialmente para o Distrito Federal, que importa 24,3% de seus produtos dos países desse bloco econômico. A pauta de importações também é variada. Mesmo assim, 35,5% dos produtos importados fazem parte da categoria “outros produtos”. Considerando a Região em seu conjunto, a importação de gás natural, em estado gasoso, constitui isoladamente o principal item da pauta, com 12,7% do total. No caso de Mato Grosso do Sul, esse produto entra com 61,9% do valor total das importações desse estado. No Distrito Federal, o peso maior é dos medicamentos (cerca de 40% do total) e aparelhos destinados à medicina (15,0%). Os aparelhos destinados à transmissão digitalizada de voz/dados e operadores de banda “C”, assim como os terminais fixos de telefonia celular, contribuíram com 3,7%. (SCO, 2002: 102-106.)

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O desenvolvimento do Centro-Oeste baseia-se em grande parte em atividades agropecuárias mecanizadas, o que explica, em grande parte, a distribuição da população do Centro-Oeste, assim como sua concentração em cidades. As características socioeconômicas atuais da Região, por seu turno, resultam de um conjunto de fatores entre os quais ressaltam, exatamente, as condições em que se deu o crescimento econômico e o padrão urbano da distribuição populacional.

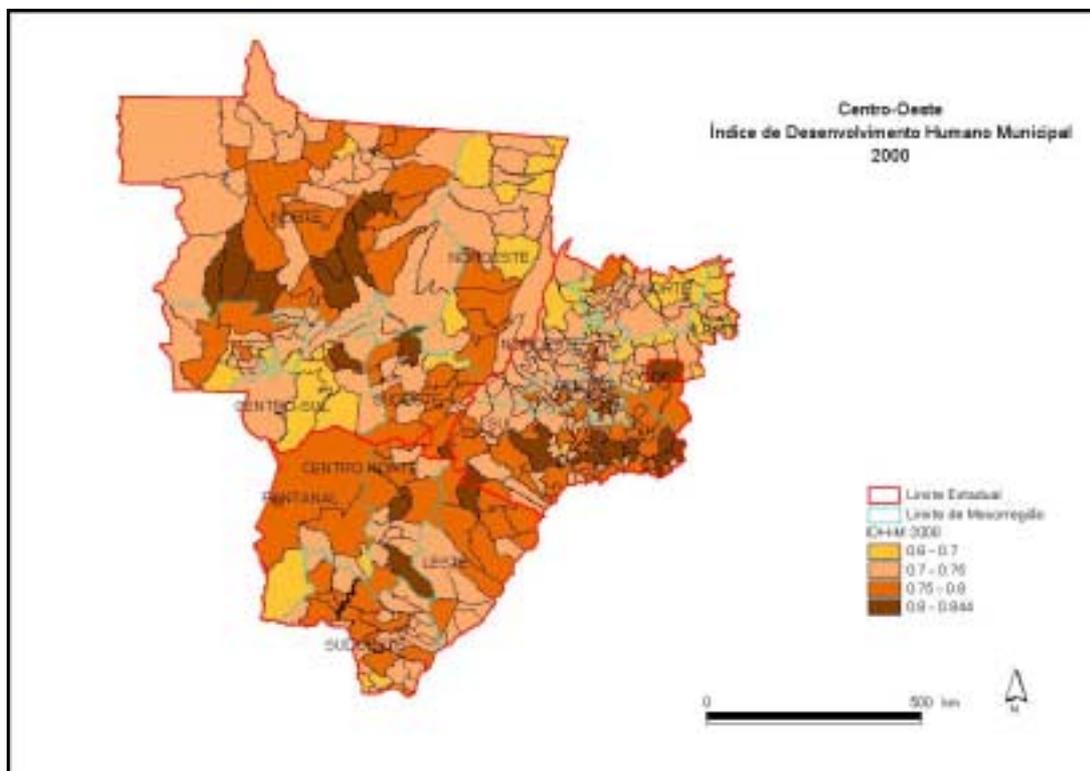
O quadro social do Centro-Oeste, expresso pela análise do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, tanto o IDH-M (municipal) ²⁷ como o Índice de Condições de Vida-ICV, ²⁸ mostra,

²⁶ North American Free Trade Agreement.

²⁷ O **Índice de Desenvolvimento Humano-IDH**, criado no início da década de 90 para o PNUD, consubstancia a mensuração do grau de desenvolvimento humano em um país ou região, com base em indicadores que correspondem às três dimensões básicas desse desenvolvimento: **longevidade**, medida pela esperança de vida ao nascer; **educação**, correspondendo a uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e à taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; e **renda**, baseada no PIB per capita. A combinação desses índices resulta em um indicador síntese – o IDH. Quanto mais próximo de 1 o valor desse indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDH-M** resultou da adaptação do IDH ao nível municipal. Embora conceitualmente próximo ao IDH, é diferente deste, por não utilizar os mesmos indicadores, de tal forma que os dois índices não são comparáveis, ainda que para uma mesma unidade geográfica. O valor numérico do IDH-M é sistematicamente menor do que o do IDH. O IDH-M foi desenvolvido por pesquisadores

em termos médios, que sua população apresenta uma melhor situação vis-à-vis da população das Regiões Norte e Nordeste. O mapa 3.3 mostra a situação do IDH-M por municípios e mesorregiões. Examinando-o, verifica-se que as mesorregiões mais carentes estão situadas no norte de Goiás e no norte do Mato Grosso. A situação no Distrito Federal e Entorno, embora seja considerada socialmente carente, ainda é melhor do que a observada nas duas regiões referidas.

Mapa 3.3



Os indicadores de desenvolvimento humano no Centro-Oeste apresentam valores superiores à média nacional e à média da maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste. Entretanto, revelam a existência de disparidades intra-regionais significativas, principalmente entre o Distrito Federal – que apresenta o mais elevado IDHM do Brasil – e os demais estados da Região, com valores próximos à média nacional. (Veja-se a tabela 3.2.)

TABELA 3.2
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) NOS ANOS DE 1991 E 2000

da Fundação João Pinheiro e do IPEA; partindo das mesmas dimensões básicas, utiliza os seguintes indicadores: **renda familiar per capita média, número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais), taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais e esperança de vida ao nascer.** (Cf. PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998)- **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros.** Brasília: PNUD/IPEA/FJP/IBGE.)

²⁸ O **Índice de Condições de Vida–ICV** é uma extensão do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), que incorpora novos indicadores às dimensões longevidade, educação e renda e duas novas dimensões: **infância e habitação.** A exemplo do IDH-M, quanto mais próximo de 1 o valor do ICV, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região. Desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA, o ICV só pode ser calculado para anos censitários e não permite comparação com outros indicadores como o IDH-M e o IDH.

UNIDADE GEOGRÁFICA	IDHM-1991	IDHM-2000	VARIAÇÃO 1991-2000
Brasil	0,696	0,766	0,070
Norte			
Rondônia	0,660	0,735	0,075
Acre	0,624	0,697	0,073
Amazonas	0,664	0,713	0,049
Roraima	0,692	0,746	0,054
Pará	0,650	0,723	0,073
Amapá	0,691	0,753	0,062
Tocantins	0,611	0,710	0,099
Nordeste			
Maranhão	0,543	0,636	0,093
Piauí	0,566	0,656	0,090
Ceará	0,593	0,700	0,107
Rio Grande do Norte	0,604	0,705	0,101
Paraíba	0,561	0,661	0,100
Pernambuco	0,620	0,705	0,085
Alagoas	0,548	0,649	0,101
Sergipe	0,597	0,682	0,085
Bahia	0,590	0,688	0,098
Sudeste			
Minas Gerais	0,697	0,773	0,076
Espírito Santo	0,690	0,765	0,075
Rio de Janeiro	0,753	0,807	0,054
São Paulo	0,778	0,820	0,042
Sul			
Paraná	0,711	0,787	0,076
Santa Catarina	0,748	0,822	0,074
Rio Grande do Sul	0,753	0,814	0,061
Centro-Oeste			
Mato Grosso do Sul	0,716	0,778	0,062
Mato Grosso	0,685	0,773	0,088
Goiás	0,700	0,776	0,076
Distrito Federal	0,799	0,844	0,045

Fonte: IPEA/PNUD/FJP – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Os indicadores de desenvolvimento humano no Centro-Oeste apresentam valores superiores à média nacional e à média da maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste. Entretanto, revelam a existência de disparidades intra-regionais significativas, principalmente entre o Distrito Federal – que apresenta o mais elevado IDHM do Brasil – e os demais estados da Região, com valores próximos à média nacional. (Veja-se a tabela 3.2.)

Embora o IDHM do Distrito Federal se sobressaia em relação ao dos estados do Centro-Oeste, é possível verificar que a variação do IDHM, no período 1991-2000, do DF (0,045) foi inferior àquelas observadas nos Estados de Mato Grosso (0,088), Goiás (0,076) e Mato Grosso do Sul (0,062). Esses valores, comparados aos referentes aos valores observados nos demais estados brasileiros, indicam que seguem padrões semelhantes aos observados para o Brasil, embora alguns estados do Nordeste tenham apresentado variação positiva bastante expressiva, como é o caso do Ceará e Rio Grande do Norte, por exemplo. O que na realidade esses indicadores parecem mostrar é uma melhora considerável nos níveis de qualidade de vida apresentados pelos estados das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Por outro lado, o crescimento do IDHM do Distrito Federal só foi

superior ao de São Paulo (0,042), significando dizer que já apresentam níveis elevados, considerando, é claro, os padrões brasileiros.

3.2 Dinamismo da Agropecuária Regional

Um conjunto de fatores combinados, principalmente no início dos anos de 1970, contribuiu para viabilizar a expansão da agropecuária do Centro-Oeste, fazendo deste espaço a mais promissora fronteira agrícola do País. É bem verdade que a agricultura já possuía alguma expressão em áreas como o sul de Goiás e do Mato Grosso do Sul, mais acessíveis. Mas a região dos Cerrados, que constitui o maior domínio ecológico da Região, somente pôde ter uma exploração em escala comercial com a resolução dos problemas de fertilidade dos solos, viabilizada pelos avanços tecnológicos difundidos pela Embrapa. A par disso, o fluxo imigratório de pequenos agricultores expulsos, principalmente do Paraná, povoou o cerrado de mão-de-obra com conhecimento de práticas agrícolas e espírito empreendedor. O conjunto de fatores foi completado com o apoio decisivo dos incentivos oficiais, na forma de programas de desenvolvimento agrícola e de crédito subsidiado,²⁹ que permitiram a exploração capitalista mecanizada, em larga escala, voltada para a produção de lavouras de exportação (soja, café, arroz, algodão e milho) e para a exploração pastoril, em moldes mais tecnificados.

Foi a partir daí que a Região experimentou um crescimento geométrico da produção de grãos, de tal forma que a extensão do processo de ocupação intensiva levou a área agrícola cultivada quase a triplicar entre 1970 e 1994. No período 1970-80, a contribuição da agropecuária do Centro-Oeste alcançou 10% do PIB nacional do setor, sendo que Goiás e Mato Grosso apresentaram a maior contribuição a este respeito. Nos anos de 1990, a produção de grãos cresceu mais rapidamente no Centro-Oeste do que nas demais regiões brasileiras. Já a área colhida de grãos se manteve no mesmo nível da década de 1980. O crescimento da produção de grãos na Região foi, sem dúvida, importante para a economia centroestina. Estudos recentes realizados sobre a produção de grãos no Brasil e o papel a este respeito desempenhado pelo Centro-Oeste sugerem que esse crescimento “também pode ter agravado indiretamente a pobreza, na medida em que criou um problema de competitividade para a pequena agricultura em outras regiões do Brasil”, a exemplo do Nordeste, onde a produção de grãos é caracterizada pela instabilidade, devida à variabilidade do clima.³⁰

A produção de milho atingiu uma taxa média anual de 9,41% entre 1980 e 1989, ainda assim, inferior à da soja, que alcançou 16,54%, no mesmo período, contra uma média nacional de apenas 4,7%. Ultrapassada essa fase de evolução inicial, a agropecuária centroestina se consolidou em três frentes principais: i) a da pecuária, extensiva ou intensiva; ii) a das *commodities* agrícolas, dentre as quais a soja assumiu expressão maior; e iii) a das culturas alimentares, representadas pelo arroz, milho, feijão e mandioca, que formam o grupo mais vulnerável.

Com ritmo intenso de crescimento, foi possível ao Centro-Oeste, no início dos anos de 1990, responder por mais de um terço da produção nacional de soja, e, segundo informações do IBGE e da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab, chegar, na safra de 1997/98, à produção de 12,8 milhões de toneladas, correspondendo a 40,8% do total produzido no País.³¹ Os três estados produtores da Região apresentaram aumento da área plantada em cerca de 26%, e de 20% na

²⁹ Como os postos em prática na linha dos chamados Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, implementados de meados dos anos de 1970 a 1980, referidos anteriormente.

³⁰ HELFAND, Steven M. & REZENDE, Gervásio Castro de (2000)- **Padrões regionais de crescimento da produção de grãos no Brasil e o papel da Região Centro-Oeste**. Brasília, IPEA, p. 19-20. (Texto para discussão nº 731.)

³¹ Revista Exame. Suplemento Centro-Oeste EXAME . “A Conquista do Oeste”. São Paulo, edição 671, out., p. 13-22.

produção. Goiás e Mato Grosso conseguiram, além disso, ganhos de produtividade, numa indicação clara de que ainda há espaço para o crescimento daquela lavoura.³²

A expansão mais recente da agricultura regional veio colocar a Região novamente em destaque, com 20% da produção nacional do algodão herbáceo. O Centro-Oeste já está posicionado entre os cinco maiores produtores do País, sendo que Mato Grosso e Goiás ocupam os dois primeiros lugares. A produção da safra de 1997/1998 (216,3 mil toneladas), por exemplo, representou um crescimento de 75% em relação à safra de 1996/97, mercê não apenas de acréscimos significativos na área plantada, como também na produtividade.³³ Mais recentemente, o sorgo ganhou espaço no Centro-Oeste, com sua produção ultrapassando o patamar das 220 mil toneladas, a maior do País.

Ainda com expressão apenas regional, mas em franco progresso, há que destacar as culturas de milho, cana-de-açúcar, arroz e a fruticultura. Essas lavouras adaptam-se com facilidade tanto às formas de cultivo tradicional como mecanizada, praticadas na Região, de tal forma ensejando a médios e pequenos produtores a possibilidade de participarem dos benefícios oferecidos pela agroindústria local.

As perspectivas do Centro-Oeste para a safra de 2003 são positivas, haja vista as estimativas de produção de soja, trigo e milho (segunda safra), realizadas pelo IBGE. Segundo essas previsões, a safra brasileira para este ano (2003) poderá atingir 116,298 milhões de toneladas. Na hipótese de sua confirmação, o resultado representará um acréscimo de 19,73% em relação à produção de 2002. Para o IBGE, essa projeção poderá vir a se concretizar, considerando que as condições climáticas são favoráveis.³⁴ De fato, em outubro, já se sabia que a safra de 2003 alcançara o patamar de 122 milhões de toneladas de grãos. No mesmo mês, a estimativa para a safra de 2004, graças ao fôlego renovado da soja, indicava um volume de produção da ordem de 125 milhões de toneladas de grãos, caso o clima se comporte bem. “Será uma marca espetacular, maior ainda do que as históricas 122 milhões de toneladas deste ano, resultado que superou as expectativas mais otimistas. Vale lembrar que até dois anos atrás alcançar 100 milhões de toneladas era um tabu. No início dos anos de 1990, as safras não chegavam à metade das atuais”.³⁵

Somente o tipo de sistema de exploração agrícola baseado na mecanização tratorizada, com intensivo uso de fertilizantes, poderia resultar no desempenho e diversificação acima pontuados. Mas há problemas. O modelo de exploração utilizado tem aberto espaço a uma intensa especulação com o preço das terras, favorecendo a expulsão de pequenos produtores, que migram para as cidades, e o aumento da concentração fundiária. No período 1985-95, a valorização das terras do Centro-Oeste acusou as altas mais expressivas do País, seja nas lavouras, nos campos, pastagens ou matas. O Estado de Goiás, por exemplo, apresentou valorizações anuais médias acima de 10% no período, superior a todos os estados brasileiros.³⁶

A evolução da agropecuária centroestina, demonstrada pelos seus indicadores mais expressivos, de 1970 a 1996, delineiam a situação atual e as tendências da agropecuária nos três estados da Região. O primeiro impacto a considerar, refere-se ao evidente processo de concentração fundiária, ocorrido nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de Goiás, com perda no número de estabelecimentos e aumento da área explorada. O fenômeno tem estreita ligação com as

32 Anuário Brasileiro do Agribusiness. Soja. “Brilho menor”. Revista Globo Rural. Ano 14, nº 157, nov., p. 114.

33 Revista Globo Rural. Anuário Brasileiro do Agribusiness. “Algodão: retomada no Centro-Oeste”. Ano 14, nº 157, nov., p. 106.

34 IBGE prevê safra recorde. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 de maio de 2003, Seção Economia, p. 10.

35 Reviravolta no campo. São Paulo, **Revista Globo Rural**, Nº 216, Outubro 2003, p. 52-65. (Reportagem Especial sobre a Agricultura.)

36 Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. **Agriannual 1996**, p. 81-85.

transformações acontecidas na forma de exploração agropecuária regional. Em relação a Goiás, por exemplo, o Censo de 1985 detectou brusca queda na área total, dificilmente explicável por um redirecionamento de atividades.³⁷

O mais recente processo de exploração da pecuária, em regime intensivo, que ganha espaços no Mato Grosso, fica claro com a gradativa diminuição das pastagens naturais, contra o acréscimo na área de pastagens plantadas, ocorrido no último período observado. Em Goiás e Mato Grosso do Sul, onde as transformações datam de mais de duas décadas (em relação 1998), a mesma tendência de queda da área de pastagens naturais é mais gradual. Mato Grosso individualiza-se no conjunto regional, também, em virtude de apresentar incremento nas áreas de lavouras, sejam elas permanentes ou temporárias, caracterizando sua condição, ainda vigente, de fronteira agrícola. Nos dois outros estados, diminuem as áreas de cultivo e elevam-se o número de tratores e o efetivo bovino. Esse tipo de tendência, se, por um lado, sugere a maior especialização nas atividades de processamento de carnes, leite e derivados, por outro, indica um nível mais elevado de mecanização na atividade agrícola.

Embora a pecuária, juntamente com a soja, tenha sido, ao longo dessas décadas de transformação da economia do Centro-Oeste, uma referência constante do potencial da Região, é preciso observar que, também neste setor, mudanças importantes estão ocorrendo. O rebanho bovino que, em 1985, somava 36,1 milhões de cabeças de gado, chegou em 1997 a 51,4 milhões de animais, dos quais o Mato Grosso do Sul detém 39,1%, Goiás 33,9% e Mato Grosso 26,8%.³⁸ Ainda que líder na produção nacional de bovinos, a Região resente-se de uma melhor condição sanitária no manejo e na qualidade das raças.

Nos últimos anos, despontou forte a criação de aves e a suinocultura, facilitada pela produção de soja e milho, produtos por excelência utilizados na alimentação desses animais. A suinocultura tem crescente expressão no Centro-Oeste. Em Goiás, em 1995, havia 1.911.000 cabeças. No mesmo ano, o Mato Grosso do Sul possuía um rebanho de 650.000 suínos e capacidade de abate em torno de 300.000 t/ano. As perspectivas de crescimento da suinocultura no Mato Grosso têm ainda a seu favor a preocupação com a qualidade. Nos anos de 1996 e 1997/98 começaram a ser operadas oito “granjas de qualidade” e a ser executado um programa estadual para a suinocultura, com investimento total de R\$ 36 milhões. As “granjas” têm como base o excedente da produção de milho do Estado de Goiás. Estão instaladas nos municípios das Microrregiões do Médio Norte e Tangará da Serra, na região de Primavera/Campo Verde e no município de Rondonópolis, totalizando 18 mil matrizes alojadas. A produção delas oriunda alcança 37.600 animais terminados por ano. Igualmente, a avicultura vem ganhando impulso no Centro-Oeste. Goiás e Mato Grosso do Sul já possuem um considerável rebanho, que fornece a matéria-prima para a agroindústria que se consolida nesses estados.

A capacidade de produção de grãos do Centro-Oeste, ainda que circunscrita inicialmente à venda *in natura*, para os mercados nacional e internacional, naturalmente incentivou a agroindustrialização. Gradativamente, desde os anos 70, agroindústrias de pequeno porte começaram a ser instaladas no Centro-Oeste, vinculadas a grupos locais ou regionais, com menor capacidade técnica, não raro operando com plantas desmontadas do Centro-Sul. Na verdade, as grandes empresas cravaram grandes silos e armazéns para controlar a produção de grãos, a serem beneficiados no Sul e Centro-Sul. A evolução, não obstante, foi rápida. Hoje, a Região já conta com uma massa de investimentos considerável, que vem sendo, cada vez mais, procurada por grupos líderes – nacionais e multinacionais – no mercado agroindustrial.

37 A primeira idéia seria admitir que se trata de um problema decorrente da criação do Estado do Tocantins, em 1988. Tratando-se, porém, do Censo de 1985, prévio, portanto, ao desmembramento do Estado, não faz sentido essa justificação.

38 Revista Exame. Suplemento Centro-Oeste EXAME. “A Conquista do Oeste”. Op. cit.

As tabelas 3.2 e 3.3 ilustram o peso da produção de grãos no Centro-Oeste, no contexto nacional.

TABELA 3.2
BRASIL E CENTRO-OESTE
ÁREA COLHIDA COM GRÃOS (EM MIL ha)
1990-2000

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL			CENTRO-OESTE		
	1990	2000	VARIAÇÃO	1990	2000	VARIAÇÃO
Arroz	3.947	3.665	-7,1%	773	916	18,5%
Feijão	4.680	4.333	-7,4%	320	167	-47,8%
Milho	11.394	11.890	4,4%	1.416	1.803	27,3%
Soja	11.487	13.657	18,9%	3.810	5.530	45,1%
Sorgo	138	528	282,6%	21	345	1.542,9%
Trigo	2.681	1.139	-57,5%	184	35	-81,0%
Total	34.327	35.212	2,6%	6.524	8.796	34,8%
Centro-Oeste/Brasil				19,0%	25,0%	

Fonte: MI/SCO (2002)- Região Centro-Oeste do Brasil em Números.

TABELA 3.3
BRASIL E CENTRO-OESTE
QUANTIDADE PRODUZIDA DE GRÃOS (EM 1.000 t)-1990-2000

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL			CENTRO-OESTE		
	1990	2000	VARIAÇÃO	1990	2000	VARIAÇÃO
Arroz	7.421	11.135	50,0%	915	2.375	159,6%
Feijão	2.234	3.056	36,8%	191	267	39,8%
Milho	21.348	32.321	51,4%	3.108	6.297	102,6%
Soja	19.898	32.821	64,9%	6.441	15.446	139,8%
Sorgo	236	793	236,0%	24	535	2.129,2%
Trigo	3.094	1.726	-44,2%	204	35	-82,8%
Total	54.231	81.852	50,9%	10.883	24.955	129,3%
Centro-Oeste/Brasil				20,1%	30,5%	

Fonte: MI/SCO (2002)- Região Centro-Oeste do Brasil em Números.

A diversificação da agroindústria centroestina ainda é recente. O complexo grãos-carne ainda domina no Mato Grosso do Sul, enquanto Goiás apresenta maior diversificação, inclusive no que se refere ao beneficiamento do gado bovino, pela produção de leite, carne e couro. Goiás conta uma extensa cadeia de produção de leite, cuja produção está fortemente voltada para a exportação. O Programa Especial do Novilho Precoce vem obtendo boa aceitação entre os produtores e apontando para um efetivo aumento do nível de qualidade, seja no manejo, seja na raça do rebanho e, conseqüentemente, no produto, possibilitando o acesso a mercados mais exigentes.

O amadurecimento da agroindústria goiana é conhecido. Ao lado do beneficiamento das carnes, com crescimento da avicultura e da suinocultura, o estado tem avançado no processamento de produtos derivados da fruticultura, tomate e cana-de-açúcar. O Estado de Goiás continua a liderar a capacidade de esmagamento de soja (tabela 2.9, em anexo), tendo alcançado, de 1989 a 1995, o incremento de 209%. A mais recente frente de expansão relaciona-se à identificação da viabilidade da produção algodoeira no cerrado goiano, já comentada anteriormente, e que tem permitido igualmente expandir o até então tímido parque têxtil, atraindo para a Região grandes grupos industriais com investimentos de peso.

A posição do Mato Grosso do Sul de maior rebanho bovino nacional não o exclui de enfrentar problemas de qualidade sanitária do plantel, problema de resto comum a todos os estados da Região e ao País. Em 1991, o estado contava com 20 frigoríficos que, além da carne, garantiam matéria-prima para subprodutos como a farinha de osso (cavarina), sebo e peles curtidas. Naturalmente, a outra ponta do complexo – os grãos – tem crescido paralelamente ao beneficiamento da carne. Tanto é que o estado já alcançava, em 1995, uma capacidade de esmagamento situada no limite de 7 milhões de toneladas/ano, volume que representou, a partir de 1989, um crescimento de 184%.

A diversificação da agroindústria do Mato Grosso do Sul ainda é, no entanto, menos variada do que a de Goiás. Sua localização, próxima aos centros do Sul e Centro-Sul, de certa forma contribui para que permaneça mais vinculada à produção da matéria-prima, beneficiada fora de seu território. As novas frentes, abertas mais recentemente, são representadas pela produção do álcool, derivado da cana-de-açúcar, do trigo, da suinocultura e avicultura.

A análise da evolução econômica do Mato Grosso parece sempre indicar que a colonização mais tardia, aliada aos incentivos fiscais ainda vigentes, levaram o estado a experimentar os mais altos picos de crescimento do produto agrícola e da agroindústria nos anos 90, quando Mato Grosso do Sul e Goiás, principalmente, já adentravam uma estruturação econômica mais diversificada e expandiam seus setores terciários com serviços modernos e maior tecnologia agregada aos produtos da agroindústria.

Assim, Mato Grosso responde pelo expressivo crescimento de 694% na capacidade de esmagamento de soja no período de 1989-95, superando as marcas dos demais estados da Região e, igualmente, a do País. O Estado de Mato Grosso já se alinha entre os maiores produtores nacionais de algodão, arroz, soja, entre outros, e mantém a tradicional indústria madeireira na sua porção pré-amazônica. Tudo leva a crer que os investimentos mais recentes de empresas do Centro-Sul fortalecerão a agroindústria local.

O quadro apresentado, quanto à condição atual e tendências da agroindústria dessa Região, sugere que o caminho para a integração e consolidação do processo de desenvolvimento centroestino, no contexto nacional e junto aos mercados internacionais, passa pela agroindústria. Em 1996, 25% do processamento nacional de soja era do Centro-Oeste. Os ganhos crescentes de produtividade e a formação de uma infra-estrutura de transportes, comunicações e serviços têm atraído, cada vez mais, as grandes empresas – sobretudo as multinacionais – a se estabelecerem na Região.

3.3 Diversificação da Economia Urbana³⁹

O estudo da dinâmica socioeconômica recente do Centro-Oeste deixa evidente a existência de uma diversidade intrínseca, com clara heterogeneidade espacial, marcada por uma rede de cidades pouco estruturada. Observada em seu conjunto, essa rede apresenta fracos laços de articulação e complementaridade, predominando municípios de pequeno porte e baixo grau de desenvolvimento das atividades e dos serviços urbanos. Apenas um número reduzido de municípios logra alcançar uma inserção mais expressiva nos cenários regional e nacional.

Predomina no Centro-Oeste uma grande concentração da população e de atividades secundárias e terciárias em poucos centros urbanos. De fato, 66% da população urbana estão

³⁹ Veja-se, sobre o assunto: IPEA, IBGE, UNICAMP / IE / NESUR (2001)- **Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, v. 4, Parte III (Região Centro-Oeste). A Coordenação-Geral da Pesquisa esteve a cargo da economista Diana Meirelles da Motta, do IPEA.

concentrados em 27 cidades com mais de 50.000 habitantes. Essa relação é de 63% na Região Norte (para 28 cidades) e de 57% no Nordeste (para 79 cidades). Quer dizer, a concentração urbana no Centro-Oeste segue o padrão “fronteira urbanizada”, vigente no Centro-Norte do Brasil.

O adensamento da rede urbana observado no período recente ocorreu de forma concentrada nas cidades de maior porte, reforçando o sistema desenhado anteriormente. A modernização agropecuária responsável pelo salto produtivo e pelas grandes transformações na base econômica do Centro-Oeste não foi suficiente para alterar, de forma substantiva, o sistema urbano da região. Apenas modificou-o em sua borda, com a formação de subsistemas em áreas de ocupação recente, a exemplo do que ocorreu com o norte mato-grossense, ainda caracterizado por graves deficiências nos serviços coletivos urbanos e forte degradação ambiental. Independentemente do tamanho populacional dos municípios, ainda são precárias as condições de infra-estrutura urbana do Centro-Oeste, em especial as de saneamento básico. Com efeito, a rede de esgotamento sanitário é quase inexistente nos municípios da Região, sendo também baixa a cobertura dos serviços de rede geral de abastecimento de água.

O Distrito Federal e seu Entorno constituem o paradigma do padrão de crescimento urbano do Centro-Oeste. A vida social deste aglomerado está pautada pela circunstância de funcionarem em Brasília os serviços públicos da capital federal. Suas atividades urbanas constituíram-se e continuam associadas a essa particularidade. De meados dos anos de 1990 em diante, a dinâmica urbana passou a ser influenciada pelo crescimento de atividades comandadas pelo setor privado, notadamente as vinculadas aos serviços modernos (medicina, telefonia e informática). Dado o grande volume de renda movimentada e o expressivo mercado consumidor, o Distrito Federal exerce forte atração sobre a população de outros estados e regiões, com destaque para estados do Nordeste e do Sudeste, particularmente de Minas Gerais.

Outro importante papel de Brasília, desde sua construção, é o estímulo aos dois principais núcleos goianos. Anápolis, principal entreposto atacadista do Estado de Goiás, até os anos de 1950, foi o núcleo goiano que, pela proximidade com a nova capital, capitalizou o surto de desenvolvimento por ela suscitado, passando a exercer algumas funções estratégicas de apoio. Goiânia, por sua vez, carregando o trunfo de ser a sede administrativa do Estado, consolidou-se como o segundo mais importante núcleo regional do Centro-Oeste, reduzindo as vantagens de Anápolis.

Segunda cidade do Centro-Oeste, Goiânia apresenta uma base econômica mais diversificada. Sua área de influência circunscreve-se aos limites dos Estados de Goiás, Tocantins e à porção leste de Mato Grosso. A dinâmica de sua economia está estreitamente relacionada aos estímulos provenientes do grande mercado consumidor do Distrito Federal, bem como ao conjunto de atividades de apoio à expansão da fronteira agrícola.

No caso de Mato Grosso, houve o mesmo processo de concentração econômica e funcional das cidades, estando as atividades de indústria, comércio e serviços localizadas basicamente na mesorregião do Centro-Sul Mato-grossense, nucleadas por Cuiabá e seu entorno, que inclui Várzea Grande. Em Mato Grosso do Sul – que teve sua história intimamente ligada ao processo de formação do mercado interno –, a centralidade de Campo Grande é notória e a complementaridade à economia paulista muito direta, condicionando as funções urbanas e econômicas nesse estado. Em ambos os estados, a agropecuária constitui a base da economia, embora, nas principais cidades, as atividades comerciais sejam as que mais contribuem para a acumulação local e regional de renda.

Embora a infra-estrutura implantada e a expansão populacional tenham dado ensejo à transformação das estruturas produtivas e à ampliação da circulação de mercadorias, diversificando os setores produtivos dos núcleos urbanos, estrategicamente posicionados como entrepostos

comerciais, a base econômica do Centro-Oeste continua sendo a agropecuária. O dinamismo de suas principais cidades, com exceção de Brasília, não advém diretamente do potencial produtivo primário, mas de suas posições estratégicas em relação ao Sudeste, que possibilita a concentração de atividades terciárias em seu interior e, em alguns casos, a própria diversificação produtiva.

A produção industrial do Centro-Oeste é ainda modesta, mas vem crescendo, especialmente pelos efeitos da expansão da fronteira agrícola e do aproveitamento de recursos minerais, principalmente fertilizantes, no Estado de Goiás. Os efeitos do crescimento urbano, tanto de Brasília quanto das cidades ligadas à fronteira agrícola, também já começaram a influenciar o crescimento industrial. Assim, a produção industrial centroestina, que representava aproximadamente 0,8% da produção nacional em 1970, aumentou sua participação para 1,1%, em 1980, e para 2%, em 1994.

No que diz respeito ao emprego industrial, o peso da indústria vinculada ao beneficiamento da produção agropecuária e mineral da Região, seja nas áreas onde a agroindústria já está consolidada, como em Dourados, no Mato Grosso do Sul, seja nas áreas de ocupação recente, como se observa na porção norte do Mato Grosso, onde a agroindústria está “abrindo” terras à produção. Destaca-se também a importância da indústria de beneficiamento de produtos minerais, como é o caso de Niquelândia no Estado de Goiás.

Embora venha apresentando elevados índices de crescimento no período recente, a presença da atividade industrial encontra-se em processo de expansão, embora aquém do ritmo desejado, por conta das dificuldades por que tem passado a economia nacional. Sua maior concentração está no **Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia**, ao longo do qual é grande a presença da agroindústria, da indústria de minerais não-metálicos, principalmente a associada à extração e beneficiamento do calcário, e, mais recentemente, da indústria farmacêutica, que se beneficiou da criação do mercado de “produtos genéricos”. A indústria também está presente em Núcleos como Catalão e Niquelândia, em Goiás, Campo Grande Corumbá e Dourados, no Mato Grosso do Sul, e Cuiabá, Várzea Grande, e Rondonópolis, no Mato Grosso.

O desenvolvimento futuro do Centro-Oeste, quando considerado do ponto de vista espacial, dependerá da capacidade de soldar uma rede urbana nas dimensões da economia regional, o que, em síntese, significa solidificar os laços que unem as quatro grandes cidades regionais e suas áreas de influência imediata. Neste aspecto deve-se considerar o papel de cidades que se situam nas interfaces dos respectivos sistemas urbanos, como é o caso de Rondonópolis, situada na interface entre Goiânia e Cuiabá, cujo papel estratégico será fundamental para consolidar o tecido urbano regional.

4. AS POTENCIALIDADES REGIONAIS DO CENTRO-OESTE

De um modo geral, o povoamento original do Centro-Oeste buscou as áreas de matas e os vales fluviais, iniciando o processo de alteração das condições naturais a partir das áreas de matas sobre manchas de solos férteis ou ao longo dos vales fluviais, marcados pela presença das matas ciliares ou veredas. Hoje, graças ao pacote tecnológico de agricultura tecnificada para os Cerrados, este ecossistema está fortemente comprometido, sem que se considerem a importância de sua diversidade de espécies e os efeitos que o desmatamento descontrolado pode causar sobre os solos e as reservas de água da Região.

O uso e ocupação das terras do Centro-Oeste é caracterizado pelo extrativismo animal e vegetal, inclusive e preponderantemente pela extração madeireira, pela pecuária e pela agricultura de subsistência, bem como pelo cultivo de espécies vegetais arbustivo-arbóreas de ciclo médio e longo. Localizadamente, a produção de grãos recobre parcelas contínuas expressivas. A mineração e o garimpo – atividades pontuais – e a infra estrutura regional (atividades pontuais e lineares) também são responsáveis pela alteração dos ecossistemas naturais. Nos arredores de núcleos urbanos e áreas de ocupação mais antigas, uma boa parte dessas terras encontra-se recoberta ora por capoeiras, ora por florestas nativas nos seus vários estágios de crescimento e/ou de alteração.

4.1 A Diversidade Ambiental e os Desafios para a Gestão Sustentável

O Planalto Central do Brasil está predominantemente ocupado pelo ecossistema dos Cerrados, que se estende pelos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal. (Young, s.d.) Entretanto, para uma caracterização mais precisa da Região Centro-Oeste é necessária uma análise dos seus três principais ecossistemas: os Cerrados, o Complexo do Pantanal e a Floresta Tropical Perenifolia ou Pluvial. Por suas particularidades, descrevem-se também as principais características da área do Distrito Federal.

4.1.1 Cerrados

Como já se assinalou anteriormente as palavras cerrados e cerrado expressam conceitos distintos. Enquanto os cerrados foram caracterizados, a um só tempo, como região econômica e ecossistema notabilizados pelas possibilidades de seus recursos naturais, o cerrado foi considerado como uma das mais importantes formações vegetais daquele ecossistema, ao lado das existentes na Região. Os Cerrados incluem, portanto, formações como as que se seguem: cerrado, cerradão, campo sujo, campo limpo, veredas e mata de galeria. Essas “formações predominantes apresentam as seguintes características: Cerrado, representa o agrupamento de árvores baixas, com ramificações irregulares, troncos retorcidos com casca grossa, folhas coriáceas e caducas, distribuídas sobre um estrato e subarbustivo; Cerradão, apresenta-se com árvores maiores, pouco retorcidas, com razoável cobertura vegetal, dando um aspecto de mata e uma vegetação herbácea e arbustiva muito rala; Campo Sujo, possui vegetação predominantemente herbácea e arbustiva; Campo Limpo, apresenta vegetação herbácea com raros arbustos e ausência de árvores; Veredas, apresenta palmeiras (buritis) e árvores distribuídas em campo limpo, em locais de solos úmidos e, finalmente, Mata de Galeria, com vegetação densa, árvores grandes, distribuídas ao longo dos vales e rios.” (Ribeiro et alii, 1983. Apud: Silva et alii, 1994: 16.)

Os elementos florísticos do Centro-Oeste têm sua origem nas floras amazônica, central e “chaquenha”. Os cerrados têm a maior expressão territorial, ocorrendo, como se destacou, o Cerrado, os Campos Cerrados em suas diversas variações e os campos Limpos ou Campos de

Cerrado. Vale mencionar a ocorrência dos Campos Chaquenhos, ora emergentes durante as inundações, ora totalmente submersos. As florestas ao longo dos cursos d'água ou em “capões” isolados são representadas pelas Florestas Estacionais das terras baixas e aluviais e a Floresta Estacional “Chaquenha”.

Os cerrados abrangem uma área de 2,04 milhões de quilômetros quadrados (cerca de 23% da área total do território brasileiro), estando presentes na maior parte da região central do País, limitando-se com todos os outros ecossistemas nacionais importantes. Em termos de ocupação por unidade da federação, o cerrado ocupa a maior parte dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.

Como já foi salientado, os cerrados apresentam uma das mais importantes biodiversidades do País. Primeiro, devido à sua vasta extensão e sua posição geográfica privilegiada, situando-se no centro de quatro biomas nacionais, com eles compartilhando espécies animais e vegetais. Também apresenta trechos de três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul. Essas características propiciam aos cerrados uma alta biodiversidade, estimada em cerca de 1/3 das fauna e flora brasileiras e 5% das mundiais. No espaço em referência estão catalogadas e descritas cientificamente cerca de 1,7 milhão de espécies. (Young, s.d.) Em termos geoeconômicos, os cerrados contêm partes de todas as regiões brasileiras.

“Essa interpenetração biomática das cinco grandes regiões geopolíticas do Brasil tem seu fulcro” nos Cerrados, refletindo-se “na interdependência de suas características abióticas, bióticas e culturais”. A Bacia Hidrográfica das Águas Emendadas, no DF, serve de divisora de águas das bacias de grandes rios que correm para o Norte, para o Nordeste e para o Sul do Brasil, fato que exerce grande influência na biodiversidade de todo o País. Daí porque populações humanas que vivem em áreas de cerrados, em particular na área de influência do Distrito Federal, serem, hoje, representativas das demais populações brasileiras, em todas as suas características bioculturais.”⁴⁰

Os solos dos cerrados possuem características variáveis, sendo geralmente profundos e bem drenados, principalmente os latossolos e os constituídos por areias quartzosas. Tratam-se, porém, de solos com baixa fertilidade, necessitando de correção, principalmente pela aplicação de calcário e de adubação para o uso agrícola de forma econômica. Como fator positivo, possuem o relevo plano ou suavemente ondulado, o que facilita o emprego de práticas agrícolas mecanizadas e o aumento sensível da produtividade agrícola.

Os valores médios de precipitação dos cerrados variam de 1.400 a 1.700 mm, ao ano, e a temperatura média oscila de 18° a 25°C. Os cerrados caracterizam-se por apresentarem dois períodos climáticos bem definidos: a estação chuvosa, de outubro a abril, quando a precipitação atinge 90% de seu total, e a estação seca, de maio a setembro, quando são registradas a ausência quase total de precipitações e baixa umidade do ar.

Os cerrados caracterizam-se ainda como uma das maiores e últimas reservas de terra, no mundo, capazes de suportar, a curto prazo, o aumento da produção de cereais e a formação de pastagens compatíveis com as características da demanda atual. Por essa razão, essa região vem passando por um processo de ocupação acelerada, apresentando também uma alta taxa de abertura de novas fronteiras agrícolas.

⁴⁰ Cf. ALMEIDA JR., José Maria G. de (1994)-.”Uma proposta de ecologia humana”. In: PINTO, Maria Novaes. Org. **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. 2.ed., p. 569.

4.1.1.1 Impactos da Ocupação dos Cerrados

A ocupação mais intensa dos cerrados vem provocando problemas ambientais de diversas naturezas. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais–INPE (Mantovani e Pereira,1994) mostram a intensa antropização que está ocorrendo naquela região, confirmando a urgente necessidade de adoção de medidas conservacionistas, para que seus recursos naturais não sejam ainda mais degradados ou definitivamente perdidos.

As principais ameaças ecológicas no Centro-Oeste são encontradas mesmo é nos cerrados. Manifestam-se em extensas superfícies, relativamente planas, recobertas por uma vegetação de árvores esparsas e tapete herbáceo, composto principalmente por gramíneas. Os cerrados (ou savanas) caracterizam ecologicamente um conjunto de fatores ambientais que conferem individualidade ao Brasil Central, sobressaindo-se os extensos chapadões com solos deficientes em bases trocáveis, lixiviados e não raro concrecionários com clima tropical quente subúmido e 3 a 6 meses de estação seca. Além da ação antrópica direta – corte das árvores para lenha –, do fogo e do pastoreio, que alteram substancialmente as variações fisionômicas, a vegetação dos Cerrados está condicionada ao clima regional, com estação já definida, e às variações locais dos solos. Usualmente, a baixa fertilidade natural e o lençol freático profundo dão origem ao cerrado e aos campos cerrados. À medida que o teor de bases trocáveis, a capacidade de retenção água e a profundidade efetiva dos solos aumenta, a vegetação vai se adensando e se tornando-se mais alta como no cerradão.⁴¹

Os principais impactos resultantes da ocupação desorganizada dos cerrados são diversos, destacando-se, dentre os mais importantes, os seguintes: erosão e compactação do solo, contaminação química das águas e da biota por agrotóxicos, irrigação inadequada e desmatamentos e queimadas.

4.1.1.2 Erosão e Compactação do Solo

O fenômeno afeta a capacidade de suporte do solo, com conseqüências econômico-sociais negativas, iniciadas pela perda de matéria orgânica e de nutrientes e alteração da microflora e da microfauna, que o tornam inadequado ao uso agrícola. A erosão é o efeito mais documentado devido às suas evidências, expressas pela retirada da camada natural de proteção vegetal nas operações de preparo do solo para cultivo. Derivado da erosão é, também, o assoreamento dos córregos e dos riachos provocado pelas enxurradas que, percorrendo terrenos erodidos, carregam e depositam terra e resíduos sólidos nos seus leitos, dificultando o percurso das águas e provocando a redução do seu fluxo.

Outro fator de destruição da capacidade produtiva do solo é a extrema compactação que pode ocorrer devido ao uso exagerado de máquinas e implementos agrícolas. Diversos estudos realizados pela Embrapa constataam que são significativas as perdas de solo resultantes da erosão e da compactação do solo, que poderiam ser evitadas por medidas de manejo e de conservação. Não se conta até agora com avaliações globais dos efeitos econômicos da intensidade da erosão nos cerrados, que são sobremodo difícil de realizar, em virtude da grande dispersão e extensão das frentes agropecuárias.

⁴¹ Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal–MMA (1995a) - **Política nacional integrada para a Amazônia Legal**. Brasília: MMA.

4.1.1.3 Contaminação Química das Águas e da Biota por Agrotóxicos

O uso indiscriminado de agrotóxicos já foi objeto de estudos e denúncias de outras regiões brasileiras, sendo que alguns estados dispõem de legislação específica para o seu controle. Nos cerrados, os efeitos dessa prática ainda não estão suficientemente estudados e divulgados, pois os instrumentos de controle existentes são precários.

Como vem ocorrendo uma alteração rápida do ambiente natural dos cerrados, registra-se proliferação de doenças e pragas antes desconhecidas, como resultado da perda do controle biológico de certos insetos e de outros animais. É isso que determina, em boa medida, que os agricultores recorram ao uso desregrado de agrotóxicos, provocando danos progressivos, principalmente pela extinção dos protetores naturais e a geração de espécies resistentes.

4.1.1.4 Irrigação Inadequada

A utilização de processos aperfeiçoados para outros ambientes, com a irrigação das denominadas terras altas pelo método da aspersão baseado no uso de “pivôs centrais”, para cuja potência e intensidade de uso os cerrados não dispõem, até agora pelo menos, de reservas suficientes de água. Existe atualmente uma grande preocupação com a utilização daqueles instrumentos de irrigação, capazes, quando empregados de forma não controlada, de provocar grandes perdas das reservas do lençol freático e gerar graves problemas para o abastecimento futuro de água, inclusive para consumo humano. O método utilizado pelos pivôs não é também dos mais eficientes, resultando em perda acentuada de água pelo fenômeno da dispersão.

O uso de irrigação nas várzeas – variedade de bioma dos cerrados – que é feita por gravidade, embora com efeitos negativos menos intensos do que os do pivô central, também apresenta seus inconvenientes, quando utilizada sem planejamento, podendo levar à destruição dos ecossistemas ribeirinhos e dos vales, como as veredas e as planícies aluviais. A drenagem utilizada nesse tipo de irrigação pode provocar, ainda, a descida do nível da base do aquífero, destruir as matas de galeria e os buritizais, provocando, posteriormente, a destruição das próprias várzeas, fenômeno facilmente observável na Região do Centro-Oeste.

4.1.1.5 Desmatamentos e Queimadas

Há poucas décadas, os cerrados eram áreas virgens. Dos anos 60 em diante, sua utilização intensiva, segundo métodos muitas vezes inadequados, principalmente pela utilização de grandes queimadas e o uso de defensivos agrícolas impróprios, vem provocando desequilíbrios no ecossistema, com a perda de espécies vegetais e animais.

O processo de desmatamento e de queimadas é utilizado, principalmente, para a formação de grandes áreas de pastagem, para a criação de gado. Na instalação dessas áreas de pastagem, em cultura única, ocorre um consumo intenso de diversos insumos, tais como corretivos de solo, fertilizantes, herbicidas, pesticidas e uma forte utilização de maquinaria pesada. De imediato, verifica-se o empobrecimento do ecossistema, com a perda de espécies vegetais nativas, criando-se condições para o aparecimento de pragas e insetos, bem como de ervas daninhas.

A destruição da vegetação natural em áreas de alto endemismo causa danos irreparáveis, com prejuízo para a coleta de novos materiais no reservatório genético do bioma. Ademais, têm sido registrados casos de propagação de ervas daninhas exóticas nos cerrados, provenientes da germinação de sementes provenientes de outros ecossistemas e que encontram no novo ambiente condições favoráveis ao seu rápido crescimento e proliferação.

4.1.2 Complexo do Pantanal

Trata-se do segundo grande ecossistema da Região Centro-Oeste. Formado pela Depressão Pantaneira, que é uma extensa superfície de acumulação de águas e sedimentos provenientes de suas áreas adjacentes e barradas ao sul pelo “fecho dos morros”, no estreitamento do Rio Paraguai, próximo à sua confluência com o Rio Apa. Essa “terra das águas” constitui uma unidade ambiental importadora de matéria e energia, exportando reduzidas quantidades, uma vez que os fluxos se encontram em parte impedidos em seu extremo meridional. Os diversos pantanais, a nível local, exibem internamente uma grande variedade de microrrelevos e regimes de inundações, resultando na diferenciação das formações vegetais que os recobrem.

Os Ecossistemas do Pantanal ocupam uma superfície de 165.000 km². A vegetação nativa ainda recobre mais de 97% da área, alterada em parte pelo pastoreio e tratos agrônômicos, visando a melhoria das condições das pastagens nativas. O uso e ocupação das terras é quase exclusivamente para a cria, recria e engorda do gado. Secundariamente, destacam-se a pesca, a captura (nem sempre legal) de animais silvestres, atividades turísticas e de lazer e os garimpos. A mineração se faz presente, pontualmente, em Corumbá. O sistema produtivo das diferentes áreas dos pantanais mantém relações importantes de complementaridade com as áreas periféricas. Em contrapartida, o uso e ocupação das terras em seu entorno rebate negativamente sobre os ecossistemas pantaneiros. (MMA, 1995.)

O Pantanal possui peculiaridades que o caracterizam como uma sub-região particular, sendo considerado a maior planície úmida do planeta. A sub-região extrapola os limites geopolíticos do Brasil, onde ocupa 165.000 km², sendo 130.000 no Mato Grosso do Sul e 35.000 no Mato Grosso. É um dos maiores viveiros naturais do mundo, com formação geomorfológica própria, sem similar, concentrando a maior fauna das Américas. Seus grandes depósitos de água constituem uma área tradicional de pesca, atraindo desportistas de vários países.

A região é composta por oito “pantanais”, com características definidas, e cujas águas em sua maior parte são provenientes das ocasionais enchentes do Rio Paraguai e das chuvas torrenciais, que, ocorrendo durante o período de setembro a abril; se acumulam em depressões existentes em áreas do terreno, de onde avançam formando os lagos e expandindo-se por toda a planície. As correntes de água correm pela planície, em complicados meandros e “corixos” e deságuam no rio Paraguai.

Economicamente, a região foi e é utilizada principalmente para a criação de gado, de forma intensiva e predatória. Embora a atividade pecuária tenha de certa forma se adaptado ao meio ambiente, o aumento indiscriminado do gado e seu manuseio constante acabou por provocar desequilíbrios no ecossistema regional, traduzidos por longos períodos de enchentes, alternados por períodos de seca rigorosa. Por outro lado, a pesca e a caça predatória da abundante fauna do Pantanal levaram a desequilíbrios nas espécies, a exemplo da acentuada redução dos jacarés, do conseqüente aumento da ocorrência de piranhas e da queda da piscosidade dos seus lagos e rios, acarretando o enfraquecimento da base econômica de sustentação de uma grande colônia de pescadores. Nas áreas adjacentes ao Pantanal, expandiu-se a monocultura da soja destinada à exportação, bem como a da cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, provocando na região, de forma indireta, os efeitos socioeconômicos negativos próprios desse tipo de exploração agrícola.

Recentemente, com o aumento da importância do uso da Hidrovia Paraguai-Paraná, foi levantada a questão do eventual agravamento do processo predatório da sub-região, provocado pelas obras necessárias à viabilização de um maior volume de tráfego na hidrovia e sua manutenção,

em operação, durante todo o ano. A questão diz respeito ao desenrocamento do Rio Paraguai, no trecho de 140 km existente entre o Porto de Cáceres e a localidade de Descalvados. Alegam os ambientalistas que o desenrocamento desse trecho provocará uma maior vazão no rio, que resultará no rebaixamento do nível de águas do Pantanal e na perda irremediável de extensas áreas do complexo. Há, entretanto, outra opinião no sentido de que a viabilização da navegabilidade do rio durante todo o ano, depende tão somente de serviços periódicos de limpeza e remoção de areia e troncos de árvores que se depositam no trecho mencionado, sendo desnecessárias aberturas de canais e/ou desenrocamentos. (Heberle, 1998.)

De qualquer forma, a solução para a questão deve ser encontrada, para que o País possa utilizar a hidrovia, sem eclusa, de maior extensão do planeta, navegável por 3.442 km, desde Cáceres, no Mato Grosso, até Nueva Palmira, no Uruguai. A hidrovia permitirá, inclusive, a integração hidroviária do País, com as conexões dos Rios Paraná e do Tietê.

Prevê-se para 1999 o início da execução do Projeto Pantanal, negociado com entidades estrangeiras (BID e Eximbank-Japão), no valor de US\$ 400 milhões. As entidades internacionais responsabilizam-se por US\$ 300 milhões, enquanto os governos federal, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul entrariam com os US\$ 100 milhões restantes. Na primeira fase do Projeto, os principais objetivos seriam: a) o saneamento do meio ambiente urbano de cidades limítrofes e dentro do Pantanal; b) a implantação e recuperação de estradas-parque; c) a recuperação e o gerenciamento de bacias hidrográficas; e d) a assistência técnica a produtores rurais, para adaptar suas propriedades ao ecoturismo.

4.1.3 Floresta Tropical Perenifólia ou Pluvial

O terceiro grande ecossistema regional é parte da Floresta Tropical Perenifólia ou Pluvial, que ainda constitui o maior corpo florestal do planeta. Esse espaço acha-se condicionado ao clima equatorial quente, superúmido e úmido, onde a precipitação pluviométrica é bem superior à evapotranspiração potencial. No trecho mato-grossense, o relevo dessa unidade provém da decomposição das rochas do Escudo do Brasil Central, originando as Depressões da Amazônia Meridional, os Planaltos dos Parecis e os Planaltos Residuais da Amazônia Meridional.

A fisionomia vegetal da área ocupada pelos Ecossistemas Amazônicos envolve diversos tipos e fâcies. As Florestas Abertas, que ocorrem no Estado do Mato Grosso, são ombrófilas, no entanto, caracterizam uma área de transição climática, menos úmida. O estrato dominante pode ser alto, sobressaindo-se do dossel descontínuo e irregular. Algumas fâcies são marcantes, como por exemplo a floresta de palmeiras, a floresta de cipó, a floresta de bambus e a floresta de sororoca. Ocupam grande parte das Depressões da Amazônia Meridional, bem como as áreas drenadas pelo alto e médio curso dos Rios Javari, Juruá, Purus e Madeira.

Segundo a posição topográfica que ocupam e os aspectos da geomorfologia fluvial, são denominadas de Floresta de Terra Firme, Floresta de Várzea e Floresta de Igapó. Nas planícies aluviais recentes, sujeitas às inundações, as diversas fases de sucessão vegetal vão das fases submersas e flutuantes de plantas aquáticas passando às fases herbáceas, campos de várzea, arbustivas e às arbóreas do Igapó, ou formando os buritizais ou outras comunidades com predominância de uma espécie que lhes confere o nome.

4.1.4 Particularidades do Distrito Federal

O Distrito Federal, cujas características ambientais diferem muito pouco das existentes nos cerrados, apresenta fortes impactos ambientais decorrentes da ação antrópica que geraram e geram a necessidade de análise e providências diferenciadas. As agressões ao meio ambiente no DF resultam

principalmente em problemas de erosão hídrica e antrópica e na contaminação e exaustão das águas. Descrevem-se a seguir, de forma abreviada, os elementos que particularizam esses problemas.

4.1.4.1 Erosão

Os solos do DF, principalmente os das áreas urbanas e de suas proximidades, estão sendo severamente erodidos pelas chuvas e pelas águas subterrâneas, devido ao seu tratamento e utilização incorretas. Das diversas atividades que propiciam a aceleração dos processos erosivos, destacam-se o decapeamento incorreto do solo, com a retirada de camadas superficiais protetoras, sem substituição; os loteamentos extremamente densos; as canalizações artificiais; as construções de estradas em encostas íngremes; e, de uma forma geral, o uso do solo de forma incompatível com os critérios de sustentabilidade.

Na zona rural é também constante o surgimento e a expansão de áreas de erosão, derivadas de construções de estradas e de canalizações artificiais. As erosões que mais atingem a área rural são denominadas de voçorocas, caracterizadas por sulcos profundos, de largura variável, que tendem a se expandir se não forem corrigidas com rapidez. A voçoroca, com sua tendência a se alargar e a se aprofundar, vem destruindo áreas expressivas de pastos e de lavouras no DF.

4.1.4.2 Contaminação das Águas

A contaminação das águas deve-se a diversas causas, sendo as principais o tratamento inadequado dos esgotos e a incorreta disposição do lixo. Esses dois fatores, que muitos problemas causaram à região do DF e Entorno, estão sendo em parte corrigidos pela construção de redes de esgoto, de estações de tratamento de lixo e de bacias de oxidação, em praticamente todas as cidades do Distrito Federal.

Um grande passo para a melhoria dos problemas de poluição das águas, é a descontaminação do Lago do Paranoá, que já tornou a quase totalidade de suas águas adequada ao uso humano diversificado. Continua, entretanto, a ocorrer a contaminação dos aquíferos pelo uso indiscriminado de fertilizantes e defensivos agrícolas, por lixos expostos a céu aberto, por descargas de águas pluviais, por resíduos e detritos industriais e por fossas.

4.1.4.3 A Exaustão dos Recursos de Água Subterrânea

Dentre os diversos fatores que afetam negativamente o meio ambiente do DF, o que configura uma das mais graves ameaças para o futuro é o risco do esgotamento de volumes importantes de reservas de água subterrânea.

A questão é extremamente preocupante, mormente quando se verifica o aumento contínuo e crescente dos assentamentos e invasões no DF, onde se localizam centenas de milhares de pessoas provenientes dos mais diversos locais do País. Essa população se aglomera, muitas vezes, nas cabeceiras de córregos e nas margens de rios, provocando, pelo mal uso da água, a sua contaminação, a curto prazo, e a sua drástica redução, a longo prazo. Em locais mais secos, a primeira providência dos ocupantes desses locais é cavar cisternas (ou poços, tipo Amazonas), pelas quais se obtém água da primeira camada do lençol freático da região, localizada numa faixa de 10 a 20 metros de profundidade. Com o adensamento desses assentamentos, o governo local inicia a construção de diversos poços artesianos, de maior potência, retirando água da segunda camada do lençol freático, bem mais volumosa, que se localiza aproximadamente a 100 metros de profundidade. Além disso, milhares de proprietários de classe média perfuram poços artesianos em suas propriedades, quase sempre utilizadas apenas para o lazer.

As potencialidades hidrogeológicas do DF não permitem a captação de água, com perfuração indiscriminada de poços, para atender a demanda atual e sua evolução às taxas esperadas. As condições litológicas do DF restringem o potencial hídrico de águas subterrâneas, não havendo delas quantidades suficientes para abastecer a demanda projetada. Em resumo, os técnicos concordam que “as águas subterrâneas do DF são de boa qualidade química e bacteriológica, podendo ser utilizadas como parte de uma solução, porém em escala mínima.” (Fernandes, 1994.)

O adensamento humano desordenado de Brasília, cidade criada para abrigar 500.000 habitantes, no ano 2000, fez com que se alcançasse, antes daquela data, uma população superior a 2.000.000 de habitantes. A crescente migração de pessoas em busca de atrativos os mais diversos, somada às distintas e conhecidas causas de sua expulsão dos locais de origem, transformam o DF em um grave problema local e nacional, de difícil solução, pois não há como solucioná-lo apenas com a intervenção das autoridades locais. O problema origina-se, basicamente, da difícil situação do desemprego e da falta de oportunidades por que passa o povo brasileiro.

4.2 Base Científica e Tecnológica

A situação das instituições de pesquisa e de formação de recursos humanos qualificados no Centro-Oeste ainda caracteriza-se como desigual, sobretudo quando comparada com as regiões Sul e Sudeste. No que concerne à distribuição regional dos grupos de pesquisa, observa-se pela Tabela 4.1 que a participação da Região Centro-Oeste, em termos percentuais, só se encontra a frente da Amazônia, seja em relação ao número de grupos de pesquisa, seja em relação ao número de pesquisadores e de sua titulação.

TABELA 4.1
DISTRIBUIÇÃO DE PESQUISADORES,
SEGUNDO AS REGIÕES GEOECONÔMICAS

REGIÕES	GRUPOS DE PESQUISA		PESQUISADORES		TITULAÇÃO MÁXIMA				
					GRAD.	ESPEC.	MESTR.	DOUTORADO	
	Nº	%	°	%	Nº	Nº	Nº	Nº	%
Sudeste	7.316	51,5	21.573	63,1	2.653	1.053	5.207	12.660	66,8
Sul	3.506	24,7	5.977	17,5	462	537	2.061	2.917	15,4
Nordeste	2.142	15,1	4.236	12,4	195	338	1.540	2.163	11,4
Centro-Oeste	775	5,5	1.828	5,3	139	185	572	932	4,9
Norte	456	3,2	591	1,7	42	65	194	290	1,5
Brasil	14.195	100,0	34.205	100,0	3.491	2.178	9.574	18.962	100,0

Fonte: MCT/CNPq/SUP - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – 1997 e 2003.

Obs.: Há dupla contagem devido aos pesquisadores que atuam em mais de uma área do conhecimento, instituição, Estado da região ou do País.

Essa situação de desigualdade é também acentuada, quando se analisa para o País os números relativos a quantidade e a localização dos cursos de formação de recursos humanos qualificados (pós-graduação), conforme apresentado na Tabela 4.2.

TABELA 4.2
NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (MESTRADO E DOUTORADO) POR
REGIÕES GEOECONÔMICAS

REGIÃO	NÚMERO DE CURSOS	(%)
NORTE	42	2,7
NORDESTE	226	14,4
CENTRO-OESTE	88	5,6
SUL	304	19,3
SUDESTE	910	58,0
BRASIL	1.570	100

Fonte: MEC/CAPES. 2002.

Essa deficiência quanto ao reduzido número de cursos de formação de recursos humanos qualificados não seria um problema significativo, caso as distâncias envolvidas não fossem expressivas. Contudo, essa mobilidade, que hoje se configura como evento normal nas Regiões Sul e Sudeste, não pode ser considerada como irrelevante quando as distâncias entre Estados são expressivas.

Essa distorção é, ao mesmo tempo, consequência e causa de uma postura concentradora desenvolvida nas últimas décadas pelo Governo Federal. Mais cursos de pós-graduação significam mais investimentos em pesquisa, que, por sua vez, geram mais cursos.

Um argumento por vezes utilizado é o de que esse quadro de distribuição regional dos cursos de pós-graduação e dos grupos de pesquisa, tem por razão, e expressa, a distribuição espacial da população brasileira. Entretanto, em se considerando os dados apresentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior-CAPES⁴² para o ano de 1996, a relação entre o número de cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado – e a população residente é significativamente desigual. De acordo com esses dados, e para o ano em questão, o número de cursos por milhão de habitantes apresentava a seguinte composição: Norte, 3,39 cursos por milhão de habitantes; Centro-Oeste, 8,06; Nordeste, 4,87; Sul, 11,21; e Sudeste, 19,86.

Considerando que a média brasileira é de 12,33 cursos por milhão de habitantes, os números deixam claro que apenas o Sudeste supera essa média. Como apontado acima, outros indicadores que evidenciam a situação de desigualdade regional existente no segmento de C&T no Brasil, dizem respeito aos investimentos feitos pelas principais agências federais de financiamento à pesquisa.

Em se considerando o período 2000/2002 os investimentos realizados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq,⁴³ em bolsas no país (de estudo e de pesquisa), bolsas no exterior e em fomento à pesquisa, conforme apresentado pela tabela 4.3, indicam que o Centro-Oeste, também neste indicadores, está a frente apenas da Região Norte.

Quanto aos investimentos feitos pela Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP,⁴⁴ em se considerando o período 1996/1999, a participação relativa da Região Centro-Oeste foi de 1,58 por cento. Como a FINEP atua com duas linhas de financiamento – desembolsos reembolsáveis e não reembolsáveis⁴⁵ – é importante considerar como foi o desempenho dessas duas modalidades no contexto regional. Como observado nas figuras 4.1 e 4.2, apresentadas abaixo, no período em questão os desembolsos efetuados pela FINEP na Região Centro-Oeste ocuparam igualmente a

⁴² Instituição vinculada ao Ministério da Educação - MEC

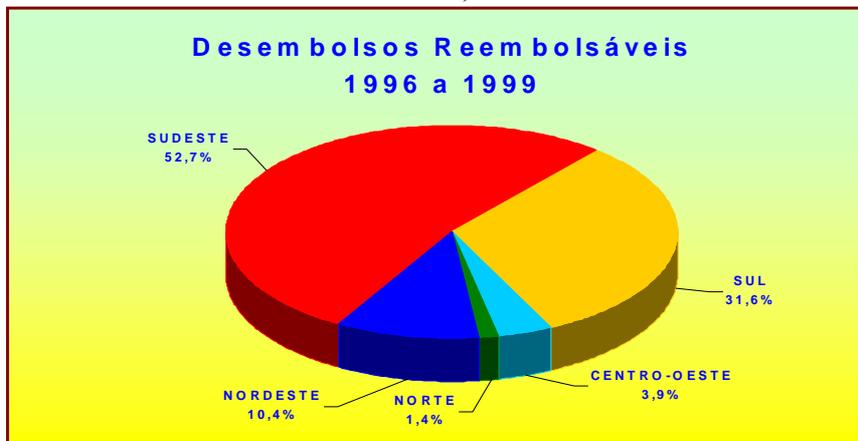
⁴³ Instituição vinculada ao ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

⁴⁴ Agência também vinculada ao MCT.

⁴⁵ Operações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

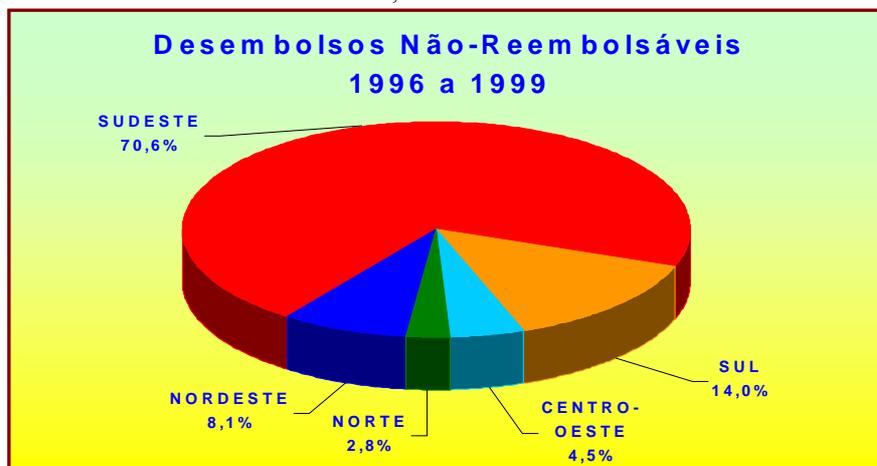
segunda posição, em se considerando as demais regiões. O montante de recursos liberados para a Região representou 1,4 por cento dos recursos reembolsáveis para o País, e as operações não-reembolsáveis representaram 2,8 por cento.

FIGURA 4.1-PERCENTUAL DOS DESEMBOLSOS REEMBOLSÁVEIS REALIZADOS PELA FINEP NO PERÍODO 1996/1999, POR REGIÕES



Fonte: FINEP: Desempenho na Região Norte. FINEP, fevereiro de 2000.

FIGURA 4.2- PERCENTUAL DOS DESEMBOLSOS NÃO-REEMBOLSÁVEIS REALIZADOS PELA FINEP NO PERÍODO 1996/1999, POR REGIÕES



Fonte: FINEP: Desempenho na Região Norte. FINEP, fevereiro de 2000.

TABELA 4.3: INVESTIMENTOS REALIZADOS PELO CNPQ EM BOLSAS NO PAÍS, BOLSAS NO EXTERIOR E EM FOMENTO À PESQUISA NO PERÍODO 2000/2002

R\$ mil correntes

Região	Bolsas no País						Bolsas no Exterior						Fomento à Pesquisa					
	2000	%	2001	%	2002	%	2000	%	2001	%	2002	%	2000	%	2001	%	2002	%
NORTE	7.973	2.5	8.822	2.6	9.025	2.7	115	1.0	377	1.9	690	1.8	1.583	1.7	6.711	5.0	7.551	6.4
NORDESTE	45.784	14.2	49.215	14.5	46.803	13.7	1.557	13.9	2.580	12.7	4.553	11.9	12.964	13.8	21.415	16.1	15.550	13.2
SUDESTE	196.579	61.1	204.783	60.1	205.886	60.5	5.649	50.3	10.625	52.3	20.268	52.8	54.252	57.9	70.710	53.2	62.967	53.5
SUL	52.676	16.4	57.023	16.7	59.843	17.6	2.838	25.3	4.681	23.1	9.230	24.0	16.523	17.6	24.580	18.5	20.158	17.1
CENTRO OESTE	18.697	5.8	20.721	6.1	21.918	6.4	1.069	9.5	2.038	10.0	3.667	9.5	8.354	8.9	9.565	7.2	11.440	9.7
TOTAL	321.709	100	340.565	100	343.476	100	11.228	100	20.302	100	38.408	100	93.676	100	132.981	100	117.665	100

FONTE: CNPq; www.cnpq.br. (Acessado em 10.10.2003.)

TABELA 4.4: DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE PESQUISA E DOS PESQUISADORES DA EMBRAPA POR REGIÃO

CENTROS E PESQUISADORES	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
Número de Centros	6	7	9	7	11	40
Nº de Pesquisadores nos Centros	271	372	369	377	506	1.895
Nº de Pesquisadores Cedidos		54			71	125
Nº de Pesquisadores na Sede					84	84
Total de Pesquisadores	271	426	369	377	661	2.104
Distribuição de Pesquisadores (%)	12,9	20,3	17,5	17,9	31,4	100,0

FONTE: Carvalho e Egler, 2003.

Um contexto onde a situação do Centro-Oeste se diferencia das demais regiões, é o relativo aos centros de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias-Embrapa. Como observado na Tabela 4.4 o Centro-Oeste abriga hoje 11 dos 40 centros de pesquisa da EMBRAPA, com um contingente de 661 dos 2.104 pesquisadores pertencentes a instituição (31,4% do total de pesquisadores). Este quadro é significativamente relevante, dado, sobretudo, à vocação da Região Centro-Oeste no que se refere às atividades ligadas ao setor agropecuário.

Um avanço importante no contexto do segmento de ciência, tecnologia e inovação no Centro-Oeste, foi a institucionalização dos seus sistemas estaduais de ciência e tecnologia. Este movimento de desconcentração das atividades de apoio e fomento à CT&I teve seu início na Região em fins de 1981, com a constituição de um núcleo embrionário nas Secretarias de Planejamento e Coordenação dos Estados-SEPLANs, tendo como objetivo analisar e promover a proposta do Governo Federal, operacionalizada pelo CNPq, de descentralizar as ações do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-SNDCT.⁴⁶

No Mato Grosso do Sul, essa iniciativa refletiu-se na criação, também em 1981, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia-CECITEC, no âmbito da Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral-SEPLAN-MS. Nessa mesma linha, o Estado do Mato Grosso instituiu, em 1984, o seu Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. No Distrito Federal, a criação da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia-SEMATEC somente veio a ocorrer em 1986.

Embora a ocorrência destes avanços no sentido da institucionalização da função CT&I no contexto das estruturas dos executivos estaduais do Centro-Oeste, mediante a instituição de órgãos com atribuições de caráter logístico, responsáveis pela formulação de políticas e normas e pelas atividades de planejamento, coordenação e fomento na área de C&T, essas medidas têm sido implementadas muito lentamente. Não têm, por isso, produzido os resultados esperados, gerando, além disso, expectativas não correspondidas junto à comunidade científica e tecnológica regional, assim como falta de credibilidade daqueles sistemas junto à sociedade. A transferência apenas parcial do percentual da receita tributária dos Estados para investimentos em ciência e tecnologia, regulamentada na Constituição⁴⁷ de todos os Estados do Centro-Oeste, constitui um dos fatores responsáveis pelo lento avanço dos trabalhos nessa área.

No que se refere às fundações de amparo à pesquisa, instituições que têm a função de exercerem as ações de fomento à CT&I no âmbito estadual, estas ainda não iniciaram suas atividades de fomento no Centro-Oeste. As exceções ficam por conta dos trabalhos realizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal-FAPDF, criada em 1992 (Lei nº 347) e instalada em 1994; e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Mato Grosso-FAPEMAT, criada em 13 de dezembro 1990 (Lei nº 5696), porém implantada efetivamente somente em 1997.

No que diz respeito à situação atual, os recursos que são aplicados pelos estados do Centro-Oeste em atividades de Ciência & Tecnologia são reduzidos, não estando inseridos em orçamentos definidos em Planos de C&T, elaborados segundo as potencialidades e necessidades regionais. Com exceção do governo do Distrito Federal, que vinha implementando, até 1998, o Plano de Ciência e

⁴⁶ O SNDCT é, de acordo com a estrutura administrativa do Estado Brasileiro instituída pelo Decreto-Lei 200, constituído por todas as instituições em nível do Executivo Federal, Estadual e Municipal, com funções relacionadas com ciência e tecnologia. Até a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1985, o CNPq exercia o papel de coordenador e de órgão central deste sistema.

⁴⁷ No Centro-Oeste, foram estabelecidos os seguintes percentuais: Mato Grosso do Sul (1,5%); Goiás (3,0%), Mato Grosso (2,0%) e Distrito Federal (2,0%).

Tecnologia do DF (Brasília 2010), os demais estados não dispõem de instrumentos com essa finalidade.

Se a situação em nível das atividades de fomento e apoio à CT&I pelos executivos federal e estaduais ainda necessitem de mudanças significativas, principalmente no sentido de um aumento expressivo dos recursos públicos destinados à estas atividades, um evento impar que vem acontecendo no Centro-Oeste são investimentos feitos em CT&I pela iniciativa privada. Como exemplo desta iniciativa, cabe destacar a criação da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso-Fundação MT, instituição sem fins lucrativos, voltada para o apoio à pesquisa agropecuária, criada em 1994 e com sede em Rondonópolis. Essa fundação surgiu a partir da iniciativa de agricultores locais, que constituíram, em 1990, a Associação Brasileira de Produtores de Soja. Mais tarde, com a finalidade de resolver os problemas do nematóide de cisto e do cancro da haste, que atacavam fortemente as plantações de soja da região, a associação foi reestruturada, dando origem à Fundação MT.

Atualmente, os trabalhos de pesquisa da Fundação MT estão sendo desenvolvidos dentro e fora do Estado do Mato Grosso, em cooperação com seus associados e parceiros, dentre eles a Universidade Federal do Mato Grosso-UFMT, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - Empaer-MT, a Embrapa, as prefeituras locais e os fabricantes de máquinas, equipamentos e insumos que atuam naquele estado.

Em 1992, foi criada, nos moldes da Fundação MT, a Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias no Mato Grosso do Sul-Fundação MS, a partir da Coagri, um braço da Cooperativa Tritícola Serrana de Ijuí, no Mato Grosso do Sul. A Fundação faz testes de avaliação de culturas para cobertura de solo e de cultivares melhorados de soja, milho, algodão, trigo, aveia, girassol e sorgo, entre outros. Ágeis na tomada de decisões e contando com o respaldo da Embrapa, as duas fundações estão ligadas ao dia-a-dia de trabalho do produtor, esforçando-se em reconhecer os problemas das lavouras e apresentar soluções com rapidez.

Os resultados produzidos pelas Fundações MT e MS, no combate a doenças e pragas que atacam as lavouras e no desenvolvimento de espécies mais resistentes e adaptadas às condições locais, demonstram a eficácia do modelo de gestão adotado pelas duas instituições, que privilegia a parceria entre governo e iniciativa privada, ambos comprometidos com os riscos e responsabilidades do agronegócio, com a finalidade de atingir objetivos comuns.

Destaca-se também, nessa iniciativa, o modelo de gestão de informações utilizado, baseado no uso de linguagem adequada aos produtores, na garantia da qualidade das informações divulgadas, na ligação direta com as necessidades do produtor e na rapidez com que são executadas as ações.

A Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária e Ambiental-Fundapam, instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criada em Campo Grande-MS, em março de 1996, é outro exemplo de entidade que promove a interação entre a oferta e a demanda tecnológica na área agropecuária e do meio ambiente na Região. A iniciativa de criação da Fundapam surgiu como forma de facilitar a articulação dos Centros de Pesquisa da Embrapa com o governo e com o setor produtivo.

A estratégia de parcerias entre as entidades que atuam na área de C&T, embora ainda pouco praticada na Região, tem trazido bons resultados, pois permite o compartilhamento de recursos humanos, técnicos e financeiros entre os parceiros, gerando soluções tecnológicas adequadas à demanda regional. Algumas iniciativas já começam também a surgir de parcerias entre entidades de

pesquisa e empresas privadas, estimuladas pelas Fundações criadas recentemente, com o objetivo de promover o desenvolvimento científico e tecnológico regional.

Como apresentado no diagnóstico desenvolvido sobre o quadro atual do segmento de ciência, tecnologia e inovação na Região Centro-Oeste, embora os níveis de investimentos sejam ainda modestos, sobretudo quando comparados com outras regiões do País, existem oportunidades que podem ser potencializadas desde que maiores investimentos sejam feitos, sobretudo pelos executivos federais e estaduais.

Esta decisão é de fundamental importância, visto que se a opção que se quer para o Centro-Oeste for a de uma região que venha a se desenvolver mediante processo adequado e racional de uso de sua base de recursos naturais, com equidade social e econômica (competitividade autêntica), então elemento fundamental para a viabilização dessa opção é a existência de estrutura consolidada e competente de CT&I. E, nesse contexto, papel relevante para a geração de conhecimentos e para a formação de recursos humanos qualificados deverá ser desenvolvido pelas universidades e pelas instituições de pesquisa. Quanto a geração de tecnologias, esta deverá ser uma ação cujo *locus* preferencial de realização é a empresa, isoladamente ou em associação com as universidades e os institutos de pesquisa.

4.3 Cadeias Produtivas Regionais e Arranjos Produtivos Locais

A expansão do potencial de produção, em relação às atividades industriais ganha mais expressão quando sua exploração é realizada no contexto das cadeias produtivas. A **cadeia produtiva** é um segmento do negócio agrícola, que abrange as relações entre fornecedores de insumos, a fazenda – com seus diferentes sistemas de produção –, a agroindústria e a comercialização, assim como o mercado consumidor de um determinado produto. A utilização desse conceito permite melhor compreensão das relações entre os distintos atores que participam de uma dada cadeia produtiva. Possibilita a análise de novas demandas do mercado consumidor, caracterizado por indivíduos ou organizações, que apresentam necessidades comuns e interesses no consumo de um dado produto.⁴⁸

O conceito de cadeias produtivas é mais amplo do que o representado por atividades especificamente setoriais, como o cultivo de uma determinada lavoura (o algodoeiro), a fabricação de um dado produto (o tecido de algodão) e a prestação de um serviço técnico (a consultoria em planejamento) ou de lazer (o turismo). A cadeia produtiva caracteriza-se, assim, como uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico.

As cadeias produtivas regionais mais importantes estão relacionadas à produção agropecuária, com destaque para a cadeia dos grãos e carnes, com ramificações em praticamente todos os estados do Centro-Oeste; minerais não-metálicos, principalmente associada à extração de calcário; madeira e mobiliário, dominante no norte de Mato Grosso; e cadeias produtivas geradoras de maior valor agregado, como as da tecnologia da informação e produtos farmacêuticos, concentradas no Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia.

As cadeias produtivas podem ser estruturadas territorialmente sob a forma de **arranjos produtivos**. A modernização e a racionalização das atividades produtivas dos setores agropecuário, florestal e industrial, com impacto no processo de desenvolvimento econômico, na conservação dos recursos naturais e na melhoria de qualidade de vida, devem incluir a agricultura familiar, integrada a grandes e pequenas empresas industriais, requerendo contudo tecnologias alternativas às técnicas tradicionais. Nos arranjos produtivos cabem tanto os pólos altamente tecnicizados, como os de

⁴⁸ BATAHA, Mário Otávio. Coord. (1997)- **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas. 2 vol.

tecnologia de informação, quanto aqueles com reduzida base tecnológica, em geral, voltados para a produção de artigos destinados à economia popular.

Dos **arranjos produtivos locais** – ou sistemas locais de produção-SLP – resultam sinergias extremamente benéficas entre os agentes, a partir da interação saudável entre cooperação e concorrência. Os empreendedores de um mesmo ramo podem perfeitamente competir entre si. Ao mesmo tempo, podem tomar iniciativas e ações compartilhadas, voltadas para a solução de problemas comuns, como a melhora da infra-estrutura e da rede de serviços locais, a atuação conjunta nos mercados de compra e venda e a negociação com os poderes públicos locais, estaduais e nacionais.

A criação e o estímulo aos arranjos produtivos locais, com ênfase horizontal, não constitui política oposta à criação e consolidação das grandes cadeias produtivas, que também atuam na agregação de valor aos produtos e na identificação de oportunidades de pequenos negócios, a partir da análise dos encadeamentos das empresas existentes, a montante e a jusante. As possibilidades neste campo incluem desde a transferência de tecnologia, à capacitação, troca de informações e apoio financeiro, dentre outras possibilidades.

A Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), vinculada ao Ministério da Integração Nacional, já identificou diversos arranjos produtivos na Região. A partir de estudos em andamento, já selecionou dez arranjos produtivos locais-APL, dentre os quais destacam-se os mencionados a seguir:

- i. Mato Grosso do Sul: cerâmica, em Rio Verde; turismo, na Costa Leste; e mandioca, no Vale do Ivinhema;
- ii. Mato Grosso: produção de móveis e de confecções, em Lucas do Rio Verde e Rondonópolis; turismo, na Chapada dos Guimarães e no Pantanal;
- iii. Goiás, confecções, em Jaraguá; corantes, em Mara Rosa; e turismo, em Alto Paraíso;
e
- iv. Distrito Federal: tecnologia de informações.

O estímulo aos arranjos produtivos locais já constitui uma prioridade do governo federal, daí as ênfases que estão sendo concedidas pela SCO no apoio técnico aos APL.⁴⁹

4.4 Infra-estrutura e Desenvolvimento Regional

A infra-estrutura constitui um instrumento essencial do desenvolvimento regional e de integração territorial. Como tal, deve ser parte substancial da agenda de governo e suscetível de políticas públicas explícitas. Desenvolvendo-se em sua maior parte em redes, a infra-estrutura exerce efeitos decisivos sobre a organização do território e o desenvolvimento regional.

O avanço tecnológico nos transportes e nas telecomunicações passou a estar diretamente relacionado com a competitividade dos lugares, tanto cidades, como regiões, pois potencia a acessibilidade, a conectividade e a interação entre eles. A capacidade de uma cidade ou região para dinamizar sua economia, tornar-se competitiva e atrair inversões e gerar empregos está

⁴⁹ As informações da SCO sobre os APL foram obtidas no site do Ministério da Integração Nacional: <http://www.integracao.gov.br>. (Acessado em 15.08.2003.)

indissolúvelmente associada à disponibilidade de infra-estrutura em diferentes escalas, como também ao seu equipamento urbano e à qualificação de sua população.

Por estas razões, o tratamento da infra-estrutura não pode estar dissociado de uma estratégia de desenvolvimento regional. A rede urbana, que expressa o grau de integração territorial da estrutura produtiva regional, é um elemento fundamental a ser considerado no planejamento estratégico do desenvolvimento. Ao contrário do paradigma que se sustentava nos anos 1960, a infra-estrutura por si não leva ao desenvolvimento regional, porém não é possível atingi-lo sem uma moderna e eficiente rede viária, uma confiável oferta de energia e a capacidade de receber e transmitir informações entre os diversos lugares.

A situação atual do Centro-Oeste deixa muito a desejar quanto à extensão, à densidade e à confiabilidade de sua infra-estrutura básica. Considerando a rede viária, por exemplo, observa-se pelas tabelas 4.5 e 4.6, que a Região apresenta indicadores muito aquém dos padrões internacionais e nacionais de desenvolvimento.

TABELA 4.5
BRASIL E CENTRO-OESTE. REDE FERROVIÁRIA: EXTENSÃO E DENSIDADE - 2000

UNIDADE GEOGRÁFICA	EXTENSÃO (km)	DENSIDADE (m/km ²)
Brasil	29.283	3,44
Norte	451	0,12
Nordeste	7.295	4,69
Sudeste	12.138	13,13
Sul	6.980	12,11
Centro-Oeste	2.419	1,51
Goiás	685	2,01
Mato Grosso do Sul	1.662	4,65
Mato Grosso	14	0,02
Distrito Federal	58	10,00

Fonte: GEIPOT, Anuário dos Transportes – 2001.

No que diz respeito ao transporte ferroviário, o Centro-Oeste está acima apenas da Região Norte, quanto à extensão da rede de trilhos, com uma densidade de apenas 1,51 m/km² de leito ferroviário. Isto é particularmente crítico em uma região cuja base produtiva está fortemente orientada para a produção de grãos destinados ao comércio exterior. No caso específico do Mato Grosso, que apresenta a inexpressiva densidade de dois centímetros de trilhos por quilômetro quadrado, são flagrantes os gargalos estruturais para o escoamento da soja, que constitui o principal produto agrícola do Estado.

TABELA 4.6
BRASIL E CENTRO-OESTE. MALHA RODOVIÁRIA: EXTENSÃO E PRINCIPAIS INDICADORES – 2000

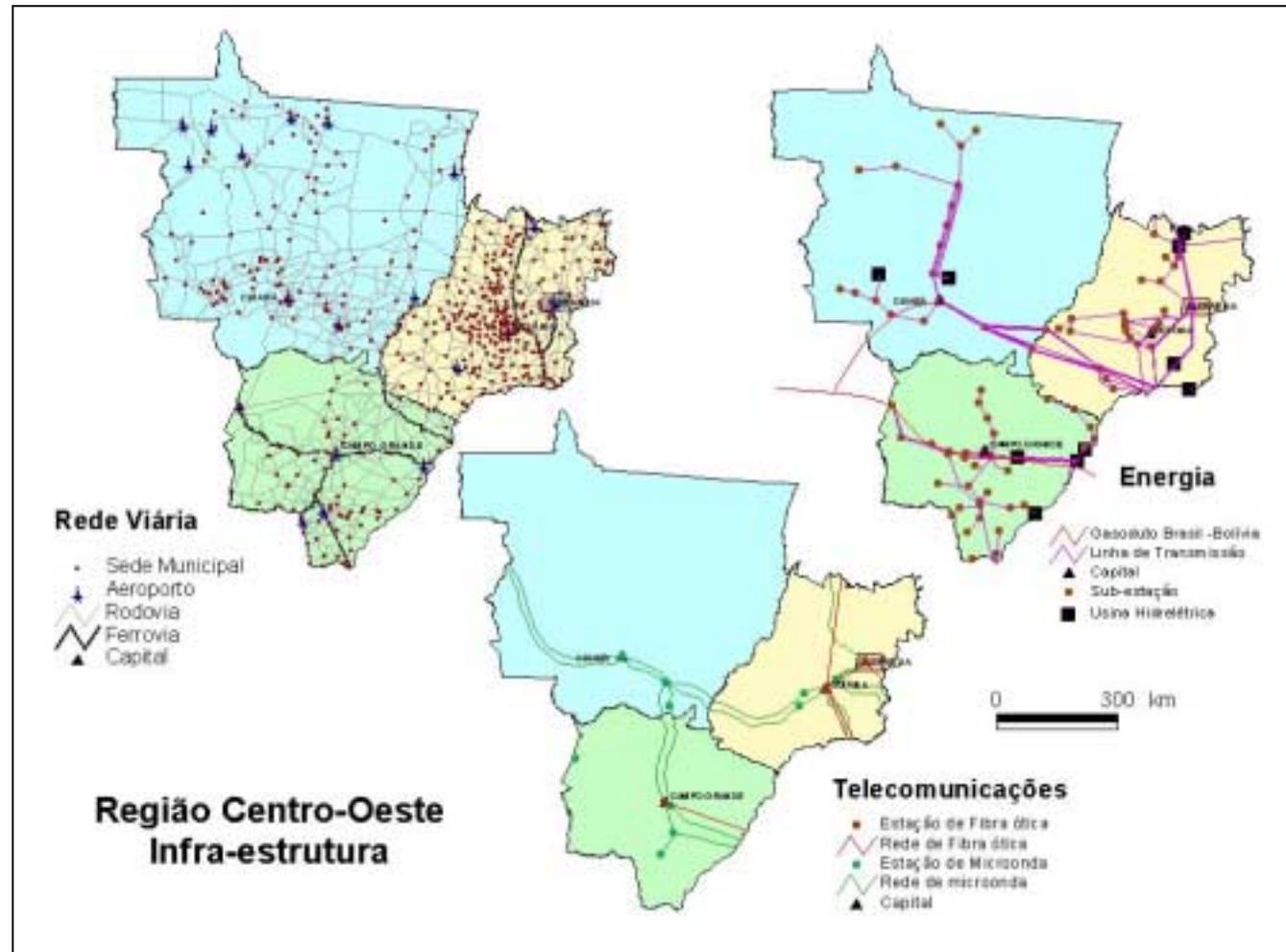
UNIDADE GEOGRÁFICA	EXTENSÃO (km)			ÍNDICE DE PAVIMENTAÇÃO (%)	DENSIDADE RODOVIÁRIA (m/km ²)
	TOTAL	PAVIMENTADA	NÃO PAVIMENTADA		
	(km)	(km)	(km)		
Brasil	1.724.929	164.988	1.559.941	9,56%	183,20
Norte	103.096	12.394	90.702	12,02%	23,54
Nordeste	405.390	45.232	360.158	11,16%	231,72
Sudeste	512.496	54.184	458.312	10,57%	495,73
Sul	476.122	32.364	443.758	6,80%	769,87
Centro-Oeste	227.825	20.814	207.011	9,14%	128,87
Goiás	87.660	10.295	77.365	11,74%	227,49
Mato Grosso do Sul	54.144	5.270	48.874	9,73%	136,85
Mato Grosso	84.555	4.509	80.046	5,33%	88,61
Distrito Federal	1.466	740	726	50,48%	125,13

Fonte: GEIPOT, Anuário dos Transportes, 2001.

A situação quanto à malha rodoviária não é diferente. Acima apenas da Região Norte quanto à extensão, o Centro-Oeste apresenta ainda um baixo índice de pavimentação – inferior à média nacional, com apenas 9,14 % de suas rodovias pavimentadas. Tanto no que diz respeito às ferrovias, como às rodovias, observam-se também grandes disparidades intra-regionais na dotação de infraestrutura viária. O Distrito Federal e Goiás destacam-se no cenário nacional e regional, enquanto o Estado de Mato Grosso apresenta os indicadores mais desfavoráveis.

Essa situação tende a se repetir quando se considera a oferta de energia e a densidade da rede de telecomunicações, conforme pode ser observado no mapa 3.4. O cartograma mostra que as redes ainda são pouco adensadas e atendem preferencialmente os grandes centros urbanos, configurando desigualdades entre áreas urbanas e rurais e entre as unidades da federação.

Mapa 3.4



A tabela a seguir mostra que o Distrito Federal destaca-se no cenário nacional pela cobertura das redes de energia e telecomunicações, com indicadores superiores à média nacional e até das regiões mais desenvolvidas do País. Entretanto, é importante considerar que o Estado do Mato Grosso apresenta indicadores bastante desfavoráveis, inferiores ao padrão nacional e próximos às regiões menos desenvolvidas, configurando um cenário de desigualdades espaciais no acesso à infra-estrutura que tendem a agravar-se, caso não sejam implementadas medidas corretivas.

TABELA 4.7
BRASIL E CENTRO-OESTE. DOMICÍLIOS COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA E LINHA TELEFÔNICA – 2000

UNIDADE GEOGRÁFICA	DOMICÍLIOS			PORCENTAGEM	
	TOTAL	COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	COM LINHA TELEFÔNICA	COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	COM LINHA TELEFÔNICA
Brasil	44.776.753	42.331.821	17.543.622	94,54%	39,18%
Norte	2.808.805	2.290.670	751.936	81,55%	26,77%
Nordeste	11.398.075	9.996.253	2.475.804	87,70%	21,72%
Sudeste	20.215.404	19.967.318	9.854.055	98,77%	48,75%
Sul	7.201.185	7.057.209	3.075.217	98,00%	42,70%
Centro-Oeste	3.153.284	3.020.371	1.386.610	95,78%	43,97%
Mato Grosso do Sul	562.769	538.505	250.924	95,69%	44,59%
Mato Grosso	645.585	578.469	207.398	89,60%	32,13%
Goiás	1.397.465	1.357.688	524.042	97,15%	37,50%
Distrito Federal	547.465	545.709	404.246	99,68%	73,84%

Fonte dos Dados Básicos: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em síntese, a infra-estrutura regional constitui, ao mesmo tempo, um gargalo e uma fronteira de investimentos para o desenvolvimento do Centro-Oeste, sendo portanto um tema central para o planejamento estratégico e um espaço decisivo de negociações entre agentes públicos e privados, tarefas prioritárias para a Nova Sudeco.

4.5 Importância do Centro-Oeste na Integração Sul-americana

A posição do Centro-Oeste, enquanto área-core sul-americana confere à região um papel decisivo, tanto na definição de alternativas de integração continental, como na abertura de vias de acesso aos dinâmicos mercados da China, Índia e Sudeste Asiático. A importância da integração e do desenvolvimento da infra-estrutura física para a formação do espaço econômico ampliado da América do Sul foi reconhecida pelos governantes dos países da região no Comunicado de Brasília de setembro de 2000. Como parte dessa orientação, reconheceram a importância da iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de traçar os contornos do “Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul”, contendo propostas para a ampliação e a modernização da infra-estrutura da região em um prazo de dez anos, especialmente nas áreas de energia, transportes e telecomunicações, com vistas a acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social da região sul-americana (BID-INTAL, 2001: 82-3).

Dentre as diretrizes básicas desse plano estratégico destacam-se:

- a) O desenho de uma visão mais integrada da infra-estrutura;
- b) O enquadramento dos projetos dentro de um planejamento estratégico a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais;

- c) A modernização e atualização dos sistemas regulatórios e institucionais nacionais que definem as normas para a utilização da infra-estrutura;
- d) Harmonização das políticas , dos planos e dos marcos regulatórios e institucionais dos distintos Estados Nacionais;
- e) O desenvolvimento de novos mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos;
- f) A estruturação de esquemas financeiros adaptados à configuração específica dos riscos de cada projeto; e
- g) A valorização da dimensão ambiental e social dos projetos, de forma a buscar melhores condições de vida e oportunidades para as populações locais.

A Região Centro-Oeste tem papel decisivo na implementação do processo de integração sul-americana, principalmente na consolidação dos Eixos Interoceânico, Multimodal do Amazonas e Peru-Brasil-Bolívia, o que significa que parte expressiva dos investimentos destinados à integração logística da América do Sul deverá ser dirigida para essa Região.

A necessidade de uma política de integração com intervenções que busquem melhorar as condições de cidadania da população da Faixa de Fronteira e promova a integração com os países da América do Sul constitui uma das preocupações da nova **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Alguns aspectos da integração são fundamentais a este respeito, valendo considerar o controle da entrada de mercadorias ilícitas e a vigilância sobre os vetores das zoonoses, que podem afetar negativamente os esforços dos empresários do Centro-Oeste, na busca por novas fatias do mercado mundial de carne e derivados.

A Faixa de Fronteira brasileira abrange 588 municípios de 11 Estados, a saber: Amapá, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina, totalizando uma área de aproximadamente 2.256.803 km², correspondente a 27% do território brasileiro, e uma população estimada em 9.557.977 habitantes (tabela 4.8).

TABELA 4.8
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DA POPULAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL

UF	TOTAL DE MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO 2000 (hab.)
Rondônia	27	163.938,70	721.613
Acre	22	153.145,90	514.050
Roraima	21	796.618,10	373.989
Pará	5	244.516,10	174.549
Amapá	8	76.136,30	60.953
Paraná	139	64.840,70	2.226.596
Santa Catarina	82	16.010,80	818.191
Rio Grande do Sul	197	158.758,60	3.135.707
Mato Grosso do Sul	44	200.510,80	887.508
Mato Grosso	28	157.210,60	384.116
TOTAL	588	2.256.803,80	9.557.977

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000.

As informações da tabela 4.8 indicam que 72 dos 446 municípios do Centro-Oeste estão incluídos na Zona de Fronteira do Brasil. Aqueles municípios abrangem uma superfície 357.721,40 km², onde vivem 1.271.624 de habitantes. Cerca de $\frac{3}{4}$ partes da fronteira do Centro-Oeste com o Paraguai e a Bolívia são constituídas por linhas secas. O necessário controle dessa faixa fronteiriça torna-se, por isso, mais difícil.

Baseado em estudos sobre as faixas brasileiras de fronteira, o Ministério da Integração Nacional vem estruturando o Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira, que funcionará como instrumento de indução de novas políticas naquelas áreas. Esse Programa tem como um de seus objetivos promover a estruturação física e econômica das áreas fronteiriças, com ênfase na ativação das potencialidades locais, buscando melhorar a qualidade de vida das populações que ali residem. Ênfases específicas estão sendo conferidas às áreas de fronteira correspondentes ao Centro-Oeste.

Considera-se que o Centro-Oeste, por sua posição na América do Sul, pode desempenhar papel decisivo na definição de um modelo de gestão para a zona de fronteira, que contribua para garantir a soberania e a segurança nacionais, assegurando ademais a construção de laços duradouros com as comunidades fronteiriças dos países vizinhos.

5. BASES DE UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE

A concepção dos temas estruturais para a definição das linhas estratégicas baseou-se na avaliação da situação atual do Centro-Oeste, bem como em projeções futuras. Para atingir esses objetivos, tomou-se por base as orientações principais do Planejamento Estratégico, utilizando-se as evidências apresentadas e discutidas no diagnóstico constante dos capítulos anteriores, devidamente articuladas com a aplicação dos elementos da **Matriz Estratégica** (Vantagens – Oportunidades – Restrições e Ameaças). Este procedimento tem rebatimento histórico e lógico com as particularidades do Centro-Oeste, em seu processo de constituição como importante espaço de desenvolvimento.

5.1 A Matriz Estratégica

Para uma melhor compreensão dos conceitos aqui utilizados, entende-se como Vantagens aqueles elementos positivos importantes, com os quais a Região já conta no momento atual. Consideram-se Restrições, os problemas e as dificuldades existentes, que se deseja resolver e superar.

A formulação do conjunto das Vantagens e Restrições permite detectar quais os processos estruturais que estão atuando no Centro-Oeste, constitutivos de uma etapa prévia para a construção das linhas de ação negociadas com os diversos agentes sociais – públicos e privados – que atuam em seu território. O processo participativo será fundamental para consolidar a construção das linhas estratégicas de ação com base nas vantagens e restrições internas do Centro-Oeste. Outro aspecto importante para alcançar uma visão regional estratégica consiste na identificação de determinadas tendências para o futuro, que permitem esboçar a evolução provável da Região ante diversas situações e comportamentos do contexto onde se insere.

Atualmente, todo processo de desenvolvimento se encontra sujeito a variados níveis de incerteza, determinados por condições econômicas, sociais e políticas nas escalas nacional e global. Por isso, o planejamento estratégico estabelece como prioridades em seus procedimentos a antecipação de tendências, para reduzir as incertezas e riscos de improvisação diante de situações em constante mudança. Daí a importância de identificar os efeitos produzidos pelas mudanças ligadas a processos externos, situados além do alcance das medidas de política regional, como os decorrentes de tais como globalização, do equilíbrio macroeconômico nacional e do comportamento dos mercados financeiros.

Nesse quadro, a construção de cenários constituirá um elemento de particular importância na determinação dessas tendências gerais. Os cenários podem ser entendidos como descrições do ambiente futuro, baseadas em suposições coerentes sobre as diferentes combinações possíveis do processo político, econômico, social e tecnológico. Por isso, é que se procura apontar as Oportunidades e Ameaças que podem ser encontradas na evolução do ambiente externo à Região. Assim, a Matriz Estratégica pode ser sintetizada segundo as especificações apresentadas no quadro a seguir:

MATRIZ ESTRATÉGICA

Situação	Caráter Negativo	Caráter Positivo
Interna atual	RESTRICÇÕES	VANTAGENS
Externa futura	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES

Vantagens

O Centro-Oeste encontra-se em processo de consolidação como um espaço dos mais dinâmicos do Brasil, competindo por investimentos no cenário nacional e internacional em diferentes setores produtivos. Sua posição no contexto sul-americano e seu dinamismo econômico reforçam a importância logística da Região na estruturação da rede urbana, além de potencializar seu papel no abastecimento do mercado nacional.

A posição estratégica do Centro-Oeste possibilita um alto nível de interações com todas as demais regiões do País, ampliando uma especialização produtiva no contexto nacional. A agroindústria confere à Região um importante dinamismo econômico, consolidado devido às disponibilidades de produtos agropecuários e principalmente como centro de apoio logístico e financeiro à produção agropecuária. A oferta de serviços modernos qualificados, graças ao papel desempenhado pela capital federal, define-se como um fator determinante no efeito polarizador no espaço regional.

O alto nível de escolaridade da mão-de-obra no eixo Brasília-Anápolis-Goiânia possibilita a consolidação na Região de uma nova dinâmica econômica e o desenvolvimento de setores de ponta.

Neste sentido, o Centro-Oeste apresenta, dentre outras, vantagens importantes como as seguintes:

- Mercado em ampliação;
- Demonstração de sua capacidade de crescimento (potencial);
- Oportunidade de ampliação do “*agrobusiness*”;
- Economia dinâmica em processo de crescimento;
- Disponibilidade de recursos naturais; e
- Existência de Brasília como pólo dinâmico.

Restrições

O acelerado crescimento populacional das cidades grandes e médias do Centro-Oeste é responsável pela pressão sobre a infra-estrutura urbana e os serviços coletivos.

A heterogeneidade regional nos níveis de renda, principalmente entre o Distrito Federal e as demais unidades federativas, produz uma sobrecarga na infra-estrutura e nos serviços coletivos da capital.

Os meios de transportes não funcionam como um sistema logístico integrado e não respondem aos incrementos da demanda no setor.

Em síntese, foram consideradas as seguintes restrições:

- Economia ainda pouco diversificada e dual (Agricultura Tradicional versus Agricultura de Precisão);
- Parque industrial em formação;
- Déficit de capital humano, de organização social e institucional;
- Falta de Planejamento Estratégico (participativo);
- Falta de um sentimento de específica regionalidade;
- Baixa capacidade de geração e difusão de tecnologias junto ao mercado consumidor ampliado;

- Existência de sub-regiões escassamente desenvolvidas;
- Desigualdades regionais e sociais; e
- Falta de estudos e informações sobre assuntos de interesse da Região, a exemplo dos referidos aos recursos naturais em geral e aos recursos hídricos em particular.

Ameaças

- Tendência a queda nos preços das *commodities* agropecuárias afeta o desempenho do agronegócio voltado para a exportação;
- Limitações severas quanto ao financiamento do setor produtivo, em função das elevadas taxas de juros;
- Queda nas taxas de crescimento da economia nacional, com destaque para o setor industrial, reduzindo a arrecadação fiscal e aumentando o déficit público;
- Crescimento acelerado com impactos ambientais negativos; e
- Tímidos avanços no processo de redistribuição social da renda se espelham em um modesto índice de desenvolvimento humano nacional, reforçando as tendências concentradoras.

Oportunidades

- Expansão da agropecuária em decorrência da difusão de tecnologias de manejo sustentável da água e do solo, bem como da abertura de mercados internacionais para os produtos brasileiros;
- Redução dos subsídios nos países industrializados e ganhos crescentes de produtividade nos setores industriais, de agronegócios e de serviços modernos permitem ampliar a participação das exportações brasileiras e do Mercosul no mercado mundial;
- Ajustes entre as unidades federativas possibilitam a estruturação de agências regionais de negócios, especificamente voltadas para a agroindústria e os serviços modernos; e
- A concentração de instituições de ensino superior e pesquisa, além de empresas de informática na área contribui para tornar a Região um pólo difusor de ciência e tecnologia.

5.2 Cenários Tendencial e Desejado

Com base na matriz estratégica anterior foram construídos dois cenários simplificados: um tendencial e um desejado.

O **Cenário Tendencial** assume a manutenção das tendências atuais, sem a intervenção de um órgão voltado para o desenvolvimento regional estratégico. O **Cenário Desejado** considera a presença e atuação da Nova Sudeco, como agência de promoção do desenvolvimento, atuando no sentido de contribuir para promover a racionalização do uso dos recursos, o planejamento e a gestão estratégica, a melhoria e ampliação da infra-estrutura e a redução dos desequilíbrios intra-regionais.

Quadro 1- Cenário Tendencial

	NACIONAL- BRASIL	REGIONAL - CENTRO-OESTE
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão da agricultura e da mineração com desmatamento nas áreas de florestas úmidas; - Manutenção dos tratos culturais vigentes nos cerrados, com incremento da erosão dos solos e comprometimento dos aquíferos; - Intensificação da poluição e contaminação ambiental por dejetos industriais e urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da pressão antrópica sobre os ecossistemas frágeis da Região, principalmente sobre o Pantanal, a Pré-Amazônia e as Chapadas; - Deficiência de recursos hídricos e de solos, em função de seu manejo inadequado; - Problemas localizados de poluição, em função da expansão das agroindústrias e mineradoras.
Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> - Limitações severas quanto ao financiamento do setor produtivo, em função das elevadas taxas de juros; - Queda nas taxas de crescimento da economia, com destaque para o setor industrial; - Tendência a queda nos preços das <i>commodities</i> agropecuárias afeta o desempenho do agronegócio voltado para a exportação; - Tendência à manutenção de taxas de inflação com menos de dois dígitos; - crescimento das taxas de desemprego, em particular nas regiões mais dinâmicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Queda na arrecadação tributária das unidades federativas devido à redução do nível da atividade econômica e do custo da dívida pública; - Manutenção, ou mesmo possibilidade de redução, da participação do PIB regional na economia nacional; - Aumento do desemprego regional, em função do fechamento de postos de trabalho e do próprio crescimento natural e migratório da população; - Aumento das taxas de informalidade no emprego, com perda de direitos sociais adquiridos.
Humana	<ul style="list-style-type: none"> - Tímidos avanços no processo de redistribuição social da renda se espelham em um modesto índice de desenvolvimento humano; - Insuficientes investimentos em saúde e no controle de moléstias endêmicas e epidêmicas mantêm em níveis desfavoráveis os indicadores de mortalidade infantil e adulta; - Descontinuidade nos programas educacionais para a erradicação do analfabetismo e para a correção do déficit educacional; - Carência de recursos financeiros para sanar o déficit habitacional e de saneamento básico nas aglomerações urbanas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitações no Programa de Reforma Agrária leva ao agravamento dos conflitos distributivos, principalmente no que diz respeito à posse da terra; - Migrações internas de portadores de doenças infecto-contagiosas podem agravar os problemas associados a moléstias endêmicas, principalmente malária, hanseníase e tuberculose; - Manutenção das carências educacionais, principalmente quanto ao ensino fundamental e de alfabetização de adultos nas áreas rurais e na fronteira agrícola.
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do risco de ingovernabilidade, em função das disputas entre os grupos de interesses sobre os escassos fundos públicos disponíveis; - acirramento da guerra fiscal entre as unidades federativas e aumento da pressão sobre a União para renegociações isoladas das dívidas públicas estaduais; - ineficácia dos serviços prestados pelas concessionárias privadas de serviços públicos agrava as pressões sociais sobre as agências reguladoras e contra o processo de privatização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disputas internas e partidárias contribuem para a fragmentação do quadro institucional regional; - Concessão indiscriminada de incentivos e isenções acirra a disputa pela atração de investimentos do agronegócio; - Falência institucional dos órgãos públicos devido à escassez de recursos para investimento e manutenção.

Quadro 2- Cenário Desejado

	NACIONAL –BRASIL	REGIONAL-CENTRO-OESTE
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Projeto SIVAM e outras iniciativas congêneres, assim como de um amplo programa de educação ambiental contribuem para o controle do desflorestamento; - Difusão do zoneamento ecológico-econômico como instrumento prioritário de gestão sustentável do território; - Melhora substancial nos instrumentos de controle da poluição, inclusive com a recuperação das áreas já atingidas, difusão do tratamento primário de esgotos domésticos e reconversão das principais indústrias poluidoras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção do desenvolvimento sustentável; - Controle e monitoramento da expansão da agropecuária e da mineração permitem a preservação de áreas críticas, como o Pantanal e as bordas das Chapadas; - Difusão de técnicas de manejo sustentável de água e solo permitem melhoras substanciais nas áreas de Cerrado; - Promoção do ecoturismo e da agrossilvicultura contribui para a conservação das zonas de alta vulnerabilidade natural e das áreas indígenas; - Implantação de projetos de infra-estrutura que considerem cuidados com o meio ambiente.
Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> - Redução dos subsídios nos países industrializados e ganhos crescentes de produtividade nos setores industriais, de agronegócios e de serviços modernos, permitem ampliar a participação das exportações brasileiras e do Mercosul no mercado mundial; - Retomada do crescimento das economias da União Européia, do Japão e dos países dos Tigres Asiáticos (Taiwan, Hong Kong, Coréia do Sul e Cingapura) ampliam a demanda por produtos semimanufaturados e por <i>commodities</i>; - Superação da crise externa e interna permite aumentar a autonomia financeira dos setores públicos e privados, garantindo oferta de crédito para a retomada sustentada do crescimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoramentos nas condições do mercado internacional e maior oferta de financiamento permitem a expansão da produção agrícola e do agronegócio; - Aumento da oferta de emprego, principalmente nas áreas urbanas e periurbanas, em função da expansão do setor produtivo e dos serviços modernos; - Superação da crise do setor público, devido às reformas fiscal e financeira, permite ampliar sua participação, em parceria com o setor privado, na retomada do crescimento da economia regional com a participação do PIB do Centro-Oeste no PIB nacional, crescendo para cerca de 12% em 2020; - Ampliação do programa de Reforma Agrária em terras improdutivas e nas periferias urbanas, segundo o modelo das agrópolis, permite reduzir o desemprego e aumentar a oferta de alimentos; - Valorização da educação, ciência e tecnologia.
Humana	<ul style="list-style-type: none"> - Progressivos avanços no processo de distribuição social da renda permitem melhoras significativas nos Índices de Desenvolvimento Humano, elevando o Brasil às condições vigentes em países como a Argentina e o Uruguai, parceiros na construção do Mercosul; - Investimentos crescentes em saúde e saneamento contribuem para reduzir a incidência de moléstias endêmicas e reduzem significativamente os indicadores de morbidade e mortalidade; - Programas amplos e continuados de erradicação do analfabetismo e de fortalecimento do ensino fundamental e técnico, garantindo a capacitação profissional e a qualificação dos trabalhadores; - Substancial redução do déficit habitacional e de serviços coletivos, por conta da execução de programas de financiamento aos setores de baixa renda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Execução de programas de saúde e educação, contribui para a redução da morbidade e mortalidade infantil e adulta, bem como para a erradicação do analfabetismo; - Implementação de programas seletivos de habitação e saneamento nas principais aglomerações urbanas do Centro-Oeste contribui para reduzir o déficit habitacional e para melhorar as condições de vida da população.
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Reformas políticas e ajustes negociados garantem a governabilidade e ampliam a coesão nacional; - Reforma tributária garante a proporcionalidade federativa na receita fiscal, reduzindo os conflitos interestaduais e dos estados com a União; - Gestão eficaz das agências reguladoras garante a qualidade dos serviços públicos concedidos às empresas privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais possibilita a aplicação do desenvolvimento regional estratégico, permitindo a composição de forças institucionais em prol de objetivos comuns; - Melhora nas finanças públicas e na qualificação do pessoal do setor público permite aumentar sua eficiência; - Criação de mecanismos institucionais favorece a expansão de pequenas e médias empresas voltadas para o mercado regional e para o Mercosul.

5.3 Os Grandes Objetivos Regionais

Nos estudos e planos para o Centro-Oeste tem-se reiterado como objetivo principal do desenvolvimento regional a urgência em acelerar o crescimento econômico sustentável da Região. De fato, o aproveitamento das potencialidades regionais tem contribuído positivamente para a melhora da qualidade de vida de seus habitantes, particularmente quando utilizadas segundo regras de manejo controlado dos recursos naturais. Nessa linha, os documentos e planos elaborados contemplam objetivos específicos como os seguintes:

- Promover o planejamento estratégico da Região, tomando por base os resultados dos Zoneamentos Ecológico e Econômico de todos os estados da Região, considerando as prioridades e conflitos mapeados em Agenda Positiva construída de forma participativa, em cada um dos estados do Centro-Oeste;
- Dinamizar as atividades já presentes na Região;
- Reduzir as desigualdades intra-regionais;
- Integrar a moderna agricultura a outras atividades;
- Incentivar as cadeias produtivas e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais;
- Criar condições para a expansão das atividades econômicas em consonância com o meio ambiente;
- Promover ações que irradiem o desenvolvimento na Região, segundo diretrizes específicas de inclusão social;
- Criar alternativas para o crescimento endógeno da Região;
- Incentivar o desenvolvimento de atividades de ciência, tecnologia e inovação;
- Apoiar a criação de emprego e renda;
- Incentivar a geração de emprego rural;
- Reduzir a pobreza, integrando a população local ao processo de desenvolvimento econômico;
- Promover e incentivar novas atividades econômicas; e
- Garantir a conservação da diversidade biológica e das áreas de importância paisagística.

5.4 Escolhas Estratégicas para Atuação

A concretização de uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Centro-Oeste requer, juntamente com a viabilização de recursos financeiros, uma dotação específica de meios político-institucionais e de recursos humanos, para transformar a realidade regional nas direções aqui delineadas. Há que contar, ademais, com um conjunto de macrodiretrizes para orientarem o

comportamento dos diferentes atores na viabilização dos objetivos definidos. Essas diretrizes devem ser pautadas por elementos estruturadores como os especificados e descritos a seguir: participação; sustentabilidade; valorização da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação; e viabilização de novas fontes de financiamento.

5.4.1 Participação

Um dos maiores desafios para a efetiva implementação de uma proposta de desenvolvimento sustentável no Centro-Oeste consiste no desenho e instalação dos arranjos institucionais que terão a responsabilidade de estabelecer os fóruns de negociação e de tomada de decisão sobre as ações de intervenção e de uso do território.

Ao se considerar os procedimentos que devem ser seguidos pela atividade de desenvolvimento regional, é importante observar há as hierarquias (ou condições) que devem ser seguidas e respeitadas. A primeira condição diz respeito à dimensão do planejamento. Embora não aceita por todos, mas utilizada amplamente, a atividade de planejamento é realizada em etapas, tendo sua hierarquia mais alta referida ao nível da política de desenvolvimento. Progressivamente, seguem-se os procedimentos de detalhamento, quando se passa para os níveis de plano, de programa e, finalmente, de projeto.

Quanto à dimensão territorial, a hierarquia tem início na esfera nacional, prosseguindo-se, na sequência, para as escalas regional, sub-regional e local. A questão que se coloca hoje como crítica em relação à configuração dos arranjos institucionais para o desenvolvimento regional diz respeito a como articular, concertar e respeitar esses diferentes níveis hierárquicos, principalmente no que tange à dimensão territorial. Tomando em consideração o nível federal, o fórum hoje responsável pela definição de usos para o território é a Comissão de Coordenação do Zoneamento Ecológico Econômico-CCZEE. Essa responsabilidade compreende, ademais do nível nacional, os níveis macrorregional e sub-regional.

Nesse mesmo instrumento legal, a articulação com os Estados da Federação é prevista, mediante a participação de representantes dos Estados na Comissão, quando as áreas de seus respectivos territórios forem objeto do zoneamento (§ 3º do Art. 2º). Nesse mesmo nível da administração pública, a decisão sobre o uso do território, em alguns casos, é feita hoje por uma Comissão do Zoneamento, à semelhança da que existe na escala federal.

Quando se chega aos municípios, esferas administrativas onde efetivamente os diferentes projetos se concretizam, o que se constata é a inexistência de arranjos institucionais que tenham condições de decidir sobre a implementação de ações de intervenção e de uso do território. Essa situação fica ainda mais crítica quando se considera que os limites da dimensão territorial local consideram apenas as fronteiras administrativas dos municípios. Na prática, essa delimitação tem se mostrado inadequada. Se o recorte das microrregiões é o que poderia oferecer um melhor e mais adequado recorte para a divisão do território, tendo em vista os aspectos de natureza ambiental, a administração do território nessa escala exigiria um arranjo institucional que pudesse, de fato, congrega e integrar diferentes municípios.

Ainda que se possa viabilizar a constituição desses arranjos a nível de municípios, o que por si já é uma tarefa de complexa engenharia institucional e política, haveria que considerar outro aspecto importante, relacionado aos mecanismos de articulação entre os níveis local e estadual. Essa é uma questão de difícil solução, principalmente pela falta de antecedentes e de uma cultura institucional favorável a essa articulação.

Outro aspecto que também teria de ser incluído na equação de montagem dos arranjos institucionais requeridos para a concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento regional diz respeito à identificação dos atores que devem estar presentes nesses arranjos. Nessa direção, o que atualmente se processa no âmbito da Comissão de Coordenação do ZEE constitui exemplo ilustrativo. Há hoje uma reivindicação legítima da sociedade civil organizada, que pleiteia assento naquela Comissão. De fato, a Comissão de Coordenação do ZEE é integrada apenas por representantes da administração pública federal, e, em situações especiais, da esfera estadual. Outras entidades só podem participar das reuniões da CCZEE quando convidadas.

No que se refere à participação da sociedade civil organizada no processo de tomada de decisão sobre as ações de intervenção e uso do território, convém salientar outro aspecto importante. Trata-se da diferenciação que existe entre presença e participação. Participar em qualquer fórum que tenha por atribuição tomar decisões constitui ato que só se viabiliza quando duas condições são atendidas. A primeira tem a ver com o fato de que todos os participantes tenham acesso às informações necessárias à tomada de decisões racionais. Isto significa trabalhar com transparência, democratizando o acesso às informações. Essa prática ainda se encontra em fase de viabilização, dependendo de mecanismos facilitadores e de atitudes proativas.

A segunda condição, talvez de mais difícil viabilização, pois depende de um longo aprendizado, está afeta a uma mudança de cultura e de postura, que faça com que os diferentes atores, presentes nos fóruns de tomada de decisão, ‘falem’, ‘escutem’ e ‘entendam’ uma mesma linguagem, sem preconceitos. Só com a aceitação de que todos têm (ou podem ter) iguais competências, conhecimentos e direitos é que será possível a construção de fóruns que avancem de forma democrática e transparente o processo de tomar decisões nos domínios do desenvolvimento.

5.4.2 Sustentabilidade

Uma proposta coerente de desenvolvimento para a Região Centro-Oeste tem, necessariamente, que estar comprometida com a sustentabilidade. Neste sentido, a **avaliação estratégica** assume papel de destaque como instrumento (técnico e político) capaz de garantir a necessária sustentabilidade ao desenvolvimento. Na prática, a avaliação estratégica significa a aplicação dos procedimentos de avaliação não mais ao nível de projeto, mas sim nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, ao nível das políticas, dos planos e dos programas.

Nesses níveis do planejamento os investimentos ainda não têm a configuração de detalhe. Por isso, a prática do pensar e, sobretudo, avaliar e negociar diferentes possibilidades e alternativas constitui um evento viável. Além de permitir a consideração de alternativas para as ações de desenvolvimento, a avaliação estratégica possibilita que diferentes valores – e. g., ambiental, econômico, social, político, institucional – sejam incluídos e considerados de forma integrada na tomada de decisões, mediante a ponderação e negociação de ganhos e perdas que sejam tornadas transparentes e explícitas.

Outro aspecto fundamental para o alcance da sustentabilidade é a necessidade de um monitoramento efetivo das ações de intervenção/desenvolvimento, tendo em vista a perspectiva de que o entendimento sobre os ecossistemas é limitado e imperfeito e que, portanto, uma grande dose de incerteza faz parte do seu processo de gestão.

Uma medida efetiva para superar os problemas advindos das incertezas que permeiam e habitam as práticas de gestão, principalmente a de ecossistemas, é o uso da gestão adaptativa, que representa a aplicação do conceito da experimentação para o desenho e implementação de políticas. Uma política adaptativa é aquela que é concebida, desde sua gênese, para testar hipóteses claramente formuladas sobre o comportamento dos ambientes, naturais e construídos, sob ação de

intervenção. Se a política tem sucesso, as hipóteses são confirmadas. Contudo, se falha, um desenho adaptativo torna possível um processo de aprendizado, de forma que as decisões futuras possam ter como suporte uma base mais adequada de conhecimentos.⁵⁰

Se, de um lado, o processo de gestão adaptativa se mostra como um instrumento extremamente promissor para práticas de gestão de políticas ambientais e de recursos naturais, de outro, devido à sua natureza, deve-se ficar alerta para seus potenciais riscos, visto que experimentos sempre podem trazer surpresas. Entretanto, se a gestão das ações de intervenção no território for previamente reconhecida e entendida como sendo uma atividade inerentemente incerta, as surpresas podem transformar-se em oportunidades de aprendizado, em vez de falhas a prever e corrigir.

Dois grandes desafios se colocam para a implementação do processo da gestão adaptativa. O primeiro é a necessidade de mudanças institucionais que ele impõe, sobretudo no que diz respeito à cooperação interagências. Se o momento é de a sociedade exigir mais das agências governamentais, sem que em contrapartida maiores recursos – financeiros, de pessoal e de infra-estrutura – sejam disponibilizados para elas, então uma junção de competências e de recursos se coloca como procedimento necessário para o aumento da capacidade de resposta dessas agências. O segundo desafio no contexto institucional, já foi abordado quando se considerou a questão da participação, refere-se ao desenho de arranjos institucionais que tornem possível, primeiro, a participação de amplos segmentos da sociedade no processo de tomada de decisões e, segundo, a composição de fóruns que permitam opiniões de diferentes atores e interlocutores, com o mesmo nível de importância.

Em termos práticos, e tendo em vista, principalmente, as restrições de natureza política e institucional, o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste significa:

- i. que sua concretização pode ocorrer por meio de processo adequado e racional do uso de sua base de recursos naturais, com equidade social e econômica (competitividade autêntica);
- ii. que a tomada de decisões sobre as ações de desenvolvimento seja realizada considerando várias alternativas, tendo por distinção entre elas a consideração e a ponderação entre diferentes valores;
- iii. que as decisões sejam tomadas segundo procedimentos transparentes, por meio de arranjos institucionais que permitam a participação de diferentes atores públicos e privados; e
- iv. que a implementação das ações de desenvolvimento seja permanentemente monitorada, de forma a viabilizar as possíveis e necessárias mudanças de rumo.

5.4.3 Valorização da Educação, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação

O expressivo e continuado investimento em educação, ciência, tecnologia e inovação constitui fato recorrente em todas as sociedades que conseguem hoje oferecer a seus cidadãos melhores níveis de vida e de emprego.

A maioria dos países de economia retardatária, como de certo modo ainda se caracteriza boa parte do Brasil, tem adotado medidas qualificáveis como de competitividade espúria para compensar a inferioridade e a baixa competitividade das tecnologias que empregam em seus

⁵⁰ Veja-se, a respeito: LEE, K. N. (1993) – “*Compass and gyroscope. Integrating science and politics for the environment*. Island Press (Suite 300, 1718 Connecticut Avenue, NW, Washington, D.C. 20009 USA).

esforços de desenvolvimento. Na prática, essas medidas têm contribuído para reduzir as condições de vida da população ou para ampliar a exploração predatória de seus recursos naturais.

Neste sentido, pode-se eliminar vários dos problemas do Centro-Oeste realizando investimentos em educação, geração de conhecimentos básicos e novas tecnologias no âmbito das instituições de pesquisa e das empresas. Trabalhar nessa direção constituirá um direcionamento positivo, rumo a um ciclo virtuoso de desenvolvimento na Região.

De fato, a opção que o Brasil cuida de pôr em prática atualmente, tanto em termos globais como em seus recortes regionais e sub-regionais, consiste em assumir uma proposta de desenvolvimento que tenha por condicionante a concessão de prioridade a investimentos nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação.

Para a consecução das escolhas estratégicas aqui delineadas, destaca-se como primeiro elemento a necessidade de promover mudanças expressivas na capacidade de formar e qualificar pessoal no âmbito da Região em estudo. É fundamental saber que para a expansão do crescimento, tão importante quanto o capital físico é o acúmulo de capital humano. Ou seja, os investimentos em educação pertencem não apenas ao domínio social, mas também, e sobretudo, ao econômico.

O segundo elemento dessas escolhas está representado pelo reforço às instituições de pesquisa, que devem ser transformadas em centros consolidados, seja para a qualificação de recursos humanos, seja para a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento da Região. Neste sentido, três recomendações são aqui adiantadas para atender a essa escolha. A primeira é a definição de uma estratégia institucional para o Centro-Oeste, que tenha por meta a consolidação de uma rede de instituições de excelência científica e tecnológica na Região. A segunda refere-se à definição de uma estratégia de integração e de complementaridade entre as instituições da Região. A propósito, será necessário desenhar uma estratégia que tenha por propósito maximizar a atuação das instituições já existentes, evitando-se, tanto quanto possível, propostas orientadas para a criação/construção de novas instituições de pesquisa. A terceira recomendação diz respeito a uma questão de natureza especificamente institucional. A atual prática da administração pública brasileira tem sido a de considerar que os ambientes institucionais constituem variáveis absolutamente dependentes e integralmente controláveis. Esse tipo de concepção tem levado os gestores públicos nacionais a desconhecerem que a estabilidade é um aspecto de fundamental importância para a eficiência de uma instituição.

O terceiro e último elemento das escolhas estratégicas discutidas expressa-se pelo apoio que deve ser concedido à realização de projetos de P&D nas instituições de pesquisa e, sobretudo, nas empresas privadas. O propósito a este respeito não consiste em estabelecer uma lista das pesquisas prioritárias para a Região. A identificação dessas pesquisas prioritárias deverá resultar das discussões que vierem a se processar no contexto dos diferentes segmentos mobilizados e participantes das atividades referentes à formulação de um plano de desenvolvimento para o Centro-Oeste. Com esse procedimento enfatiza-se que o papel central do segmento de P&D é o de dar suporte e atender às diferentes demandas dos setores econômicos, sociais e ambientais.

Por fim, destaca-se questão que demanda solução no contexto dos mecanismos de apoio ao desenvolvimento de projetos de P&D, que está referida ao financiamento de pesquisas na esfera das empresas privadas. Como o ambiente preferencial para as inovações tecnológicas são as empresas privadas, a realidade brasileira apresenta duas limitações para a efetivação dessa premissa. A primeira tem características de natureza cultural, pois o empresário brasileiro ainda não foi devidamente sensibilizado sobre o papel que desempenham a pesquisa e o desenvolvimento no avanço da produtividade e da competitividade. A segunda limitação diz respeito à inexistência de mecanismos de financiamento mais acessíveis para os empresários nacionais, principalmente os

pequenos e médios. A questão que se discute é, pois, a da disponibilidade dos chamados *venture capital* como mecanismo de financiamento ao desenvolvimento tecnológico. O importante é que as soluções para esses dois problemas sejam concebidas de forma articulada. Ou seja, de nada adiantará implantar uma ação de convencimento/divulgação do papel que o componente inovação representa para ganhos de competitividade e de produtividade, se junto com essa medida não forem disponibilizados mecanismos ágeis e acessíveis de financiamento ao setor privado.

Dentre as macrodiretrizes a pautar o papel da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste-Sudeco, nas áreas de educação, ciência, tecnologia e informação, merecem destaque as referidas a seguir:

- Apoio à eliminação do analfabetismo e elevação da qualidade do ensino fundamental e médio;
- Incentivo à ampliação da rede pública de ensino superior, bem como de cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- Incentivo à implantação de ensino profissionalizante e à capacitação da mão-de-obra;
- Estruturação de um sistema de geração e difusão de conhecimentos e tecnologias;
- Incentivo ao desenvolvimento tecnológico na esfera das empresas de produção, mediante mecanismos de incentivo à inovação;
- Concessão de prioridade à aplicação de recursos públicos em CT&I e gestão do conhecimento, mediante critérios que levem em conta as demandas e características regionais e intra-regionais.

5.4.4 Viabilização de Novas Fontes de Financiamento

As informações mais consistentes sobre os investimentos regionais, nas quatro últimas décadas, mostram que, depois de um período bastante favorável, correspondente aos anos 1960 e 1970, o Centro-Oeste passou a investir a taxas muito reduzidas, nas décadas subsequentes. Isso ocorreu tanto em relação ao investimento privado como ao investimento público. No que se refere a este último, a crise fiscal e financeira do Estado e as sucessivas políticas macroeconômicas restritivas contribuíram significativamente para a quase estagnação do produto e da formação de capital. Por isso, uma das diretrizes estratégicas para a concretização da Política de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste consiste em dar tratamento preferencial e diferenciado à Região, em relação tanto à formação de capital privado, quanto aos investimentos públicos. Somente através desse esforço de recuperação da capacidade de investir, o Centro-Oeste poderá garantir maior ritmo de expansão, condizente com o papel que se tem atribuído à Região, particularmente em relação à expansão do agronegócio.

No que se refere aos investimentos privados, é importante definir um sistema de incentivos que possibilite à Região consolidar as atividades desenvolvidas nas últimas décadas, de modo a fortalecer suas cadeias produtivas estratégicas. A redução das restrições de crédito e de financiamento do processo produtivo pode reforçar, significativamente, o papel dos incentivos. Relativamente aos investimentos públicos, o que de mais relevante deve ser concretizado é a decisão de fortalecer a organização estratégica ao desenvolvimento regional, expressa pela recriação da Sudeco. Para a continuidade do desenvolvimento do Centro-Oeste, como Superintendência ou como Agência de Desenvolvimento, será crucial que a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste conte com dotações de recursos para garantir a melhora e

expansão das infra-estruturas econômica, social e de serviços públicos, condizente com a consecução dos objetivos anteriormente explicitados. Seja em relação à formação de capital público, seja em relação ao capital privado, é imprescindível que as políticas macroeconômicas, inclusive as monetárias e fiscais, não só preservem a capacidade de investir da Região, como reconheçam que, nesse particular, elas devem ter um tratamento diferenciado.

6. FORMATO DA NOVA INSTITUIÇÃO

Concebida como instrumento político de fortalecimento do Centro-Oeste, a Nova Sudeco se firmará como presença expressiva do Governo Federal na Região. Deverá, por isso, assumir papel de agente ativo na construção de uma nova dinâmica regional. Nesta perspectiva, sua atuação será pautada por prioridades ao desenvolvimento de cadeias e arranjos produtivos dotados de potencial competitivo, *vis-à-vis* outras regiões do País. Calcada nos princípios do desenvolvimento sustentável, estimulará iniciativas de âmbito local, dando atenção especial aos pequenos negócios, de base rural ou urbana.

Assim pensada, a Nova Sudeco será estruturada segundo os Propósitos, Objetivos, Missão, Focos Prioritários de Atuação, Competências e Desenho Institucional a seguir descritos.

6.1 Propósitos

A elaboração e a execução de políticas de desenvolvimento sustentado para a Região Centro-Oeste reclamam a constituição de um organismo politicamente forte, com autonomia administrativa e financeira, tendo por finalidade primordial a efetiva alavancagem do desenvolvimento econômico regional, pautada por suas vantagens comparativas e competitivas.

A Nova Sudeco, sigla da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste, será instituída como Autarquia Especial, dotada de flexibilidade administrativa e financeira. Para cumprir o seu papel contará com um Conselho de Desenvolvimento, do qual participem os Governadores dos Estados do Mato Grosso, de Goiás, do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, além de Ministros de Estado e representantes das diferentes instâncias políticas, econômicas, sociais e ambientais da Região. Caberá a esse Colegiado, além de outras tarefas, a de aprovar políticas, planos e programas de desenvolvimento para a Região Centro-Oeste.

A Nova Instituição estará encarregada de aprovar a aplicação e a gestão, em última instância, da utilização dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO, para que suas operações de crédito possam ser compatibilizadas com as demandas mais específicas do processo de desenvolvimento da Região. Pretende-se com essa orientação evitar que a utilização dos recursos do FCO funcione como mais uma linha de crédito do Banco do Brasil, por melhor administrada que seja.

Goçando de autonomia administrativa e financeira, a Nova Sudeco disporá de legitimidade, suficiente suporte institucional e técnico, para acompanhar, levantar, sistematizar e analisar dados e informações sobre as parcelas das receitas que integram os recursos do FCO. Assim procedendo, a Nova Sudeco estará contribuindo para que as medidas necessárias à transferência de todo o valor constitucionalmente garantido seja aplicada segundo os princípios que norteiam o desenvolvimento regional sustentável.

O modelo da Nova Sudeco permitirá consolidar, com maior segurança, uma política de desenvolvimento para a Região, de forma a colocá-la em equilíbrio com as demais regiões, especialmente no que tange a tais questões.

A criação da Nova Sudeco permitirá ainda concretizar uma efetiva articulação entre as unidades federativas do Centro-Oeste, de sorte a dotar a Região de políticas capazes de contemplar os potenciais, as dificuldades e as diferenças de cada uma delas, contribuindo para a construção de um processo desenvolvimento efetivamente equilibrado na Região.

Somente uma ação com foco único permitirá concretizar uma política contemporânea de desenvolvimento sustentável para a Região, com clara definição de suas fontes de financiamento e continuado alcance de apoio político suprapartidário.

Pensa-se, neste sentido, que a Nova Sudeco deve ser criada para realizar ações vitais ao desenvolvimento do Centro-Oeste, para as quais não se conta hoje com nenhum ente público organizado com essa finalidade. Embora os problemas sejam diferentes dos que caracterizam as Regiões Norte e Nordeste, a recriação da Sudeco se justifica pelas seguintes razões:

i. Trata-se de uma Região em processo de desenvolvimento, cujos indicadores econômicos e sociais evidenciam disparidades com as Regiões Sul e Sudeste que podem ser superados;

ii. O bom desempenho recente de Estados como o Mato Grosso e Goiás ocorreu de forma isolada, por esforço próprio, havendo necessidade de suporte do Governo Federal para que não se aumentem as desigualdades intra-regionais; e

iii. A Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste-SCO, órgão integrante da administração direta do Ministério da Integração Nacional, não dispõe de flexibilidade administrativa e de instrumentos e mecanismos de promoção do desenvolvimento regional.⁵¹

A Nova Sudeco contribuirá para o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste, realizando estudos, pesquisas e outros esforços relacionados aos seguintes domínios:

- Planejamento regional estratégico e participativo;
- Apoio à expansão da infra-estrutura básica e econômica;
- Reforço ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- Atração de investimentos da iniciativa privada; e
- Estímulo a inversões produtivas em áreas de menor renda.

6.2 Missão

A Nova Sudeco terá a missão de articular agentes e apoiar, promover e fomentar o desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste.

6.3 Objetivos

O Centro-Oeste é uma Região de grande potencial econômico, sobretudo em alguns setores específicos conectados à produção agropecuária e agroindustrial, capazes de contribuir significativamente para a redução da fome no Brasil. Dentre outras atividades, a instituição deverá fomentar a criação, adoção e disseminação de tecnologias apropriadas à realidade regional, que viabilizem práticas agrícolas de baixo impacto ambiental, respeitando a integridade dos recursos hídricos e edáficos.

⁵¹ A Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste conta atualmente com 29 servidores, dos quais apenas dois (um agente de portaria e um agente administrativo) são funcionários de carreira. Os demais ou ocupam DAS (18) ou são contratados mediante terceirização de serviços (09).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO vem exercendo importante papel na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social da Região. O organismo trabalhará de forma articulada com o Banco do Brasil, utilizando essa e outras fontes financeiras nacionais e internacionais (BNDES, CEF, BID, BIRD, etc.) adequando sua ação financiadora às necessidades de caráter regional. Atuará na formação de poupança ou capital de risco, mantendo-se em coerência com os mecanismos tradicionais de financiamento dos investimentos privados, operados pelo sistema bancário oficial.

A escassez de recursos financeiros obriga os Agentes Públicos a buscarem novas fontes de financiamento para seus projetos, começando a Parceria Público-Privado a funcionar como mecanismo capaz de viabilizar a implementação desses projetos. Nesse contexto, ganham relevância ações de melhoria de infra-estrutura, aprimoramento do ambiente institucional e capacitação de recursos humanos, que tendem a suplantam a pura existência de recursos naturais ou a mão-de-obra abundante, como condições cruciais à atratividade dos investimentos externos, nacionais e internacionais.

A Nova Sudeco atuará na identificação de oportunidades de investimentos produtivos, promovendo-as e eliminando eventuais gargalos financeiros, institucionais, jurídico-legais e tecnológicos, conferindo prioridade ao fortalecimento das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais,⁵² buscando agregar valor aos produtos mediante articulação de agentes governamentais e de fomento, cujo apoio oriente com eficácia as decisões de investimento dos agentes privados da Região.

Com o apoio e a supervisão do Ministério da Integração Nacional, a Nova Sudeco viabilizará investimentos públicos complementares, em parcerias com investidores privados, que abram novas alternativas para o escoamento da produção local ou que atuem de forma a superar os déficits em saúde, habitação e saneamento básico, como defendido nos planos do Governo Federal.

A Nova Sudeco nascerá comprometida com a redução da pobreza na Região, incorporando critérios de avaliação social na seleção de seus projetos produtivos, a concessão de prioridade a projetos de geração de emprego e melhoria da educação, assim como incentivos à formação de cooperativas de beneficiamento da produção agrícola (inclusive nas áreas de assentamentos rurais), reciclagem de lixo e serviços. O planejamento das ações de desenvolvimento na Região será realizado levando em conta a necessidade de reduzir as desigualdades intra-regionais e de preservação do meio ambiente.

No exercício desse tipo de atividade, a Nova Sudeco envolverá entidades e órgãos do Governo Federal, dos Governos do Distrito Federal, dos Estados de Mato Grosso, de Goiás e do Mato Grosso do Sul, dos Governos Municipais, bem como de Organizações e Instituições Não-governamentais e Privadas. A Superintendência trabalhará ativamente na interface Público-Privado, construindo uma rede institucional de apoio à sua ação e participando de comitês e conselhos governamentais e privados de interesse do desenvolvimento regional.

Com base na experiência e resultados decorrentes de sua ação, a Nova Sudeco aportará contribuições aos entes governamentais responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas para a Região Centro-Oeste, conferindo prioridade, dentre outras, a políticas de educação de comunidades rurais, geração de oportunidades de investimento, emprego e renda e apoio a medidas de combate à violência nas cidades e áreas do Entorno do Distrito Federal. Introduzirá, ademais, práticas sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida e a contenção do êxodo rural.

⁵² Bem como os Sistemas Locais de Produção-SLP.

Esse trabalho será baseado em estudos de regionalização, integrantes do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento, a cargo da Nova Entidade.

Em articulação com institutos de tecnologia nacionais e internacionais, contribuirá com ações pautadas por objetivos de desenvolvimento do Centro-Oeste, oferecendo suporte à capacitação e à absorção de tecnologias que resultem em ganhos de competitividade por parte do empresariado regional.

Para viabilizar oportunidades de negócios e ganhos de competitividade na produção regional, a Nova Sudeco buscará fortalecer competências que induzam a emergência de uma nova cultura na Região, centrada na inovação e na modernização estratégica dos setores produtivos, por meio da introdução e disseminação de técnicas de gestão de informações, ampliação e gestão do conhecimento e inteligência competitiva.

Assim, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste-Sudeco terá como objetivos principais:

- i. Fomentar a atividade produtiva regional;
- ii. Contribuir para o fortalecimento e a diversificação da base produtiva regional, com ênfase nas particularidades e potenciais de desenvolvimento endógeno das sub-regiões do Centro-Oeste;
- iii. Articular e viabilizar fontes de financiamento para a atração de investimentos diretos na Região;
- iv. Promover ações que possibilitem aos micros e pequenos empreendedores o acesso ao crédito;
- vi. Apoiar a implantação de projetos de infra-estrutura econômica e básica;
- vii. Apoiar a implantação de programas e projetos sociais;
- viii. Apoiar a formação de rede de parcerias e alianças estratégicas;
- ix. Coordenar ações destinadas a reduzir as carências em áreas com maior vulnerabilidade socioeconômica;
- x. Compatibilizar as ações de desenvolvimento com o manejo controlado e sustentável dos recursos naturais;
- xi. Planejar o desenvolvimento com base em estudos de regionalização do território, caracterizando as sub-regiões segundo suas vocações econômicas, socioculturais e ambientais;
- xii. Articular iniciativas nas áreas de educação, ciência e tecnologia, conferindo ênfase a iniciativas calcadas na sustentabilidade, diversidade, incorporação de valor e inclusão social;
- xiii. Criar condições que contribuam para uma melhor articulação entre a distribuição das atividades produtivas e da população;
- xiv. Realizar estudos destinados à integração das políticas fiscal, econômica, agrícola, social e de investimento em infra-estrutura, com foco regional;

- xv. Auxiliar na realização do ordenamento e na gestão do território, em escala regional, sub-regional e local;
 - xvi. Atuar como Fórum no projeto de construção de um orçamento federal participativo;
- e
- xvii. Assegurar a produção e o acesso a informações estratégicas.

6.4 Formas Prioritárias de Atuação

Diante dos condicionantes, oportunidades e restrições ao desenvolvimento do Centro-Oeste, examinados anteriormente, trabalha-se com a hipótese de que a Nova Sudeco:

- Formulará e proporá ao Ministério da Integração Nacional políticas, planos, programas e projetos, cuja execução coordenará, buscando orientar os esforços de atores públicos e privados com vistas ao desenvolvimento sustentável da Região;
- Assumirá o papel de agente articulador de atores públicos e privados, na busca da viabilização de investimentos visando o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste;
- Trabalhará na promoção de investimentos e negócios, de modo a diversificar a base produtiva, atrair capitais e aumentar as exportações regionais;
- Atuará como Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Conselho Deliberativo do Fundo de Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO e do Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) – COARIDE; e
- Estabelecerá a política e as diretrizes de aplicação e financiamento dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO, e de outras fontes, observada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Nesta perspectiva, a Nova Sudeco contribuirá para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste e garantir a redução das desigualdades sociais e intra-regionais, mediante a:

- i. Articulação de funções públicas essenciais, como as relacionadas a investimento em capital social e em infra-estrutura; administração do FCO e de outros instrumentos; fortalecimento da rede urbana regional; manejo controlado do uso dos recursos naturais; incentivo à inovação e gestão tecnológica; apoio à educação e à capacitação continuada; e a ações que contribuam para a inclusão social, por meio, dentre outras, da eliminação da violência e das diferenças econômicas, sociais, étnicas e de gênero; e
- ii. Promoção de ações de desenvolvimento (diversificação da base produtiva, novos negócios e atração de capitais), definição de prioridades e avaliação da aplicação dos recursos do FCO e de outros instrumentos financeiros.

6.5 Desenho Institucional

A Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste-Sudeco terá estrutura flexível, autonomia administrativa e financeira e será vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Terá por finalidade formular e implementar políticas, viabilizar a criação e gestão de instrumentos e colaborar no financiamento do desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste. Promoverá também a articulação e a participação das forças representativas da Região no processo de desenvolvimento sustentável e na inserção competitiva do Centro-Oeste nos mercados nacional e internacional.

6.5.1 Órgãos colegiados

A Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste-Sudeco atuará por meio das instâncias colegiadas a seguir especificadas e descritas: Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste—CONDEL/FCO, Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) – COARIDE e Diretoria Executiva.

a. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

Esse Conselho será integrado pelas seguintes autoridades:

- GOVERNADORES DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS E DISTRITO FEDERAL;
- MINISTROS DE ESTADO, DESIGNADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA;
- TRÊS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE;
- DOIS REPRESENTANTES DO EMPRESARIADO;
- DOIS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES;
- UM REPRESENTANTE DO TERCEIRO SETOR; E
- SUPERINTENDENTE DA SUDECO.

O Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, presidido pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, se reunirá ordinariamente duas vezes por ano, uma em cada semestre, ou extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente. Terá como atribuição principal a aprovação e revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste e dos demais instrumentos de planejamento, além de matérias relevantes ao desenvolvimento da Região.

O Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste criará, sempre que necessário, Câmaras Temáticas destinadas a promover a articulação interinstitucional, com vistas à integração de ações setoriais de interesse da Região. Podem caracterizar-se como exemplos dessas Câmaras as que tratarem de temas como os seguintes: Articulação de Instituições Financeiras; Desenvolvimento Social e Educacional; Desenvolvimento Econômico e Infra-Estrutura; Desenvolvimento Cultural, Científico e Tecnológico; Desenvolvimento Agropecuário; Desenvolvimento Industrial; e Desenvolvimento Sustentável.

b. CONSELHO DELIBERATIVO DO FCO – CONDEL/FCO

O Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO terá as mesmas atribuições atuais, assim expressas:

I) Aprovar, até 15 (quinze) de dezembro de cada ano, o programa de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para o exercício seguinte, com base na proposta de aplicação dos recursos, que será encaminhada pelo Ministério da Integração Nacional até 15 de novembro de cada ano;

II) Compatibilizar as aplicações de recursos do FCO com as ações dos órgãos de desenvolvimento nacional, regional, estadual e municipal;

III) Acompanhar as atividades dos programas de financiamento do FCO e avaliar os resultados obtidos, à vista do relatório semestral circunstanciado apresentado pelo Banco do Brasil, após o término de cada semestre, ao Ministério da Integração Nacional, e por este encaminhado ao CONDEL, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas;

IV) Solicitar relatórios extraordinários, ao Agente Financeiro, quando considerar relevante e conveniente;

V) Fixar, no final de cada exercício, o calendário de suas reuniões ordinária para o ano seguinte;

VI) Aprovar o seu Regimento Interno e alterações posteriores; e

VII) Identificar, observado o que dispõe o art. 6º, incisos IV e V, da Lei nº 7.827/89, outras fontes de recursos para o FCO.⁵³

c. CONSELHO ADMINISTRATIVO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE) – COARIDE

O Conselho Administrativo da RIDE terá as mesmas atribuições atuais, que estão assim estabelecidas:

I) Coordenar as ações dos entes federados que compõem a RIDE, visando ao desenvolvimento e à redução de suas desigualdades regionais;

II) Aprovar e supervisionar planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado da RIDE;

III) Programar a integração e a unificação dos serviços públicos que lhes são comuns;

IV) Indicar providências para compatibilizar as ações desenvolvidas na RIDE com as demais ações e instituições de desenvolvimento regional;

V) Harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento;

⁵³ Cf. site do Ministério da Integração Nacional: <http://www.integracao.gov.br/orgaoscolegiados/condelfco/index.asp> (Acessado em 31.12.2003.)

- VI) Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da RIDE; e
- VII) Aprovar seu regimento interno.⁵⁴

d. DIRETORIA EXECUTIVA

De natureza colegiada, a Diretoria Executiva da Nova Sudeco será integrada por um Superintendente e três Diretores, com atribuições em áreas como planejamento, produção de informações, articulação institucional, implementação de programas sub-regionais, promoção de investimentos e gestão administrativa e financeira.⁵⁵

6.5.2 Instrumentos de Planejamento e Gestão

Esses instrumentos estão qualificados pelos seguintes tipos de documentos ou estudos:

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste;
- Plano Plurianual;
- Planos Sub-regionais de Desenvolvimento Sustentável;
- Orçamento Regionalizado Anual;⁵⁶
- Programa de Trabalho Anual;
- Orçamento dos Instrumentos Financeiros; e
- Zoneamento Ecológico-Econômico.

6.5.3 Recursos e Instrumentos Financeiros

- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- Recursos do Tesouro Nacional (OGU);
- Recursos de Convênios, Acordos e Contratos;
- Financiamentos de organismos internacionais; e
- Outras fontes (doações, recursos próprios, empréstimos, etc.)

⁵⁴ Consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos Estados de Goiás e de Minas Gerais e aos Municípios que a integram, relacionados com as seguintes áreas: I – infra-estrutura; II – geração de empregos e capacitação profissional; III – saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública; IV – uso, parcelamento e ocupação do solo; V – transportes e sistemas viário; VI – proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; VII – aproveitamento de recursos hídricos e minerais; VIII – saúde e assistência social; IX – educação e cultura; X – produção agropecuária e abastecimento alimentar; XI – habitação popular; XII – combate às causas de pobreza e aos fatores de marginalização; XIII – serviços de telecomunicação; e XIV – turismo. (Cf. site do Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste: <http://www.rederide.net/legislacao/decreto/decreto2710.htm>.) (Acessado em 31.12.2003.)

⁵⁵ O detalhamento da estrutura, competências e formas de atuação das unidades da Diretoria Executiva constitui matéria a ser considerada na regulamentação da lei de criação da Nova Sudeco.

⁵⁶ Esse instrumento detalha as prioridades do Plano Estratégico, explicita a regionalização dos recursos federais, especificando as metas e recursos de ações estratégicas que envolvam órgãos vinculados às esferas estaduais e municipais, bem como as parcerias com a iniciativa privada.

No exercício de sua tarefa de mobilização de recursos para investimento, a Sudeco conferirá prioridade aos investimentos em infra-estrutura básica e econômica.

Além dos instrumentos referidos, a Sudeco mobilizará recursos financeiros oriundos de crédito oficial administrados por instituições como o BB, CEF, BNDES, BRB e Agências de Fomento, bem como fundos de capital de risco, fundos privados e recursos provenientes dos fundos setoriais de C&T, dentre outros.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, Silvana (2001)- **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense**; contexto, propósitos e contradições. São Paulo, USP. (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.)
- ALBUQUERQUE, Francisco. **La importancia de la producción y la pequeña empresa para el desarrollo de América Latina**. ILPES, Santiago do Chile.
- ALMEIDA JR., José Maria G. de (1994)-"Uma proposta de ecologia humana". In: PINTO, Maria Novaes. Org. **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2.ed.
- Anuário Brasileiro do Agribusiness. (1998) - Soja. "Brilho menor". **Revista Globo Rural**. Ano 14, nº 157, nov.
- Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. **Agriannual 1996**, p. 81-85.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de (1999)- "Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional". **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Banco do Nordeste, v. 30, n. 2, abr-jun.
- BATALHA, Mário Otávio. coord. (1997)- **Gestão agroindustrial**. São Paulo, Atlas, 2 vol.
- BENITES, Miguel G. (2000). **Brasil Central pecuário: interesses e conflitos**. Presidente Prudente, SP: UNESP/FCT.
- BERTRAN, Paulo (1988)- **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Codeplan, Goiás, UCG.
- BID-INTAL, Banco Interamericano de Desenvolvimento - Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (2001). Informe MERCOSUL 7 - Período 2000-2001. (Disponível no site http://www.iadb.org/intal/portugues/publicaciones/inf_subreg/Informe_MERCOSUL_7.PDF).
- BID-INTAL, Banco Interamericano de Desenvolvimento - Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (2003). Informe MERCOSUL 8 - Período 2001-2002. (Disponível no site http://www.iadb.org/intal/portugues/publicaciones/inf_subreg/Informe_MERCOSUL_8.PDF).
- BRASIL, CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2003): <http://www.cnpq.br>. (Acessado em 10.10.2003.)
- BRASIL, MCT/CNPq/SUP - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – 1997 e 2003.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2000). **Bases para as Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional**. Brasília: MI.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2000). **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste**. Brasília: MI. **Mimeo**.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2000). **Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira**. Brasília: MI.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2000). **Reflexões sobre Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional**. Brasília: MI.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para a Recriação da Sudene (2003), - Bases para a Recriação da Sudene. Por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste. Versão Final, **mimeo**. (Disponível no site do MI: <http://www.integracao.gov.br>.) (Acessado em 15.08.2003.)
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Programas Regionais (2003). Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Proposta para Discussão. **Mimeo**. (Disponível no site do MI - <http://www.integracao.gov.br>.) (Acessado em 04.01.2004.)
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento do Centro-Oeste-SCO (2002). **Região Centro-Oeste do Brasil em números**. Brasília: MI.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (2003)- **Evolução das exportações brasileiras por estados da Federação entre 1990 e 2002**. Brasília, Secretaria de Comércio Exterior, abril.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal–MMA (1995) - **Política nacional integrada para a Amazônia Legal**. Brasília: MMA.

- BRASIL, MPO/Secretaria Especial de Políticas Regionais (1997). **Bases para um Programa de Desenvolvimento Integrado da Região Centro-Oeste (Ações do Governo Federal no Centro-Oeste)**. Brasília: Editora Universa.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (1997) – “A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle”. Brasília-DF, **Cadernos MARE da Reforma do Estado 1**.
- CANO, Wilson (2002)- “Questão Regional e Política Econômica Nacional”. In: BNDES: **Desenvolvimento em Debate - Painéis do Desenvolvimento Brasileiro II**, p. 275-307. Rio de Janeiro, Mauad Editora.
- CARVALHO, Otamar de & EGLER, Claudio A. G. (2003)- **Alternativas para o desenvolvimento do Nordeste Semi-árido**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.
- CARVALHO, Otamar de (1973)- **Ações no campo do desenvolvimento regional**. Brasília: Ministério do Interior.
- CARVALHO, Otamar de (1978)- **Desenvolvimento regional, um problema político**. Rio de Janeiro, Campus.
- CASTRO, Ana Célia, FONSECA e D., Maria da Graça (1995). **A Dinâmica Agroindustrial do Centro-Oeste**. Série IPEA 148, Brasília: IPEA.
- COHN, Amélia (1976)- **Crise regional e planejamento**. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- Conselho de Imigração e Colonização - CIC (1949)- **Goiás: uma nova fronteira humana**. Rio de Janeiro, CIC, Presidência.
- CROBER, A. M. 1999. “*The ecosystem approach to ecosystem management*. A Senior Honours Thesis Submitted in Partial Fulfillment of the Degree of Bachelor of Environmental Studies. Department of Geography, Faculty of Environmental Studies, University of Waterloo.
- EGLER, Claudio Antonio G. (2001)-“Recent changes in land use and land cover in Brazil”. In: HOGAN, Daniel Joseph & TOLMASQUIM, Maurício Tiomno. **Human dimension of global environmental changes. Brazilian Perspectives**. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Ciências.
- ESTEVAM, Luís (1998)- **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do Autor.
- FERNANDES, Carlos Augusto (1993)- “Gerenciamento dos recursos hídricos”. In: PINTO, Maria Novaes. Org. (1993)- **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. 2.ed., 1993.
- FINEP: Desempenho na Região Norte. FINEP, fevereiro de 2000.
- FUNATURA, Fundação Pró-Natureza (1996). **Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: manejo e conservação de recursos naturais renováveis**. Brasília: FUNATURA.
- HEBERLE, Aldayr (1998). In: **Gazeta Mercantil**. Caderno Distrito Federal, Brasília, 05 de agosto.
- HELFAND, Steven M. & REZENDE, Gervásio Castro de (2000)- **Padrões regionais de crescimento da produção de grãos no Brasil e o papel da Região Centro-Oeste**. Brasília, IPEA. (Texto para discussão nº 731.)
- HOGAN, Daniel J., BAENINGER, Rosana, CARMO, Roberto L. e CUNHA, José Marcos P. (ed.) (2001). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP.
- IBGE prevê safra recorde. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 de maio de 2003, Seção Economia.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002)- **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002)- **Contas Nacionais, 2000**. Rio de Janeiro, IBGE.
- IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (1998). Revisão das Estratégias de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Mimeo**.
- IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (1999). Marco de referência para o plano estratégico de desenvolvimento da Região Centro-Oeste-Planoeste. **Mimeo**.
- IPEA, IBGE, UNICAMP / IE / NESUR (2001)- **Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 2001, v. 4, Parte III (Região Centro-Oeste).
- KON, Anita (ed.) (1999). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva.
- KON, Anita (ed.) (2002). **Unidade e Fragmentação: a Questão Regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva.
- LEE, K. N. (1993) – “*Compass and gyroscope. Integrating science and politics for the environment*. Island Press (Suite 300, 1718 Connecticut Avenue, NW, Washington, D.C. 20009 USA).

- LEE, N. & WALSH, F. (1992)- “Strategic environmental assessment: an overview”. **In: *Project Appraisal***, Vol. 7, No. 3, pp.126-136.
- MINNERY, J. (1988). “Modelling coordination”. **In *Australian Journal of Public Administration***, Vol. XLVII, No. 3, pp. 253-262.
- MIRANDA, Leodete e AMORIM, Lenice (2000). **Mato Grosso. Atlas Geográfico**. Cuiabá, MT: Entrelinhas.
- MUELLER, Charles C. (1992). Centro-Oeste: evolução, situação atual e perspectivas de desenvolvimento sustentável. In VELLOSO, J.P.d.R. (ed.). **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel. pp. 89-128.
- PAINTER, M. (1981) “Central Agencies and the coordination principle”. **In *Australian Journal of Public Administration***, Vol. XL, No. 4, pp. 265-280.
- PAVIANI, Aldo e GOUVÊA, Luiz Alberto C. (ed.) (2003). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Coleção Brasília Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- PINTO, Maria Novaes. Org. (1993)- **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2.ed.
- Reviravolta no campo. São Paulo, **Revista Globo Rural**, Nº 216, Outubro 2003, p. 52-65. (Reportagem Especial sobre a Agricultura.)
- Revista Exame (1998). Suplemento Centro-Oeste EXAME . “A Conquista do Oeste”. São Paulo, edição 671, out.
- Revista Globo Rural. Anuário Brasileiro do Agribusiness. “Algodão: retomada no Centro-Oeste”.. Ano 14, nº 157, nov.
- RIBEIRO, J. F., SANO, S.M, MACEDO, J. & SILVA, J. A. (1983)- **Os principais tipos fito-fisionômicos da região dos cerrados**. Planaltina–Brasília, Embrapa-CPAC, 1983. (Embrapa-CPAC. Boletim de Pesquisa, 21.)
- RICARDO, Cassiano (1959)- **Marcha para Oeste**; a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, (Coleção Documentos Brasileiros, 25.) 2 volumes. (A 1ª edição da obra é de 1942.)
- ROSS, Jurandyr L. S. et al. (1995). **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai**. Brasília: PNMA
- SENA, Clovis (1999)- **Fronteira Centro-Oeste**. Goiânia-GO, Ed. Kelps.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da (2003). **Grupo André Maggi. Corporação e Rede em Áreas de Fronteira**. Cuiabá, MT: Entrelinhas.
- SIQUEIRA, Elisabeth M. (2002). **História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá, MT: Entrelinhas
- WORLD BANK, The International Bank for Reconstruction and Development. The World Bank (1997) – **World Development Report, 1997**. Washington, D. C., Oxford University Press.

ANEXOS

ANEXO 1-LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REALIZADO EM BRASÍLIA-DF, EM 28.11.2003, PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE-SUDECO

REPRESENTANTE	CARGO / FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO
Adelson Julio Cardoso	Assessor Parlamentar	Câmara dos Deputados
Agnaldo Moraes da Silva	Gerente	Ministério da Integração Nacional/SCO
Aguinaldo Lelis	Secretário	Secretaria de Agricultura-DF
Alan Gonçalves Barbosa	Chefe de Gabinete	Câmara Legislativa do DF
Aldemir Santana	Presidente	Federação das Associações Comerciais do DF
Aldo Rosso	Assessor da Agência de Empreendedorismo	UniCEUB
Alexandre Luis César	Secretário	Ministério da Integração Nacional/SCO
Alencar Soares de Freitas	Consultor	RIDE/SCO/MI
Alexandre Vitor F. de Freitas	Gestor Governamental	SE/DGE/CGTI/Ministério da Integração Nacional
Amauri Pessoa Veras	Presidente	Partido Popoular Socialista – PPS
Ana Paula Machado Pessôa	Coordenadora de Planejamento	SENAI-DF
Anamaria Villar Raposo	Analista Estudos Desenvolvimento	SENAI-DF
Anand Sampurno	Consultor	Associação Brasileira de Municípios – ABM
Antônio Batista Pereira	Diretor Comercial	Digital Produções
Antônio Carlos Gomes de Fonseca	Assessor Parlamentar	Gabinete Dep. Antônio Carvalho (PPS-DF)
Antônio Expedito Ribeiro	Presidente	Associação Brasiliense dos Prod. de Flores e Plantas
Armando Siqueira Côrtes Neto	Sub-Secretário	Secretaria de Planejamento e Coordenação do DF
Benetido Augusto Domingos	Presidente	Partido Progressista – DF
Carlos Augusto Grabois Gadelha	Secretário	Secretaria de Programas Regionais/MI
Carlos Rodrigues Mourão	Vice-Prefeito	Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás
Carmen Ganzelivitch Gramacho	Diretora de Relações Internacionais	Associação Brasileira das Agências de Viagem – ABAV
Cícero Miranda Filho	Secretário de Estado	Secretaria de Previdência do GDF
Claudeth Lemos Ribeiro	Assessora	Câmara Legislativa do DF
Danilo Emerson Corrêa	Secretário	Prefeitura de Unai
Danny Moreira Duarte		CODEPLAN
Danton Eifler Nogueira	Diretor de Gestão	Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN
Demetrios Christofidis	Consultor	Ministério da Integração Nacional
Edgard de Paula Viana	Secretário para Assuntos Políticos	Federação dos Trabalhadores na Indústria nos Est. GO/TO/DF
Edilson Felipe Vasconcelos	Assessora Especial	Corregedoria Geral do DF

Eliane Barreto Costa	Assessora	CAESB-DF
Elizangela Araújo Fernandes	Diretor	Sindicato dos Bancários de Brasília
Ennius Marcus de Moraes Muniz	Diretor-Presidente	Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal
Fernando Netto Safatle	Gerente RIDE	SCO
Fernando Pedro de Brites	Presidente	Federação das Associações Comerciais do DF
Francisco da Conceição Menna Barreto Reis	Professor	Instituto de Cooperação e Assistência Técnica Associação de Ensino Unificado do DF
Francisco Povoas	Coordenador do Centro de Pesquisa	Faculdade da Terra de Brasília-FTB
Geraldo Campos	Presidente	PSDB
Gerardo José Pereira	Presidente e Assessor Parlamentar	Movimento dos Inquilinos do DF e Entorno
Guilherme Angelim	Assessor	ADECEX
Gustavo Souto Maior	Assessor Legislativo	Câmara Legislativa do DF
Guy de Fontgalant Loureiro	Assessor Técnico	SENAI-DF
Heloisa Salgueiro dos Santos Pereira	Coordenadora	SENAI-DF
Hyperides Pereira de Macêdo	Secretário	SIH/MI
Ilneides Soares de Carvalho	Conselho Fiscal	ASMEFI (Feira dos Importados)
Isaura Maria Amâncio Louly	Diretora de Planejamento	Secretaria de Estado de Saúde
Ismael Pereira de Souza	Secretário	Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás
Ismar Chaves de Melo	Chefe de Gabinete	Secretaria do Entorno
Jadder Maurício Aires Barbosa	Administrador	Administração Regional de Águas Claras
Jamile Costa Buzar	Secretária Geral	ASFUB
João Araujo Neto	Assessor Especial	Secretaria de Esportes DF
João Bosco Ribeiro	Gerente da Agência de Empreendedorismo	UniCEUB
João Ribeiro de Oliveira e Souza	Presidente do Conselho de Curadores	Fundação Grupo Esquel Brasil
João Vicente Feijão Neto	Superintendente	FECOMERCIO-DF
José Otamar de Carvalho	Consultor	Ministério da Integração Nacional
José Raimundo Pires	Assessor da Presidência	Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal
José Roberto Farsette	Chefe Núcleo	Administração Regional de Brasília - GDF
José Waldson de Oliveira Campos	Secretário Parlamentar	Câmara dos Deputados
Josenilton Carlos de Mendonça	Chefe de Departamento	União Pioneira de Integração Social - UPIS
Juarez Ferreira de Paula Filho	Gerente da Unidade de Desenvolvimento Local	SEBRAE Nacional
Lindberg Aziz Cury	Secretário	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do DF
Lindomar Leitão de Assis	Assessor da Presidência	CODEVASF
Lucejane	Jornalista	Câmara dos Deputados

Luís Fernando da Costa e Silva	Superintendente	ADECEX/DF
Luiz Jesus D'Avila Magalhães	Assessor	Ministério da Integração Nacional/SCO
Manoel Valdeci Machado Elias	Presidente	ACIAC
Marcelo Monsão Cunha	Superintendente	ADECEX
Marcos Formiga	Assessor Especial da Presidência	CNI
Maria Aparecida Barbosa Viana	Gerente de Supervisão e Acompanhamento	Secretaria do Trabalho do DF
Maria Cecília Albano Cordeiro	Diretora	Secretaria de Trabalho do DF
Maria das Graças Gonzalez	Coordenadora	Ministério da Integração Nacional
Maria de Fátima Faria	Assessora Técnica	Ministério da Integração Nacional/SDR
Maria José Monteiro	Gerente	Ministério da Integração Nacional/SDR
Maria Soledade Bispo		ASFUB
Marlene I. Timoteo de Lisboa	Presidente	Associação dos Empresários do Comércio, Indústria e Similares de Taguatinga-
Marli de Lourdes Costa Buzar	Diretora	ASFUB
Marli Gushiken	Assessora AGRI	Ministério da Agricultura
Matuzalém Silva de Albuquerque	Diretor	Sindicato dos Bancários de Brasília
Meiry Pires de Amorim	Presidente	ASMEFI (Feira dos Importados)
Mônica Pierce Amorim Cseke	Assessora	ASMEFI (Feira dos Importados)
Nelson Werlang Garcia	Tenente Coronel da PM	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do DF
Nívea de Alencar Oliveira	Administradora	GDF
Nívea Oliveira Bispo		ASFUB
Onofre Morisco	Diretor Dep. Resp. Desastres	Secretaria de Defesa Civil/MI
Osório Adriano Filho	Deputado Federal (PFL/DF)	Câmara dos Deputados
Paulo César Chagas	Diretor	Defensoria Pública do Distrito Federal
Paulo M. Castanheira	Diretor DIMEC	Banco de Brasília-BRB
Paulo Ricardo da Rocha Araújo	Docente RTC	Universidade Católica de Brasília
Paulo Roberto Roriz	Secretario de Estado	GDF
Pedro Paulo Cordeiro Carapito	Gerente de Controle	DER-DF
Quitéria da silva	Presidente	Feira dos Importados N. Bandeirante
Reginaldo Bacci A Cunha	Diretor	R.B.A – Advogados
René Eduardo Santos Gomes	Diretor	Secretaria de Estado de Captação de Recursos/GDF
Ricardo Figueiredo Caldas	1º Vice-Presidente	Federação das Indústrias do DF - FIBRA
Ricardo Pinheiro Penna	Secretário	Secretaria de Planejamento e Coordenação do DF
Roberto Costa	Assessor	CDL/DF

Robson de Paiva Figueiredo	Secretário do Diretor de Gestão	CODEPLAN
Rodrigo Sobral Rollemberg	Presidente	Partido Socialista Brasileiro do DF
Rose Delgado O. Silva		CODEPLAN
Sebastião Augusto Machado	Secretario	Central Flores
Tânia Bacelar de Araújo	Secretária	Ministério da Integração Nacional/SDR
Teresinha de Jesus de Albuquerque Rodrigues	Presidente	Associação Polo Conf. Bernardo Sayão - APCONSIBS
Ubajara Berocan Leite	Consultor	Ministério da Integração Nacional
Urbano Lehrer	Pastor	Igreja Evangélica Luterana
Wasny de Roure	Deputado Federal (PT/DF)	Câmara dos Deputados
Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides	Coordenador	Agência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano/GDF
Wilson Soares dos Santos	Assessor de Planejamento Empresarial	CEB - Cia. Energética de Brasília

ANEXO 2-LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REALIZADO EM GOIÂNIA-GO, EM 1º.12.2003, PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE-SUDECO

REPRESENTANTE	CARGO / FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO
Ademar da Silva	Assessor	SEPLAN
Alexandre Demartini Rodrigues	Coordenador	Farol e Micro e Pequena Empresa
Alexandre Luís César	Secretário	Ministério da Integração Nacional/SCO
Alladio Teixeira Alvares Neto	Gerente	Secretaria de Planejamento de Goiás
Altino Zinhani	Assessor	Câmara Municipal de Goiânia
Amarilis Werner	Vice Presidente	ABO/GO
Ana Aparecida Ribeiro e Leite	1ª Dama	Prefeitura Municipal de Piranhas
Ana Maria Borges Alchuffi Leite	Assessora Adm.	UEG
Ana Maria Ferreira Rodrigues	Diretora	SINDAFIT
Ana Paula Laboissière Ambrósio	Diretora	Instituto de Informática -UFG
Andrea Vecchi		Séc. Ind. Comércio
Anoildo Felisdório dos Santos	Secretário Parlamentar	Gabinete da Senadora Lúcia Vânia
Antônia Livia Cavalcanti	Assessora Especial	Prefeitura de Goiânia
Antônio Dirceu Pinheiro de Sousa	Assessor	UEG
Antônio José Garcia	Administrativo	Prefeitura Municipal de Campo Limpo de Goiás
Aparecido Corrêa de Almeida	Liquidante	Crisa em Liquidação
Araken Reis	Gerente Executivo da Região Metropolitana de Goiânia	Seplan/GO
Armênia de Lima	Diretora	ABO/GO
Aurolino José dos Santos Ninha	Prefeito	Prefeitura Municipal de Campos Belos
Benedito Cardoso Laureano	Gestor Público	SEPLAN
Carlos Alberto Tanezini	Ouvidor	UFG
Carlos Maranhão Gomes de Sá	Secretário	Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Goiás
Carlos Roberto Peixoto	Sup. Executivo	Secretaria Geral da Governadoria
Célio Costa		SEPLAN

Ceres Libano	Assessor Planejamento	SEPLAN
Cintia Maria Gondim Villac	Gestora	AGDR
Colemar Cardoso de Queiroz	Prefeito	Prefeitura Municipal de Guapó
Creuler Barbosa das Neves	Procurador	Procuradoria Geral do Estado
Criseide Castro Dourado	Presidente	Associação de Combate ao Câncer em Goiás
Cristiano de Oliveira	Gerente de Oportunidades	AGETUR
Darlan Santos	Diretor	Centro de Negócios Industriais
David Chagas Coutinho	Presidente	FACIEG
Deguer Isaac Neto	Assessor	UEG
Diego Cavalcante Mota		Sobrado Const Ltda
Dinamar Maria F. Marques	Técnico de Planejamento	SEPLAN
Dinesio Pereira Rocha	Diretor	Sinduscon-GO
Dirceu Ferreira de Araujo	Prefeito	Prefeitura de Planaltina - GO
Edmilson Pereira da Costa	Assessor do Gabinete	Prefeitura Municipal de Córrego do Ouro
Edson José Gonçalves	Superintendente	SEPLAN
Eduardo Reis Gonçalves	Chefe do Dep. De Relações com o Governo	BNDES
Eliana Aparecida Sersocima	Diretora	UEG
Elias Roberto dos Santos	Ass. Comercial	Sobrado Constr. LTDA
Emiliano L. Godoi	Superintendente	SEMARH
Euripedes Custodio Borges	Prefeito	Prefeitura de Palminópolis - GO
Fabiano Gomes de Oliveira	Assessor representando o prefeito	Prefeitura Municipal de Goianésia
Fábio Tokarski	Deputado Estadual (PC do B)	Assembléia Legislativa de Goiás
Fernando Safatle	Coordenador do Proride	Ministério da Integração Nacional/SCO
Fernando de Souza Vaz dos Reis	Coordenador	UEG
Flávio Vilar	Assessor Parlamentar	Assembléia Legislativa
Francisco de Assis Gomes da Costa	Consultor	SENAI-GO
Gabriela Louredo	Estagiária	Rádio Universitária

Gilberto de Nazaré Ribeiro	Chefia da Assessoria	Secretaria de Assuntos Institucionais
Giusepe Vecci	Secretário	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
Godofredo Sandoval Batista	Diretor	UEG
Guilherme Richelieu Jr.	Coordenador	Prefeitura Municipal de Goiânia
Helber Moura Jordão	Diretor	Secretaria de Finanças
Helena Milva de Sousa Reis	Assistente Social	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS
Helenice Schiavon Lisita	Téc. Fomento	Agência de Fomento de Goiás
Hélio Naves	Diretor Financeiro	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Heloísa Mazzocante Ribeiro	Assessora	Secretaria de Industria e Comércio
Hetro Pereira	Jornalista	Jornal
Honório Ângelo da Rocha	Chefe de Gabinete	Assembléia Legislativa
Huelson Paraguassú Serradourada	Assessor	Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás
Ildessim Gomes Pereira	Gestora	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
Ilse do Vale		ACIEG
Irondes José de Moraes	Chefe de Gabinete	Universidade Estadual de Goiás
Ivan Marques	Secretário Executivo	Seplan – CDE/FCO
Ivo Carlos Zecchin	Superintendente de Negócios	Caixa Econômica Federal
Jacira Carvalho da Silva	Vice Presidente	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado de Goiás
Jacqueline B. Cunha	Pedagoga	SEPLAN
Jane Belle Pimentel de Castro	Assessora Técnica	SECTEC
Jean Marck Barbosa	Téc. Fomento	Agência de Fomento de Goiás
Jéferson de Castro Vieira	Assessor Econômico do Gabinete	Seplan-GO
Joacir Camêlo Rocha	Assessor	SEPLAN
João Alberto R Costa		SEPLAN
João Batista da Silveira	Secretário	Prefeitura de Campo Limpo de Goiás
João Bosco Umbelino dos Santos	Presidente	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
João Campos	Deputado Federal	Câmara Federal
João Gualberto Pereira da Silva		Senado

Jonathas Silva	Secretário	S S Pública
Jorge Gabriel Moisés Filho	Assistente	SEPLAN
José Alves Quinta	Superintendente	Secretaria de Industria e Comércio
José Antônio Noiana	Diretor Administrativo e Financeiro	Fundação Universidade Estadual de Goiás
José Augustinho N. Fogliatto	Presidente do Conselho	AGPE
José Augusto Parolovo	Assessor de Comunicação	Prefeitura Municipal de Abadiânia
José Carlos Siqueira	Secretário	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
José das Dores Freitas	Gerente Executivo	Secretaria Planejamento e Desenvolvimento do Estado
José Eliton de Figueiredo	Chefe de Gabinete	Gabinete Civil
José Evaristo dos Santos	Vice-Presidente	Federação do Comércio do Estado de Goiás
José Fernandes da Silva	Secretário Executivo	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado de Goiás
José Luiz Domingues	Assessor	Universidade Federal de Goiás
José Maria Martins	Engenheiro Agrônomo	INCRA
José Rogério da Veiga Jardim	Assistente de Gabinete	SEPLAN/SUDES
José Saulo Derze Cranveiro	Téc. Contabilidade	INCRA
José Sizenando Borges	Superintendente Executivo	Secretaria de Cidadania e Trabalho
José Taveira Rocha	Presidente	Agência de Fomento de Goiás
Joselene Borges Sales	Coordenador	FUNCER/UEG
Júlio de Oliveira Nascimento	Presidente	Conselho Regional de Psicologia – 9ª Região
Laerte Campos	Gestor do Programa Gestão Estratégica	Prefeitura Municipal de Rio Verde
Lara Garcia Borges	Gestora Pública	Secretaria do Planejamento
Lazaro Euripedes Xavier	Professor	UFG
Leandro	Economista	FIEG
Leôn Almada	Prefeita	Prefeitura Municipal de Abadiânia
Leonel P Safatle		SEPLAN
Leônidas de Lima Neto		SEPLAN
Lílian Cândida N. de Macêdo	Procuradora	Procuradoria Geral do Estado
Lillian Maria Silva Prado	Superintendente	SEPLAN

Lino Carlos Borges	Gerente	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
Liosório de Jesus Meireles	Advogado	Agar
Lourival Francisco de Oliveira	Procurador Jurídico	Federação dos Trabalhadores na Indústria nos Est. GO/TO/DF
Lucia Rincón	Superintendente	SECTEC
Luciula da Silva Rocha	Superintendente	SEE
Lucy Elaine Aparecida Costa da Silva	Professor	UEG
Luiz Fernando Jungmann	Sócio Proprietário	Construtora Andrade Jungmann
Luiz Fernando Sanches de Siqueira	Engenheiro Civil	
Luiz José de Macedo	Assessor Institucional	UEG
Luiz José Siqueira	Presidente	TRANSURB
Maciel Felix Caixeta	Presidente	Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
Manoel Xavier	Sup. Executivo	Secretaria de Saude
Marcelo Henrique Junta	Professor III	Superintendência de Ensino Superior
Marco Antônio Ferreira	Deputado Estadual	Assembléia Legislativa
Marconi Ferreira Perillo Jr.	Governador	Estado de Goiás
Marcos Antônio Correntino da Cunha	Gerente Relações Institucionais e Desenvolvimento	Serviço Geológico do Brasil/CPRM
Marcos Bittar Haddad	Dir. do Tesouro	Prefeitura de Goiânia
Marcos Lúcio Fernandes	Consultor	ORBE Consultores
Marcos Mariath Rangel	Gerente	Gerência Executiva de Cooperativismo - SEPLAN
Maria Abadia Camargo	Superintendente Regional	Serviço Geológico do Brasil/CPRM
Maria Chistina Costa Reis	Chefe da Assessoria Técnica e Planejamento	Seplan/GO
Maria Cristina Mendonça Munhoz	Gerente	SEPLAN
Maria das Dores Santos Lobaig	Chefe de Gabinete	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Maria de Fátima Faria	Assessora Técnica	Ministério da Integração Nacional/SDR
Maria de Fátima Mendonça Falei Rocha	Assessora	SEPLAN
Maria Helena Aparecida Silva	Chefe de Gabinete	Agência de Administração
Maria José Monteiro	Gerente	Ministério da Integração Nacional/SDR
Maria Lucia Machado	Secretária Prom. Social	

Mário Cândido Ribeiro	Prefeito	Prefeitura de Urutaí
Mario Fernando Maia Queiroz	Vice Presidente	ASBAN - Associação de Bancos nos Estados de Goiás, Tocantins e Maranhão
Mario Romero Filho	Diretor	ENGETEC ENG° E TECNOLOGIA LTDA
Marise Irineu Sousa Carvalho	Secretária	Prefeitura Municipal de Mineiros
Maurício Estevão Teixeira e Silva	Professor	UNIFAN
Mauro Cesar Vila Verde Barbosa	Presidente	Junta Comercial do Estado de Goiás
Miguel Ivan Lacerda de Oliveira	Consultor	SEBRAE
Milca Severino Pereira	Reitora	UFG
Moacir Machado	Prefeito	Prefeitura Municipal ST° Antônio do Descoberto
Neide Aparecida	Deputada Federal	Estado de Goiás
Nelson Bose	Assessor Técnico em COMEX	Secretaria de Comércio Exterior de Goiás
Nelson de Salles Guerra Guzzo	Diretor de Desenvolvimento e Projeto	Agência de Fomento de Goiás
Neocina Martins Alves	Chefe do Serviço Social	Agência Prisional
Nilce Maria Siqueira Leonel de Paula	Procurador Federal	IBAMA
Norma Claudia Nunes Menezes	Gerente	SEPLAN
Nubia Oliveira dos Santos	Assessora	DIRCOM-UEG
Oberdan Valle	Procurador	Goiás
Olivia Vieira da Silva	Secretária	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico
Orlandino Egídio da Silva	Conselheiro	FEMPEG - Fed. Da Micro e Peq Empresas
Osmar Antonio de Moura	Gerente Executivo	SEPLAN
Paula Pinto Silva de Amorim	Superintendente	SEPLAN
Paulo Afonso Ferreira	Presidente	FIEG
Paulo Cesar de Paiva	Téc. Fomento	Agência de Fomento de Goiás
Paulo César G. Egler	Consultor	Ministério da Integração Nacional
Paulo de Jesus	Assessor Jurídico	Prefeitura Municipal de Porangatu
Paulo Diniz	Presidente	Atacado de Peixes
Paulo Martins da Silva	Secretário Agricultura e Meio Ambiente	Prefeitura Municipal de Rio Verde
Paulo Pitanga do Amparo	Gerente	Ministério da Integração Nacional/SCO

Pedro Afonso Domingues Batista	Superintendente de Desenvolvimento	Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento
Pedro Ferreira Arantes	Assessor	Federação da Agricultura do Estado de Goiás - FAEG
Pedro Rodrigues Cruz	Técnico Radiologia	UFG - Faculdade de Odontologia
Reinaldo		FIEG
Reinaldo Bastos Silva	Assessor	AGETOP
Renato Ferreira Cabral	Gerente	Caixa Econômica Federal
Ricardo Maximo	Assessor Técnico em COMEX	Secretaria de Comércio Exterior de Goiás
Ricardo Trick	Chefe de Gabinete	Agência Goiana de Turismo
Roberval Borges	Diretor Cultural	Associação Goiana de Imprensa
Rogério Rosso	Secretário de Estado do DF	Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior do DF
Rony Haesbaert Lopes	Secretário Municipal	Prefeitura Municipal
Rubens Chagas	Coordenador	UEG - Universidade Estadual de Goiás
Samuel Albernaz	Presidente	Conselho Regional de Administração - CRA - GO/TO
Sandoval Moreira Mariano	Presidente	Agência Rural
Sandra Marly Viana de Oliveira	Procuradora	IBAMA
Selva Oliveira de Araújo Almeida	Coordenador	UEG
Silvano Rodrigues Ferreira	Técnico de Fomento	Agência de Fomento de Goiás
Silvio C. Melo	Gerente Negocial	Banco do Brasil
Sulamita de A Porto Bello e Cunha	gerente	SEPLAN
Telismar Batista de Matos	Réporter	Rádio Aliança
Ubajara B. Leite	Consultor	Ministério da Integração Nacional/SDR
Valdick Aparecido Rocha Ribeiro	SGT. BM	Defesa Civil
Valéria	Gestora	AGDR
Valéria Kristina D Duarte	Gestor	AGDR
Valéria Roberta da Silva		UEG
Vanessa Sateles de Souza	Assessora	AGSP - Agência Goiana do Sistema Prisional
Viviane Ângelo de Medeiros	Assistente do Gabinete	Seplan-GO
Wagner Silvério da Silva	Secretário Saúde	Prefeitura de Nova América

Wandell Seixas	Diretor	Sindicato dos Jornalistas de Goiás
Wanderley Rodrigues de Siqueira	Prefeito	Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás
Wanderlino Teixeira de Carvalho	Presidente	AGR
Wellington Matos de Lima		Secretaria da Indústria e Comércio
William Ferreira da Silva	Supervisor	UEG
Wiviane C. Alves	Assistente	SEPLAN
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Morrinhos
Marcos Aurélio Lopes de Arimatea	Secretário Municipal	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia
Valéria Felipe Tocantins	Coordenador Administrativo	UEG/FUNCER
	Ouvidor Geral do Estado	Ouvidoria Geral do Estado
	Prefeito	Prefeitura Municipal de Nova América
Glaydison Silva Pereira	Chefe da Seção de Planejamento	Defesa Civil

ANEXO 3-LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REALIZADO EM CAMPO GRANDE-MS, EM 05.12.2003, PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE-SUDECO

REPRESENTANTE	CARGO / FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO
Adão Unirio Rolim	Prefeito Municipal	Pref. Mun. São Gabriel do Oeste
Adelino Alexandre Lopes	Coordenador	Prefeitura Municipal de Coxim
Alcir José Salviano	Vice-Presidente	Conselho Regional de Contabilidade MS
Alcita Ferraz de Mello	Vereadora	Câmara Municipal Paranaíba
Aldayr Heberle	Diretor	Heberle Consultoria e Planejamento LTDA
Alexandre Lacerda Barros	Filiado	PMN
Alexandre Luís César	Secretário	Ministério da Integração Nacional/SCO
Ana Claudia Lopes Mandu	Analista	SRPLANCT
Ananias Costa dos Santos	Diretor-Presidente	FUNTRAB - Fundação do Trabalhador
André Carvalho Teixeira	Advogado	BNDES
Angelo Mateus Prochmann	Gestor de Processos	Seplanct
Antônio Benedito Dotta	Assistente	CONAB
Antonio Carlos Arroyo	Deputado Estadual	Assembléia Legislativa de MS
Antonio Sérgio Ribeiro Arruda	Assessor	Fundação Nacional de Saúde
Antonio Serron Camy	Diretor	Actom Consultoria
Armando Teodoro da Silva	Vereador	Câmara Municipal de Pedro Gomes
Arthur Cesar de Carvalho		Seplan - MT
Augusto Assis Filho	Presidente	Fundação Alberto Pasqualini - PDT/MS
Augusto Rodrigues da Silva	Presidente	IDESCH-MS
Braz Aparecido Sobrinho	Secretário	Câmara Municipal
Bruno Jorge Rodrigues Magalhães	Diretor Executivo	Convenção Batista Sul-Mato-Grossense
Carlos Alberto Melgarejo	Assessor Executivo	Governadoria

Carlos Augusto Ferreira de Sá	Chefe de Núcleo	Delegacia Regional do Trabalho/MS
Carlos Renato de Souza		SERC-MS
Carlos Werner Neto	Gerente de Mercado	Banco do Brasil
Cebi Ferraz	Deputado Estadual	Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul
Celso Marlei dos Santos	Secretário	IEMS-1
Celso Pereira do Prado	Diretor-Presidente	Fundação de Serviços de Saúde de MS
Cleonice A. Bourlegat	Representante	Universidade Católica D. Bosco, em Campo Grande
Cleunir Pedro Brunetto	Secretário	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul
Constantino Amancio Pereira	Assessor Parlamentar	Câmara Estadual
Cristiane de Castilho Merighi	Mestranda	UCDB
Denise Couto Porttumati	Assessora	Superintendência da Política de Assistência Social
Diogo Robalinho Queiroz Tota	Prefeito	ASSO MASUL
Dirce Sizuco Soken	Coordenadora	UNAES-Faculdade de Campo Grande
Edinilson Canor	Presidente	Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste
Edsel Amariula	Diretor	PSDC
Eduardo José Hermann	Agente de Controle	Base Aérea de Campo Grande
Eduardo Marcos da Silva	Assessor	SEPROTUR
Eduardo Velar	Assessor	Câmara Estadual
Egon Krakhecke	Vice-Governador e Secretário de Planejamento, C & T	Mato Grosso do Sul
Eliana Lamberti	Gestor de Processos	Secretaria de Estado de Saúde
Elio Leal Garcia	Vereador	Câmara Municipal Paranaíba
Elisângela Alves Lijerón	Assistente de Pesquisa	Secretaria de Coordenação Geral do Estado
Elizeu Amarilha Mattos	Presidente	PSDC
Ermínio Guedes dos Santos	Superintendente	DAS/GOV/MS
Fábio Rodrigo de Sousa Fonseca	Técnico	Federação das Indústrias do Estado - MS (FIEMS)
Fernanda Ferraz de Campo Macários	Fiscal de Rendas	Secretaria de Coordenação Geral do Estado

Francisca Fernandes de Albuquerque	Bióloga	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Francisco Airton	Secretario Municipal de Obras	Prefeitura de Mundo Novo
Francisco Fausto Mato Grosso Pereira	Diretor	Ministério da Integração Nacional/SCO
Geraldo Rezende Pereira	Deputado Federal	Câmara dos Deputados
Gervásio Martins de Brito	Presidente	Câmara Municipal
Getúlio Raimundo de Lima	Assessor Parlamentar	Câmara Municipal de Campo Grande
Gilberto Tadeu Vicente	Diretor-Presidente	DETRAN-MS
Gilma Conceição Gonzalez	Economista	Câmara Estadual
Guilherme Aparecido da Silva Maia	Gestor de Processos	SEPLANCT/ASSECT
Harald Fernando Vicente de Brito	DGA-03	Instituto de Meio Ambiente Pantanal
Ildomar Carneiro Fernandes	Prefeito Municipal	Prefeitura Municipal de Alcinópolis
Ilson Fernandes Barbosa Junior	Assessor de Gabinete	Pref. Mun. De Sidrolândia
Iltamar Tadeu Pias	Diretor	ELETROSUL
Isabel de Souza Silveira	Vereadora	Câmara Municipal
Jeronimo Alves Chaves	Secretário Executivo	Secretaria de Estado da Produção e do Turismo de MS
João Batista Lopes Filho	Assessor	Gabinete do Senador
João Bosco Leal	Presidente	Movimento Nacional de Produtores -MNP
João Grandão	Deputado Federal	Câmara dos Deputados
João Pedro Matias Rodrigues	Agente Tributário Estadual	Secretaria de Estado de Receita e Controle
Jorge Antônio Fernandes Goya	Diretor	AGROPLAN
Juraci da Luz Dutra Batistoti	Presidenta	JUCEMS
Krisley Mendes	Coordenadora	Secretaria de Coordenação Geral do Estado
Lorival Martins Fagundes	Assessor	Câmara dos Deputados
Luis Carlos Vinhas Itano	Prof/Pesquisador	UCDB
Luiz Carlos Ferreira Gomes	Presidente	SODEPAN-Sociedade de Defesa do Pantanal
Luiz Cláudio Brandão de Souza	Presidente da Comissão do Patrimônio Público	OAB - MS

Marcelo Amaral	Diretor de Regulação	AGEPAN
Márcio Gumiero Souza	Diretor Executivo	SECOVI
Marcio Rodrigues Granado	Gerente	Banco do Brasil
Márcio Valério Verbisck	Assessor	Superintendência da Política de Assistência Social
Marcos Alex Azevedo de Melo	Representante da Câmara Municipal	Câmara Municipal de Campo Grande-MS
Maria Augusta de Castilho	Coordenador	UCDB
Maria de Fátima Faria	Assessora Técnica	Ministério da Integração Nacional/SDR
Maria Stela Leine Brandão Soares	Assessora Técnica	Coord. Especial de Políticas Públicas para Mulher
Maria Sueni de Oliveira	Procuradora	Procuradoria-Geral do Estado / MS
Mário Antônio de Brito	Gerente	EGRHP MS
Mark Valentin Pereira	Gerente	IBISS-CO
Marlene Alves Nogueira Rondon	Diretora-Adjunta	DETRAN
Marlene da Silva Lopes	Jornalista	IDESCH-MS
Michele Helena Caseiro do Canto	DGA-03	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Milton Jorge Andrade Moreira	1º Secretário	COREDES SUL-FRONTIEIRA/MS
Mirian Rodrigues Ferreira	Assistente I	SEPROTUR
Moacir Roberto de Abreu	Presidente Estadual	PC do B de MS
Nadir da Silva Biberg Muniz	Vereadora	Câmara Municipal de Pedro Gomes
Nelson S. Ferreira	Assessor	CNPT / IBAMA
Natalino Barbosa da Silveira		Câmara Municipal
Nereu Fontes	Gerente Executivo	IBAMA-MS
Omar Francisco do Seixo Kadri	Assessor Jurídico	Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul
Onaldo de Siouza Franco	Secretário	Secretaria de Gestão Pública
Osvaldo Pimenta de Abreu	Assessor Jurídico	Gabinete Parlamentar do Dep. Federal Antônio C. Biffi
Otávio Vieira de Melo	Gerente de Desenvolvimento Economico	Prefeitura Municipal de Itaporã
Paulo Angelo de Sousa	Coordenador de Desenvolvimento Local e Regional	Seplanct

Paulo César Gonçalves Egler	Consultor	
Paulo Enio de Arruda Reis	Diretor de Produção	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul
Paulo Guilherme F Cabral	Superintendente	Seplanct
Paulo Roberto Barros da Costa	Assessor	Secretaria de Infraestrutura e Habitação do MS
Paulo Salvatore Ponzini	Presidente	Conselho Regional de Economia da 20ª Região
Radamés de Barros Fernandes Vieira	Consultor	SENAC
Rafael Geraldo de Oliveira Alves	Diretor-Presidente	FUNDECT - Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia de MS
Ricardo Vieira dos Santos	Assistente Técnico	Prefeitura Municipal de Batayporã/MS
Rodrigo Bernardes	Assessor	FIEMS
Rodrigo Maia M. Pirani	Analista	SEBRAE - MS
Sandro Omar de Oliveira Santos	Assessor	Câmara dos Deputados
Sérgio Ricardo Oliveira Martins	Professor	UCDB
Silvana Ferreira Arantes	Assessora	Câmara Municipal de Rochedo
Talíze Tierri	Secretária	Pastoral da Criança
Tânia Bacelar de Araújo	Secretária	Ministério da Integração Nacional/SDR
Thales de Souza Campos	Professor	UCDB
Tito Manuel Sarambando Bola Estanqueiro	Assessor	SEBRAE - MS
Valdemar Ottani	Vice-Reitor	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - Uniderp
Vicente Fidelis de Ávila	Professor	UCDB
Wagner Sávio Severino dos Santos	Diretor Administração e Finanças.	SEBRAE - MS
Walter Zaia	Secretário Administração e Finanças	Pref. Mun. de Anaurilândia
Washington Luiz Valente	Superintendente de Indústria e Comércio	Seprotur
Wilson Euripedes Pinto	Analista	Seplanct
	Diretor de Planejamento	Jornal Luris Tantum

ANEXO 4-LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REALIZADO EM CUIABÁ-MT, EM 09.12.2003, PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE-SUDECO

REPRESENTANTE	CARGO / FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO
Adilson Domingos dos Reis	Presidente	CEPROMAT
Adnauer Tarquinio Daltro	Superintendente	SECITES
Adynéia Campos Araújo	Auxiliar Administrativo	IMEA
Afrânio Cleberton F. de Araujo	Assessor	Câmara Federal MT
Agustinho Moro	Secretário Adjunto de Política Fiscal	Secretaria de Estado da Fazenda - MT
Alaercio Soares Martins	Assessor Parlamentar	Assembléia Legislativa
Alexandre Luís César	Secretário	Ministério da Integração Nacional/SCO
Alvaro Lucas do Amaral	TNS	
Amir Bem Kauss	Assessor	FIEMT
Andre Carvalho Teixeira	Advogado	BNDES
Arnaldo Alves de Souza Neto	Secretário	SEPLAN
Arthur Cesar de Carvalho	Engenheiro	SEPLAN /MT
Aurelino Levy Dias de Campos	Conselheiro	Conselho Federal de Economia
Beise Corbelino Biancardini Nühl	Técnica Inst. e Controle	Tribunal de Contas/MT
Carlos Caetano	Assessor Especial	Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania
Carlos Magno Mendes	Coordenador	Universidade Federal de MT
Carlos Theobaldo de Sousa	Diretor Geral	Associação Mato-Grossense de Ensino e Cultura
Carlos Vitor Ribeiro	Assessor	FIEMT
Carradine Mendes Garcia	Secretário	Diretor Regional do PT
Claudio A. G. Egler	Consultor	Ministério da Integração Nacional
Darci da Silva Marinho	Diretor	
Darci Lovato	Assessor	Assembléia Legislativa

Doroty Queiros Topanotti	Técnico	Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEMA
Eder de Moraes Dias	Assessor	Governadoria - MT
Edmilson Pereira da Silva	Vice-Prefeito	Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo
Edna Luzia Almeida Sampaio	Gestora Governamental	SEPLAN
Ednilson Albino de Carvalho	Assessoria Parlamentar	Câmara Federal MT
Elaine Cristina de Silva Naves	Secretária	AMTAP
Eleonora Ribeiro Cardoso	Coordenadora	UNIRONDON
Eliane Ribeiro Chaves	Consultora	SEBRAE – MT
Elson Tenório Cardoso	Consultor	SEBRAE
Erivaldo da Cunha Santos	Secretário de Agricultura	Prefeitura Municipal de Querência
Ezequiel Ângelo Fonseca	Prefeito Municipal	Reserva do Cabaçal
Francisco Antônio Vuolo	Secretário Municipal	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Cuiabá
Gonçalo Pedroso Branco de Barros	Conselheiro Presidente	Tribunal de Contas Do Estado do MT
Idirene Queiroz Amaral	Superintendente	SETEC
Iraci Aguiar Medeiros	Coordenadora	UNEMAT
Jonas da Silva	Jornalista	Assembléia Legislativa
José Alfredo Pinto	Gerente	Banco do Brasil
José Antonio Lemos dos Santos	Secretário Executivo	Aglomerado Urbano Cuiabá - Varzea Grande
José Epaminondas	Secretário Adjunto de Indústria e Comércio do MT	Secretaria de Indústria e Comércio do MT
Josiane Fatima de Andrade	Gestora Governamental	Secretaria de Fazenda
Jucilania Alves Moreira	Assessora Parlamentar	Assembléia Legislativa
Julio Cezar Palhano da Silva	Diretor Acadêmico	Faculdades Integradas de Cuiaba - FIC
Jussara Santiago Figueira	Assessoria Técnica	Instituto de Defesa Agropecuária
Laudemir Luiz Zart	Pró-Reitor	UNEMAT
Leide Garcia Novaes Katayama	Diretora	SEBRAE - MT
Lieda Rezende Brito	Chefe Div. Economica	AMM - Associação M.T dos Municipios

Lorival Lopes Gonçalves	Gestor	SICME
Luci Meire G Flores		SICME
Lutero Siqueira da Silva	Prefeito	Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT
Marcelo Machado Resende	Super. Adj. Gestão de Empresas em Liquidação	Secretaria de Estado de Fazenda - MT
Marciam A Oliveira		SEBRAE/MT
Márcio Camilo de Campos	Sócio	NATURAMA - Construções e Projetos LTDA
Marco Antonio de Lima Lopes	Assessor	Secretaria de Industria , Comércio , Minas e Energia
Maria de Fátima Faria	Assessora Técnica	Ministério da Integração Nacional/SDR
Maria Lenice M. Conceição	Coordenadora	Secretaria de Industria , Comércio , Minas e Energia
Marilze Canavarros Correa Arruda	Técnico	Tribunal de Contas Do Estado do MT
Marlene Kiachesch	Assessora Parlamentar	Assembléia Legislativa
Meire Flores	Assessora	SICME
Miron Fernandes Dias	Coordenador de Planejamento	Tribunal de Justiça
Murilo Gonçalo Corrêa de Almeida	Auditor Público	Tribunal de Contas Do Estado do MT
Nelson L. Borges de Barros	Membro da Assessoria	Secretaria Agraria do PT
Nereu Luiz Pasini	Presidente	FIEMT
Orency Francisco da Silva	Secretário de Comunicação	PT - MT
Pâmella Domingues Canarin	Assessora	Assembléia Legislativa
Paulo Odair Pointevin Frazão	Superintendente Regional	Banco do Brasil
Paulo Pitanga do Amparo	Gerente	Ministério da Integração Nacional/SCO
Reinaldo Vaz Guimarães	Gestor Governamental	SEPLAN-MT
Roberto França Auad	Prefeito	Prefeitura Municipal de Cuiabá
Rosemeire Cristina dos Santos	Assessoria Econômica	FAMATO
Sandro B. Sguarezi	Docente	UNEMAT
Silvina Maria dos Santos	Professora	Secretaria Municipal de Educação
Tania Roncada de Freitas	Gestora	Secretaria de Industria , Comércio , Minas e Energia

Túlio Aurélio Campos Fontes	Prefeito	Prefeitura Municipal de Cáceres
Ubajara B. Leite	Consultor	Ministério da Integração Nacional/SDR
Washington Cançado	Secretário	Prefeitura Municipal de Cáceres
William Cesar Sampaio	Gestor Governamental	SEPLAN
Yenes Jesus de Magalhães	Secretário de Planejamento	Secretaria do Planejamento do Estado do Mato Grosso